



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA PRESERVAÇÃO
DE AMBIENTES RECIFAIS: Experiência na Praia de Porto de
Galinhas, Ipojuca - Pernambuco.**

Maria Betânia Silva

**Recife
2011**

Maria Betânia Silva

**GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA PRESERVAÇÃO
DE AMBIENTES RECIFAIS: Experiência na Praia de Porto de
Galinhas, Ipojuca, Pernambuco.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste - MPANE, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública, sob a orientação da Professora Doutora Emanuela Sousa Ribeiro e co-orientação da Professora Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

Recife, agosto de 2011

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586g	<p>Silva, Maria Betânia</p> <p>Gestão do turismo sustentável na preservação de ambientes recifais : experiência na praia de Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco / Maria Betânia Silva. - Recife : O Autor, 2011.</p> <p>197 folhas : il. 30 cm.</p> <p>Orientador: Prof^ª. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro e Co-orientadora Prof^ª. Dr^ª Sylvana Maria Brandão de Aguiar.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Administração, 2011.</p> <p>Inclui bibliografia, anexos e apêndices.</p> <p>1. Meio ambiente. 2. Desenvolvimento. 3. Preservação. 4. Turismo. 5. Sustentabilidade. I. Ribeiro, Emanuela Sousa Ribeiro (Orientador). II. Aguiar, Sylvana Maria Brandão de (Co-orientador). III. Título.</p> <p>658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2012 – 058)</p>
-------	---

Dissertação de Mestrado apresentada por **Maria Betânia Silva** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título: “**Gestão do Turismo Sustentável na Preservação de Ambientes Recifais: Experiência na Praia de Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco**”, orientada pela Profa. Dra. **Emanuela Sousa Ribeiro** e aprovada pela Banca Examinadora, formada pelos membros abaixo relacionados:

Profa. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro
Presidente

Prof. Dr. Luiz Carlos Luiz Marques
Examinador Externo

Profa. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar
Examinadora Interna

Recife, 30 de agosto de 2011.

Profa. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar
Coordenadora do Mestrado

O caminho para a felicidade não é reto.
Existem curvas chamadas EQUÍVOCOS,
existem semáforos chamados AMIGOS,
luzes de cautela chamadas FAMÍLIA,
e tudo se consegue se tens: um estepe
chamado DECISÃO,
um motor poderoso chamado AMOR,
um bom seguro chamado FÉ,
e um combustível abundante chamado
PACIÊNCIA,
mas acima de tudo um motorista habilidoso
chamado DEUS!

Mahatma Gandhi

Dedicatória.

À minha família.

Em especial a minha mãe, Maria de Lourdes, exemplo de vida em toda sua plenitude, e ao meu filho Diogo, companheiro desde o ventre.

AGRADECIMENTOS

Ao Divino Espírito Santo, sempre presente na minha vida, abrindo caminhos, dando-me força e coragem, livrando-me do mal, cuidando de mim.

A minha família, aqui representada por Dona Maria de Lourdes, minha mãe, minha referência, que aos 95 anos de vida continua sendo um exemplo de fé e perseverança; sempre amando e vivendo com alegria, sendo amiga e mãe dedicada, companheira para todas as horas. Obrigada mamãe, por ser sua filha.

A segunda pessoa que representa minha família é meu filho Diogo, amigo e companheiro. Depois de minha mãe, meu filho é outro precioso presente que Deus me ofertou. Sou grata a você filho, pela ajuda nas noites e madrugadas em que a paciência me faltava e você vinha em meu socorro, corrigir os erros que a minha falta de habilidade com o computador provocava e também pelas palavras de ânimo que recebia de você quando já estava sem acreditar que chegaria até o fim;

À SUDENE, pelo acolhimento no seu quadro, desde 1977 e pelas oportunidades que me fizeram crescer e amadurecer profissionalmente;

Às Professoras Doutoras Sylvana Aguiar e Emanuela Ribeiro, tutora e orientadora, respectivamente, minha eterna gratidão, pela compreensão e incentivo, principalmente nas horas de dificuldades e dúvidas quando hesitei em prosseguir com o mestrado.

Aos amigos da extinta e nova Sudene, aqui representados nas pessoas de Telúrio, Lula, Martinha, Marlene, Silvânia (e sua filha linda filha Paloma), Solange, Manoel, Carmen, Carlinha, Lena, e tantos outros, pela colaboração e as palavras de incentivo: “a gente tudo pode”, “conte comigo”, “não vale à pena abandonar à luta quando se tem chance de ganhar a batalha”, me ajudaram por demais. Valeu, meus amigos, o apoio de vocês foi crucial para que eu chegasse à reta final.

Aos funcionários da Secretaria do MPANE, pela colaboração e compreensão, principalmente nos momentos de “sufoco”, quando precisávamos responder às demandas dos professores;

Aos professores mestres-doutores do MPANE, que através da sua sabedoria e dedicação nos passaram conhecimentos valiosos, para a conquista dos nossos sonhos pessoais e profissionais.

E, por fim, agradeço a mim, por ter tomado a decisão de não desistir, e assim ter conseguido chegar até aqui.

RESUMO

Este trabalho foi realizado com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre o turismo, suas alternativas para o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente, pois tem sido apontado como uma alternativa econômica que pode gerar riquezas sem agredir o meio ambiente, estando, desta forma, relacionado com a ideia da sustentabilidade. Este estudo buscou, através de análise documental, visitas de campo e uso de indicadores de sustentabilidade, analisar como se encontra o turismo na praia de Porto de Galinhas e a gestão na preservação dos ambientes recifais. A gestão ambiental do turismo consiste em planejar, desenvolver e executar projetos que visem preservar o meio ambiente, estudando o desenvolvimento da atividade turística em suas relações com o ser humano. Para tanto, faz-se necessário avaliar os impactos do turismo em relação ao meio ambiente natural e cultural, considerando o potencial turístico existente, encontrando desta forma soluções que visem estimular a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da atividade. Destaca-se ainda, que aqueles empreendimentos que não preservam o meio ambiente natural e cultural estão contribuindo para a destruição do seu maior tesouro e fonte de renda, pois o seu sucesso está atrelado à forma com que tratam o meio em que estão inseridos. O impacto desses negócios, pode interferir desde a qualidade do ar e da água, até a forma com que a sociedade local se desenvolve. Por esta razão, a gestão ambiental é fundamental para que boas práticas ambientais e sociais promovam a sustentabilidade do empreendimento, proporcionando à população serviços de qualidade e com responsabilidade socioambiental, além de agregar valor, de modo a trazer crescimento econômico para a região. Em termos globais, os impactos ambientais advindos do turismo ou atividades ligadas ao lazer são causados pelo manejo incorreto dos recursos naturais, porém muitas vezes tornam-se inevitáveis, o que se pretende é garantir a manutenção dos limites aceitáveis, para que não provoquem modificações ambientais irreversíveis. Por outro lado, o turismo tem um potencial de criar benefícios ao meio ambiente e contribuir na sua preservação devido à atração que exerce. Os locais naturais são considerados de valor inestimável para o turismo e a necessidade de mantê-los conservados leva a preservá-los nos vários níveis de governo, seja municipal, estadual ou federal. A realização deste trabalho mostrou que a praia de Porto de Galinhas precisa muito de investimento para que possa receber as pessoas adequadamente, com segurança, sem agredir o meio ambiente, contribuindo, assim, para a melhoria do turismo naquela localidade, possibilitando ao visitante acesso a um local que apresenta uma notável e bela paisagem, que se destaca no estado de Pernambuco e, ainda, propiciando a inclusão social, a geração de renda e melhoria das condições de vida da população, garantindo o desenvolvimento com sustentabilidade.

Palavras-Chave: Meio Ambiente, Desenvolvimento, Preservação, Turismo e Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work was realized in order to deepen the knowledge on tourism, its alternatives for sustainable development and environmental preservation, as has been suggested as an economical alternative that can create wealth without harming the environment, being this way related to the idea of sustainability. This study sought, through documentary analysis, field research and use of sustainability indicators, analyze how tourism is in the beach of Porto de Galinhas on the preservation and management of reef environments. The environmental management of tourism is to plan, develop and implement projects aimed at preserving the environment, studying the development of tourism and their social relations with people. Therefore, it is necessary to evaluate the impacts of tourism in relation to the natural environment and cultural heritage, considering the existing tourism potential, thereby finding solutions aimed at encouraging sustainable development and environmental preservation activity. Note also, that those businesses that do not preserve the natural and cultural environment are contributing to the destruction of its greatest treasure and source of income, because their success is tied to the way they treat the environment in which they operate. The impact of these businesses may interfere since the quality of air and water, but the way the local society unfolds. For this reason, environmental management is fundamental to good environmental practices and promote the sustainability of the business, providing quality services to the population with environmental responsibility, and add value in order to bring economic growth to the region. Overall, the environmental impacts arising from tourism or leisure-related activities are caused by mismanagement of natural resources, but often become inevitable, the aim is to ensure the maintenance of acceptable limits, that do not cause irreversible environmental changes. On the other hand, tourism has the potential to create benefits for the environment and contribute to its preservation because of the attraction it exercises. The natural sites are considered invaluable to tourism and the need to keep them preserved takes to preserve them in various levels of government, whether municipal, state or federal. This work showed that the beach of Porto de Galinhas need much investment so you can get people properly, safely, without harming the environment, thus contributing to the improvement of tourism in that area, allowing the visitor access to a site that presents a remarkable and beautiful scenery, that stands out in Pernambuco state, and also providing social inclusion, income generation and improvement of social conditions of the population, ensuring the development with sustainability.

Keywords: Environment, Development, Preservation, Tourism and Sustainability.

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH)

Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)

Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE)

Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -
Núcleo Recife

Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da
Amazônia Legal (MMA)

Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Governo de
Pernambuco

Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de
Ipojuca (SETMA)

Prefeitura Municipal de Ipojuca (PMI)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Impactos do Turismo.....	42
Figura 2. Pilares da Sustentabilidade.....	49
Figura 3. Esquema do Modelo Participativo Americano.....	61
Figura 4. Esquema do Processo de Planejamento.....	63
Figura 5. Localização de Porto de Galinhas no Município de Ipojuca - PE.....	101
..	
Figura 6. Projeto Porto Melhor.....	120
Figura 7. Praça das Piscinas Naturais em Porto de Galinhas- 2006.....	123
Figura 8. Rua da Esperança em Porto de Galinhas - 2006.....	123
Figura 9. Praça das Piscinas Naturais em Porto de Galinhas – 2011.....	124
Figura 10. Rua da Esperança em Porto de Galinhas – 2011.....	124
Figura 11. Restaurante na Rua das Piscinas em Porto de Galinhas.....	124
Figura 12. Depósito improvisado de Lixo nas Rua das Piscinas em Porto de Galinhas.....	124
..	
Figura 13. Porto de Galinhas - Jangadeiros conduzindo turistas às piscinas naturais.....	138
Figura 14. Piscinas Naturais nos recifes da praia de Porto de Galinhas.....	138
Figura 15. Estande do Projeto Blitz Ambiental na Praça das Piscinas de Porto de Galinhas.....	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do Turismo Mundial – 2002.....	67
Gráfico 2. Evolução do Turismo Mundial – 2010.....	67
Gráfico 3. Gasto Médio por dia do Turista Internacional no Brasil - 2003.....	70
Gráfico 4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Ipojuca.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características do Planejamento.....	59
Quadro 2. Entrada de Turistas Estrangeiros no Brasil período 1996-2005.....	72
Quadro 3. Receita Cambial Turística do Turismo no Brasil.....	73
Quadro 4. Número total de empregos na atividade turística (formal e informal)	73
Quadro 5. Principais destinos do turismo interno 1998-2001.....	81
Quadro 6. Arrecadação do Município de Ipojuca em 2001.....	104
Quadro 7. PIB de Ipojuca comparado a outros municípios de Pernambuco.....	106
Quadro 8. Participação do PIB de Pernambuco.....	106
Quadro 9. PIB de Ipojuca (R\$ 1.000.000)	107
Quadro 10. Relação dos Componentes do Fórum das Entidades Representativas de Porto de Galinhas e Maracápe – 2008.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução do mercado mundial do Turismo (1965 – 2004).....	68
Tabela 2. Principais cidades brasileiras visitadas pelo turista estrangeiro	80
Tabela 3. PIB do município de Ipojuca e de Pernambuco 1970-1998.....	104
Tabela 4. Gasto Médio Individual Diário dos Turistas em Ipojuca-2010.....	139
Tabela 5. Resultados dos Agregados Turísticos Jan a Dez (2009-2010).....	140
Tabela 6. Oferta dos Meios de Hospedagem da Região Metropolitana do Recife - Set/2010....	140
Tabela 7. Evolução da Demanda Hoteleira para Pernambuco Jan a Dez, 2009-2010.....	141
Tabela 8. Evolução do Fluxo Turístico para Pernambuco, Jan a Dez 2009-2010.....	141
Tabela 9. Gastos dos Turistas nos principais destinos indutores do Turismo de Pernambuco 2009-2010.....	142
Tabela 10. Permanência média dos turistas nos principais destinos indutores do turismo de Pernambuco, 2009-2010.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJPG - Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas

AVT - Academia de Viagens e Turismo

BANDEPE - Banco do Estado de Pernambuco

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CMMA - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CPRH - Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

CTI/NE - Comissão de Turismo Integrado do Nordeste

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

EMPETUR - Empresa de Turismo de Pernambuco

GAIREPP - Gestão Ambiental das Interfaces Rio – Estuário – Praia – Porto

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MT - Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial de Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PAF – Plano de Ação Federal

PGI - Plano de Gestão Integrada

PIB - Produto Interno Bruto

PMI – Prefeitura Municipal de Ipojuca

PNB - Produto Nacional Bruto

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT - Plano Nacional do Turismo

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SPU/PE – Secretaria do Patrimônio da União / Gerência Regional Pernambuco

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE MAPA

Mapa 1. Barleus (1630).....	96
-----------------------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - TURISMO E SUSTENTABILIDADE.....	24
1.1 - Turismo: conceituação e panorama histórico.....	24
1.2 - Desenvolvimento e Turismo Sustentável.....	32
1.2.1 - Precedentes.....	35
1.2.2 - Desenvolvimento Sustentável.....	35
1.2.3 - O meio ambiente e a atividade turística.....	40
1.2.4 - Turismo Sustentável.....	42
1.3 - Gestão Sustentável do Turismo.....	50
1.4 - Planejamento e Turismo.....	56
1.4.1 - Características do Planejamento.....	58
1.4.2 - Modelos de Planejamento.....	59
1.4.3 - Etapas do Planejamento.....	63
CAPÍTULO 2 - A ATIVIDADE TURÍSTICA NOS CENÁRIOS MUNDIAL E LOCAL.....	64
2.1 - A atividade turística no cenário mundial.....	64
2.2 - O turismo no Brasil.....	71
2.3 - Políticas para o desenvolvimento do turismo na Região Nordeste.....	80
2.4 - Turismo e o desenvolvimento socioeconômico.....	85
2.4.1 - Aspectos fundamentais para o desenvolvimento do turismo.....	89
2.4.2 - Acessibilidade externa e interna do turismo.....	91
2.4.3 - Efeitos econômicos positivos no desenvolvimento do turismo.....	93
2.4.4 - Efeitos econômicos negativos no desenvolvimento do turismo.....	94
2.4.5 - Equilíbrio e equidade para o desenvolvimento sustentável do turismo.....	94
CAPÍTULO 3 - A PRAIA DE PORTO DE GALINHAS.....	96
3.1 - Histórico.....	96
3.2 - Aspectos econômicos, políticos, socioculturais e naturais de Porto de Galinhas.....	100
3.3 - O Turismo de Porto de Galinhas sob os enfoques do PNMT; dos Projetos: Porto Melhor e Orla, do Plano Diretor de Ipojuca, do Projeto GAIREPP e à luz do Decreto n.º 21.972/1999 e da Lei 14.258/2010.....	109
3.3.1 – Implantação do PNMT.....	110
3.3.2 – Implantação do Projeto Porto Melhor.....	118
3.3.3 – Implantação do Projeto Orla.....	124
3.3.4 – Porto de Galinhas e o Plano Diretor de Ipojuca.....	128
3.3.5 – Implantação do GAIREPP.....	132
3.3.6 – Decreto n.º 21.972/1999 e Lei nº 4.258/2010.....	133
3.4 - O turismo e o ambiente recifal da praia de Porto de Galinhas.....	137

CAPÍTULO 4 – CONSOLIDAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
BIBLIOGRAFIA	156
ANEXOS	164
APÊNDICES	186

INTRODUÇÃO

Na tentativa de um esclarecimento conceitual do que seja o turismo, deparamo-nos com uma palavra que possui certos problemas semânticos e de diferentes pressupostos teóricoconceituais, diretamente subordinada a sua necessidade espacial e a diferentes olhares que em determinados momentos se distanciam e se aproximam nas formas de análise (FERREIRA, 2010).

Considerado uma atividade de prestação de serviço, o turismo pode proporcionar, dentre outros fatores positivos, a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico local, estadual e nacional, bem como estimular a comercialização de produtos e propiciar a melhoria de equipamentos urbanos e de infraestrutura de apoio, como estradas, segurança, saneamento, e também atrair investimentos voltados à proteção do meio ambiente e à cultura.

Pode-se afirmar que essa atividade é um fenômeno complexo e abrangente que envolve além das viagens, toda uma cadeia de bens e serviço e por movimentar vários segmentos da economia o turismo é considerado como um dos principais geradores de divisas para um país.

Segundo De La Torre (1997, p. 15), o turismo é a soma das relações e de serviços resultantes de uma mudança de residência temporária e voluntária, motivada por razões alheias a negócios ou motivos profissionais.

Porém, segundo Ferreira (2010), há de se perceber que a atividade atualmente assume desdobramentos por muitas vezes não cabíveis a definições fechadas e precisas. O turismo hoje reconhecido como um serviço remonta a uma gama de setores que se inter-relacionam direta e indiretamente, causando reflexos aplicados no território. Dessa forma, a autora vai ao encontro com o texto de Barreto (1995, p.20, apud FERREIRA, 2010), que afirma o seguinte:

Embora ainda alguns círculos, principalmente os leigos, vejam o turismo apenas como a “indústria de viagens de prazer”, trata-se de algo mais complexo do que um simples negócio ou comércio. O turismo é uma amálgama de fenômenos e relações, fenômenos estes que surgem por causa do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos. Há no turismo um elemento dinâmico – a viagem – e um elemento estático – a estada.

Prosseguindo, Ferreira (2010) percebe que mesmo sem a presença desses dois elementos – o dinâmico e o estático – mencionados por Barreto (1995), o estudo de Ansarah (2004) constata que o turismo se refaz cotidianamente nas suas necessidades e nos seus produtos, aqui compreendidos como uma combinação de atividades e serviços destinados a atender desejos e demandas do setor, a cada momento resgatam e se propiciam a novas tendências. Isto é, a capacidade do turismo se modelar para aglutinar-se às necessidades do sistema capitalista de produção o torna um dos principais produtos desse mesmo sistema (FERREIRA, 2010).

A partir do momento em que se destaca uma cidade ou um lugar como pólo turístico é necessário que se estude a sua história. Assim, o turismo pode ser uma ferramenta para o resgate histórico e cultural da destinação, e não ser apenas uma atividade econômica, utilizada para gerar renda ou alguma forma de lazer para a população.

Os atrativos turísticos, por sua vez, também criam possibilidades para a revitalização da identidade cultural, a preservação de patrimônios, bens culturais, tradições e costumes da população local, estimulando assim a participação da comunidade no desenvolvimento da atividade turística e conseqüentemente da sociedade.

O desafio está em fazer com que investimentos possam de alguma forma beneficiar a maior parte da população, pois um desenvolvimento concentrado beneficiando somente a alguns, possivelmente trará conseqüências já conhecidas em nossa história, ou seja, violência, prostituição, tráfico de droga, miséria, turismo sexual entre outros fatores negativos. Por isso, a importância de se ter empreendimentos que objetivam criar mecanismos, que buscam inserir a comunidade de maneira positiva neste segmento, é imprescindível.

Já foi dito que a atividade turística é complexa e dinâmica, visto que se relaciona com diversos setores, com o meio ambiente, com a cultura, com a sociedade e ainda depende de ações do poder público para o seu progresso.

Diante desse fato, podemos observar que o turismo exige um olhar diferenciado para o seu desenvolvimento, não podendo ser tratado apenas como um vetor econômico, mas também deve ser considerado um fenômeno sócio-cultural, pois há uma interação entre turista, sociedade, cultura e meio ambiente.

É importante ressaltar que o turismo é visto como um setor que pode gerar inúmeros benefícios quando é praticado com seriedade, envolvendo os seus diversos aspectos. Porém, em contrapartida, pode trazer vários prejuízos quando é visto apenas sob o enfoque econômico.

Dentro desse contexto surge então a necessidade de se adotar um modelo de desenvolvimento mais amplo que, além do crescimento econômico, vise também o bem estar social e o uso racional de seus atrativos. Nesse sentido, aparece a sustentabilidade, um termo que tem se consolidado nas discussões atuais em todo o mundo. A World Conservation Union (apud OMT, 2001, p. 245) define sustentabilidade como: “o processo que permite o desenvolvimento, sem degradar ou esgotar os recursos que tornam possíveis o mesmo desenvolvimento.” Nota-se que é um modelo de desenvolvimento que utiliza recursos de maneira que não os destrua e, assim, as gerações futuras também possam desfrutar deles.

Contudo, podemos compreender que se trata de um procedimento essencial para o turismo, já que depende da natureza, da cultura, da sociedade e da economia, que são partes integrantes do seu produto. Atualmente, tem se falado muito em sustentabilidade ecológica, uma preocupação para a maior parte dos indivíduos que vem sentindo os impactos, como, por exemplo, o aquecimento global. Porém, para a atividade turística não basta buscar apenas a preservação do meio ambiente, ou seja, é fundamental que se conserve também a cultura e a sociedade, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida.

Para atingir este novo modelo no turismo, uma estratégia se faz necessária, qual seja: é imprescindível a implantação de um planejamento, ferramenta

indispensável para o manejo do setor. Através dessa técnica, será possível fazer um diagnóstico da atual realidade, que indicará ações que devem ser feitas para buscar a sustentabilidade.

Observa-se que algumas cidades passaram a entender a necessidade de implantar um planejamento que direcione a preservação, porém ainda em porcentagem muito reduzida, dado que a maioria ainda pensa exclusivamente nos aspectos financeiros, olhando somente para o lucro do negócio.

Para alcançar o turismo sustentável, é preciso uma mudança no comportamento e nas atitudes de todos que integram a atividade e, para isso, o poder público deve se preocupar em desenvolver o setor, já que a maior parte das cidades possui apenas potencialidade turística e está longe de ser considerado um verdadeiro produto turístico.

Analisando todos estes questionamentos do turismo relacionado ao desenvolvimento sustentável e conhecendo-se um pouco do que representa a praia de Porto de Galinhas no cenário atual, buscou-se aprofundar este estudo de caso, com o objetivo geral de identificar alternativas para reduzir conflitos e obstáculos que impeçam a preservação do ambiente recifal e comprometam a sustentabilidade do turismo local.

Nesta perspectiva este estudo foi embasado no seguinte questionamento: De que forma a administração local e a sociedade organizada de Porto de Galinhas pode contribuir para a gestão do turismo sustentável e desta forma garantir a sustentabilidade do ambiente recifal daquela localidade?

Para dar conta do objetivo geral foram pensados alguns pontos importantes que pudessem contribuir para responder o questionamento levantado. Tais como:

- Conceituar o turismo sustentável e a funcionalidade de sua gestão;
- Conhecer as atividades turísticas nos cenários mundial, nacional e regional;
- Contextualizar os aspectos econômicos, políticos, socioculturais e naturais de porto de galinhas;
- Identificar conflitos e problemas existentes na preservação do ambiente recifal de porto de galinhas.

Com as pesquisas realizadas e a análise do que vem ocorrendo em relação aos aspectos mencionados sobre o turismo em Porto de Galinhas foi possível identificar os sérios problemas de políticas sociais que interferem naquela localidade e que provocam conflitos em relação, principalmente, ao meio ambiente.

Para respondermos à problematização enunciada neste trabalho, foi utilizado o método qualitativo com o apoio de dados quantitativos baseados em estatística descritiva. Foi também realizado um Estudo de Caso na praia de Porto de Galinhas.

Pode-se classificar a pesquisa quanto aos fins, que foram utilizados os métodos Exploratório e Descritivo, por expor características de determinados fenômenos correlatos entre as variáveis da pesquisa. Explicativo, por explicar os diversos fenômenos que compõem o objeto. Quanto aos meios, utilizou-se o método dedutivo de pesquisa bibliográfico-documental, investigando documentos conservados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza e o estudo com base em publicações, redes eletrônicas, de fontes primárias ou secundárias.

Foram elaborados questionários (Anexos) que foram trabalhados de forma a proporcionar a este estudo uma amostragem da realidade local bem como subsidiar as considerações finais.

No decorrer do processo foram feitas leituras de diversos autores e ainda consultas a *sites*, livros; pesquisas em artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, e outros meios. Foram destacados os autores que se identificavam mais com o tema abordado e considerado relevante no aprofundamento dos estudos e que referenciaram o quadro teórico desta dissertação. Os autores e documentos pesquisados se encontram enunciados na bibliografia deste trabalho.

Para uma melhor organização mental do trabalho buscou-se dividir o pensamento em etapas, denominadas capítulos, procurando dar uma sequência lógica ao assunto. Observou-se em um primeiro momento a questão do turismo, o seu desenvolvimento e sustentabilidade em relação ao meio ambiente, conceituando e tendo uma visão panorâmica de sua história.

Outros aspectos destacados foram, como se comporta o turismo no cenário mundial, no Brasil e no Nordeste. Quais os principais problemas e as possíveis soluções, e como estabelecer uma relação de todas estas experiências para o enfoque principal, o turismo como atividade importante no crescimento econômico, em equidade com o meio ambiente e sua sustentabilidade local, tendo como parâmetro a praia de Porto de Galinhas.

É importante verificar que não é o crescimento, a tecnologia, o poder que prejudicam a busca da sustentabilidade, mais sim as formas de como eles se desenvolvem e de como os mesmos são utilizados pelo homem.

O despertar de uma nova consciência faz-se extremamente necessário, tornando-se importante a ruptura de antigos paradoxos, para a conquista de um consumo e um crescimento sustentado e equilibrado. É fundamental se ter uma visão voltada para a realidade, tanto no que se refere ao equilíbrio entre o crescimento do progresso como para a humanidade, tornando-se de vital importância a busca de uma conscientização e a tão sonhada sobrevivência planetária.

Capítulo 1 – TURISMO E SUSTENTABILIDADE

1.1 - Turismo: conceituação e panorama histórico

Ao longo dos anos o mercado do turismo vem crescendo consideravelmente, e, como consequência, vem ganhando destaque na economia mundial, principalmente por ser um setor de grande investimento. A atividade turística se destacou tardiamente, o que acarretou a inexistência de uma definição universal e oficial para o fenômeno turístico e isto levou ao surgimento de correntes mobilizadas por determinadas tendências (SITÔNIO, 2006).

Três são as tendências consolidadas na definição do turismo, segundo Beni (2001:34), que são: a econômica, a técnica e a holística, que, vale registrar, são consideradas pela academia, pelas empresas e pelos órgãos de governo. A definição econômica – e também considerada a mais antiga (1910) das definições conceituais - é do economista austríaco Hermann Von Schullard apud Andrade, (1995), apud Barros (1999), que define o turismo como:

“[...] a soma das operações, especialmente as de natureza econômica, diretamente relacionada com a entrada, a permanência e o deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região”.

Seguindo a mesma linha de Schullard, o economista belga Edmond Picard, apud Andrade (1995), apud Barros (1999), afirmou que,

[...] a função do turismo é a importação de divisas pelos países. Seu impacto reside no fato de que as despesas de turismo podem fazer para os diferentes setores da economia e, em particular, para os proprietários e gerentes de hotéis.

Segundo Sitônio, 2006, no ano de 1977, Robert McIntosh, deu uma dimensão maior à definição de Schullard, quando considerou o turismo como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes, alojá-los e satisfazer suas necessidades e desejos.

Pode-se afirmar que foi o crescimento da atividade turística que gerou a necessidade de uma definição técnica sobre o turismo, visando atender às esferas públicas e privadas (SITÔNIO, 2006, p. 6). Sendo assim, para o alcance desse objetivo foi necessário determinar o que seriam os turistas, que foram descritos pela Comissão de Estatística da Liga das Nações Unidas (1937), como a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência, por um período de, pelo menos, 24 horas. Dentro desse contexto é importante destacar a informação de Beni (2001, p. 35) quando afirma que em 1963, na Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em Roma, foi estabelecida uma nova definição, qual seja:

Turista – visitante temporário que permaneça pelo menos 24 horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sobre um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências; [...]

Excursionista – visitante temporário que permaneça menos de 24 horas no país visitado (incluindo visitantes de cruzeiros marítimos).

(BENI, 2001, p. 35, apud SITÔNIO, 2006, p.5-6)

Após a aprovação desses conceitos pela União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (1968), hoje conhecida como Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo passa a ter definições mais globais, é, portanto, quando surge, em 1942, a definição holística, atribuída aos professores Waltrer Hunziker e Kurt Krapf (BENI, 2001, apud SITÔNIO, 2006), que consideraram o turismo,

Como o conjunto de relações e dos fenômenos produzidos pelos deslocamento e permanência de pessoas fora de seu local de domicílio, sempre que esses não foram motivados por uma atividade lucrativa.

Existem ainda as duas definições de Jafari e De La Torre, consideradas mais holísticas do turismo (apud SITÔNIO, 2006), que são as seguintes:

O turismo é o estudo do homem longe de seu local de residência; da indústria que satisfaz suas necessidades; e dos impactos que ambos geram nos ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente, por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Em outras palavras, pode-se afirmar que Jafari e De La Torre apontam que o turismo se caracteriza pelo estudo dos turistas e visitantes, da oferta turística que visa satisfazer suas necessidades e dos impactos que ambos geram sobre a área receptora (MIGUEL e SILVEIRA, 2008).

É importante salientar, diante dessa definição, a visão de Mota, 2001, quando diz que a atividade turística pode gerar interrelações de cunho ecológico tanto nos núcleos emissores como nos receptores do turismo (MOTA, 2001, apud MIGUEL e SILVEIRA, 2008).

Outro ponto abordado por Mota (2001) é o fato de reconhecer como turistas, aqueles indivíduos que viajam, a lugares considerados como destinos turísticos, na intenção de participar de eventos, congressos ou feiras (MOTA, 2001, apud MIGUEL e SILVEIRA, 2008). Ainda dentro dessa visão holística, pode-se destacar o olhar de Wahab (1991) que observa o turismo como uma atividade humana intencional, que serve como meio de comunicação e elo entre povos, dentro ou fora das fronteiras dos países.

Uma das características do turismo está relacionada às múltiplas relações que ele apresenta. Isto foi observado por Castilho (1999, apud SITÔNIO, 2006)), quando afirma:

Por ser uma prática socioespacial inerente à sociedade contemporânea, muito complexa e multifacetada, o turismo constitui também um fenômeno complexo e multifacetado definido constantemente e concomitantemente pelas suas dimensões: econômica, dimensão do aumento e da distribuição de rendas, promovidos pelo crescimento e pela diversificação do número de empregos; cultural, dimensão inerente ao sistema de valores e ao estilo de vida; *social*, mecanismo de integração social; ideológica, mecanismo de manutenção, com reformulação das práticas de poder, da ordem social estabelecida pelo capitalismo; política, intervenções do Estado nos seus mais variados estilos de gestão nas suas mais variadas instâncias político-administrativas; e espacial, produto e meio de produção, consumo, organização e controle do espaço da sociedade. (negrito nosso).

A variedade de conceitos sobre o turismo é extensa e outros têm surgido ao longo do tempo. No entanto, Barros afirma que o conceito mais completo e o que melhor explica suas finalidades, a diversidade de sua natureza e considerações a respeito do receptivo é o de Marriot, apud Jachinoski (1975), apud Barros (1999), que conceitua o turismo como:

[...] “o conjunto de princípios que regulam as viagens de prazer ou de utilidade, tanto no que diz respeito à ação pessoal dos viajantes ou turistas como no que se refere à ação daqueles que se ocupam em recebê-los e facilitam seus deslocamentos”.

É possível observar, diante dos conceitos elencados, que há uma ligação entre eles, que se traduz em uma palavra: interação, ou seja, nota-se que viajantes e comunidades estão sempre interagindo nas mais diferentes formas. É no trabalho de Beni (2001), apud Sitônio (2006), que são apontados os elementos comuns dos variados conceitos de turismo, são eles:

- Viagem ou deslocamento: onde este elemento implícito está ligado diretamente com o sentido etimológico do termo *tour*. Viagem em circuito, deslocamento de ida e volta. Com esse termo, os ingleses criam no século XVIII os termos *tourism* e *tourist*.
- Permanência fora do domicílio: está estritamente ligado à viagem e a demandar a solicitação de equipamentos de hospedagem e somada ao comportamento de gastos do turista no local visitado;
- Temporalidade: que se apresenta como terceiro elemento, ressaltando-se o cuidado em não confundi-lo com viajantes emigrantes, que, embora viajantes, deslocando-se para outros locais, deslocam-se para fixar residência, mesmo que temporária;
- Objeto do turismo: traduz-se como elemento concreto do turismo e são, segundo Barreto (1995: 39), a infraestrutura, que se entende por base material e conjunto de edificações, obras e serviços públicos que garantam conforto, quer seja ao turista quer seja ao cidadão local.

Quando o turismo é entendido como uma das poucas atividades que o homem procura, por vontade própria, com o intuito de conseguir prazer, fica caracterizado que essa atividade se enquadra na categoria de livre escolha, em razão de haver a opção para se praticar a atividade turística, ficando claro, portanto, que além de possuir um perfil econômico, o turismo tem também uma conotação

social, em razão de ter como principal elemento impulsionador as relações entre homens, sociedades e comunidades (BARRETO, 1995:13, apud SITÔNIO, 2006).

O turismo como palavra surgiu no século XIX, mas como atividade, certas formas de turismo existem desde as mais remotas civilizações (BARROS, 1999). Desde os primórdios que o homem é motivado a se deslocar de um lugar para o outro. Na era primitiva, os indivíduos se deslocavam com o intuito de conseguir alimentos; já na Idade Média a religião determinava as viagens e peregrinações e, na Idade Moderna, as navegações estavam entre os principais eventos envolvendo deslocamentos por territórios distantes (OLIVEIRA, 2001; BARBOSA, 2002, apud MIGUEL e SILVEIRA, 2008).

A origem da palavra turismo vem do hebraico *tur*, que aparece na Bíblia como sendo “viagem de reconhecimento” (ARTHUR HAULOT, apud SITÔNIO, 2006). Cabe diferenciar viagens de outros tipos de deslocamentos, como na era primitiva, por exemplo, o homem primitivo ao se deslocar o fazia por uma questão de subsistência, sem retornar ao seu local de origem, portanto, não realizava viagens ou turismo (BARRETO, 1995:43, apud SITÔNIO, 2006).

No entanto, são os deslocamentos ocorridos em 4000 a.C. entre babilônios, ou os ocorridos na Idade Média, nas Cruzadas, que podem ser considerados os primeiros praticados por prazer, mas existe um consenso que esses deslocamentos se originaram na Grécia (VIII a.C.) na ocasião dos jogos olímpicos (DE LA TORRE apud SITÔNIO, 2006).

O turismo é um fenômeno social que antecede as viagens que os jovens aristocratas ingleses realizavam, acompanhados de seus competentes e ilustrados preceptores, às principais cidades europeias dos séculos XVIII e XIX (ANDRADE, 1995, apud BARROS, 1999). O *grand tour*, sob o rótulo de “viagem de estudo”, assumia o valor de um diploma, conferindo-lhes *status social*, embora, na realidade, a programação se fundamentasse em grandes passeios de qualidade e com atrativos prazerosos, que denominam de *turísticos*, nomenclatura assumida para expressar a realização de viagem através de regiões e países diversos, ou para

significar a realização de "volta ao mundo conhecido" ou possível à sociedade mais evoluída da época (BARROS, 1999).

Ainda é no trabalho de Andrade (1995, apud BARROS, 1999) que existe a afirmação de que os ingleses "nobres" consideravam que somente as pessoas que faziam o *grand tour* através da Europa, detinham cultura que, no momento que o roteiro europeu passou a ser familiar a esses "nobres", as atenções passaram a voltar-se aos que chegassem a outros destinos, como às Américas, ao Extremo Oriente, ao Egito, entre outros.

O turismo organizado surgiu como consequência do desenvolvimento tecnológico da Revolução Industrial e da formação de parcelas da burguesia comercial e industrial com tempo, dinheiro e disponibilidade para viajar, em meados do século XIX. (TRIGO, 1999, apud BARROS, 1999)

O grande divisor de águas na história da humanidade e um marco para o turismo, foi a Revolução Industrial, em razão de ter sido por intermédio deste acontecimento que surgiram fatores como diminuição da jornada de trabalho, descanso nos fins de semana e férias anuais remuneradas, que passaram a contribuir significativamente para o incremento das atividades ligadas ao lazer e às viagens. (DIAS e AGUIAR, 2002, apud MIGUEL e SILVEIRA, 2008)

Neste mesmo período houve uma sensível melhora nos meios de transporte nos serviços de alimentação e o aparecimento dos primeiros meios de hospedagem tornando, esse momento da história o início das práticas turísticas tais como são conhecidas nos dias de hoje. (BOYER, 1996, apud MIGUEL E SILVEIRA, 2008)

Outro fato importante desse período foi o despertar da primeira agência de viagem, fundada por um jovem inglês chamado Thomas Cook, pastor da igreja batista que em 1841 idealizou alugar um trem com o objetivo de levar cristãos para uma excursão entre as cidades de Leicester e Loughborough, na Inglaterra, com a finalidade de participarem de um congresso sobre o alcoolismo (BONALD, 1984; LAGE e MILONE, 1999; OLIVEIRA, 2000, apud MIGUEL E SILVEIRA, 2008). Cook, segundo estes autores, foi responsável pela organização completa (acomodação,

transporte e atividades no destino) da viagem e pela criação de documentos muito utilizados até os dias de hoje, como voucher (espécie de recibo de pagamento) e do circular note (traveller check – cheque de viagens). O fenômeno turístico como se conhece até hoje é, portanto, creditado a Thomas Cook.

Foi a partir da Primeira Guerra Mundial que a atividade turística começou a ser explorada com maior intensidade e com o objetivo de captação de divisa para os países europeus. É quando surgem os primeiros pesquisadores da área, fazendo com que a atividade deixe de ser vista apenas como lazer. (SITÔNIO, 2006).

Uma das mais antigas definições sobre turismo é de Schwing (1930), que diz ser esta atividade o “movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de sua residência permanente, por qualquer motivo relacionado com espírito, seu corpo e sua profissão” (SCHWINK, 1930, apud SITÔNIO, 2006). Este conceito foi aprofundado ao longo dos anos por outros estudiosos e entidades internacionais. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações (antecessora da ONU – Organização das Nações Unidas) classifica a atividade como toda viagem realizada por um indivíduo com permanência superior a 24 horas(SITÔNIO, 2006). A partir daí, o turismo passou a ser definido pela Organização Mundial de Turismo – OMT, apud Oliveira, 2000), como:

O fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

O fenômeno turístico começa a se firmar como atividade econômica a partir do Século XIX (MIGUEL e SILVEIRA, 2008). Diversos estudiosos são de opinião que o aperfeiçoamento do sistema ferroviário e a utilização de navios a vapor, do automóvel e do avião - estes últimos após as duas Grandes Guerras Mundiais - como meios de transportes utilizados nas atividades turísticas, contribuíram de forma decisiva para a evolução do turismo (MIGUEL e SILVEIRA, 2008)

Segundo a afirmação de Ruschmann (1999), o turismo é o maior dos movimentos migratórios da história da humanidade e caracteriza-se por sua taxa de

crescimento constante. A expansão do turismo está ligada diretamente ao progresso econômico, à concentração urbana, às facilidades de circulação e ao desenvolvimento dos transportes (RUSCHMANN, 1999).

A atividade turística, nos dias atuais, é considerada no cenário da economia mundial como uma das mais expressivas. Este segmento, também tem a seu favor o fato de ser o setor que mais presta serviços no mundo, além de ser responsável por receitas importantes para setores da economia, sendo, portanto, um grande gerador de empregos, renda e divisas, por reunir condições que, se bem planejadas, podem contribuir na solução de problemas que impedem o desenvolvimento econômico-social de uma localidade.

Esse pensamento está em sintonia com a argumentação de Sitônio (2006), quando diz que os benefícios associados à atividade turística, dentro de uma economia bem planejada, são conseqüências da cooperação e integração entre o ator público e o ator privado, em que o governo tem o papel de implantar uma infraestrutura física básica adequada e, o setor privado, desenvolver os serviços turísticos de qualidade, além de ambos os atores buscarem interagir e envolver a população local, que terá o papel de contribuir para proporcionar a sustentabilidade e qualidade da atividade turística.

1.2 – Desenvolvimento e Turismo Sustentável

A palavra chave que vem ocupando o centro do palco das discussões neste novo milênio é Desenvolvimento Sustentável. Ao lado dos desafios da desigualdade social, do desemprego, da pobreza e da paz mundial, vivemos a incerteza de novos tempos. As transformações resultam do processo de transição da modernidade para a sociedade pós-moderna, sendo essa última caracterizada pela emergência de novos paradigmas, que exigem a adoção de novos olhares em relação à questão ambiental e especificamente a gestão turística.

O turismo surge como o setor da economia que mais gera renda, distribui riqueza, cria empregos, combate à pobreza e promove o entendimento entre as pessoas e os povos. Segundo Relatório da *World Travel and Tourism Council*

(Conselho Mundial de Viagens e Turismo), 1993, “o turismo tornou-se o maior setor econômico do planeta”. Reforçando esta teoria tem a afirmação de Trigo (1998, op cit no texto Desenvolvimento Turístico e Indicadores: Reflexões Teóricas. Disponível no site: <http://projetur.com.br/blog/>), que diz:

O turismo está entrelaçado com o entretenimento, à indústria cultural eletrônica e imprensa, o esporte e a saúde (...) O turismo é discutido atualmente como uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial (...) Com a implementação de novas tecnologias, como a informática e as telecomunicações e a engenharia genética, o turismo está ajudando a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização e, em última análise, a nova ordem econômica internacional

A discussão sobre a relevância do turismo para o desenvolvimento sustentável nos remete a olhar como o crescimento e o desenvolvimento econômico era concebido na história econômica da humanidade. Ainda segundo o texto citado, não perder a perspectiva histórica é fundamental para compreender os desafios contemporâneos do desenvolvimento, como sinônimo da melhoria de qualidade de vida da população. Por isso, crescer qualitativamente com o advento da atividade turística é promover o equilíbrio do meio ambiente, do homem e da economia,

1.2.1 – Precedentes

A exploração predatória dos recursos naturais, acarretando o aumento da poluição tanto no solo, como na água e no ar, comprometendo, sobremaneira, o equilíbrio dos ecossistemas, tornou-se um problema para a comunidade científica internacional, devido aos impactos que essa depredação pode causar ao planeta.

O surgimento da primeira abordagem sobre a questão ambiental, apresentada de forma global, foi o início de um trabalho que ainda não tem prazo para terminar. A cidade de Estocolmo na Suécia, no ano de 1972, foi palco dessa primeira abordagem, que recebeu o nome de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, chamada também de Conferência de Estocolmo.

Segundo Sitônio (2006), os países envolvidos no encontro buscaram respostas para os problemas até então existentes, bem como realizaram tentativas

de definir linhas de ação. Os assuntos apresentados e debatidos enfatizaram as relações entre o homem e o meio ambiente, com destaque para o combate à poluição, oriunda dos problemas ambientais. Os princípios que nortearam a Conferência, um total de 26, espelham as principais preocupações e concepções ambientais existentes na época; e como destaque se tem os princípios de números cinco e oito, que dizem, respectivamente:

[...] “os recursos naturais não renováveis devem ser utilizados de maneira a evitar o perigo de seu esgotamento e assegurar que os benefícios de seu aproveitamento sejam compartilhados por toda a humanidade”.

[...] “o desenvolvimento socioeconômico é imprescindível para garantir ao homem um ambiente propício à vida e ao trabalho e para criar as condições necessárias à melhoria da qualidade de vida”.

Nas 106 recomendações contidas no Plano de Ação da Conferência de Estocolmo, buscou-se estabelecer as bases para a adoção de medidas voltadas para o aumento do conhecimento do meio ambiente, a melhoria de sua qualidade e sua preservação (SITÔNIO, 2006).

Movimento de grande repercussão para as questões ambientais, a Conferência de Estocolmo foi o primeiro passo para o desenvolvimento e obtenção, na prática, de alguns resultados significativos (SIT, 2006), quais sejam:

- a) Desenvolvimento de uma legislação ambiental internacional;
- b) A melhoria da qualidade do ar em grandes centros urbanos;
- c) A criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que trata de questões ambientais;
- d) O meio ambiente passa a ser uma preocupação global e objeto de negociação entre países.

Depois da Conferência de Estocolmo, vários debates foram realizados por organizações internacionais, todas envolvidas com a problemática do desenvolvimento mundial, passando o meio ambiente a compor, de forma mais enfática, a pauta de entidades internacionais, desencadeando, desta forma, a

necessidade dos países, tanto os desenvolvidos como os em desenvolvimento, interajam em conjunto.

No ano de 1983, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, considerado uma agência do sistema ambiente das Nações Unidas, fica com a incumbência de estabelecer estratégias ambientais que deverão ser implantadas e executadas a partir do ano 2000. Para realizar este trabalho foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMMA), com o objetivo de fazer uma nova análise da questão ambiental de forma inter-relacionada com o desenvolvimento, bem como a formulação de ação com objetivo de desenvolver uma Agenda Global para Mudança (SITÔNIO, 2006).

Os anos 80 foram considerados como a década da globalização das preocupações com a conservação do meio ambiente. E um dos exemplos claros desta preocupação global, foi o surgimento do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Também conhecido como "Relatório Brundtland", em razão do nome de sua coordenadora, este documento foi publicado em 1987, sob o título "Nosso Futuro Comum", disseminando mundialmente o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nosso Futuro Comum foi um trabalho que veio atentar para a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento, capaz de manter o progresso em todo o planeta e, no longo prazo, ser alcançado pelos países em desenvolvimento e também pelos desenvolvidos e apontou a pobreza como uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais do mundo, pois segundo ainda a crítica do documento, é o modelo adotado pelos países desenvolvidos, que é insustentável e, sendo assim, impossível de ser copiado pelos países em desenvolvimento, sob pena de se esgotarem rapidamente os recursos naturais, e, desta forma, o relatório cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, "*o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*" (WCED, 1991, apud TAYRA, 2007).

Resumidamente, “Nosso Futuro Comum”, apresenta a ideia de desenvolvimento sustentável na qual as questões de ordem ambiental devem ser consideradas nas tomadas de decisões econômicas em busca de desenvolvimento (SITÔNIO, 2006).

Sitônio (2006) também afirma que a expressão “turismo sustentável” surge com mais ênfase, nesse período, principalmente por meio do setor público, que passou a dar mais importância aos impactos causados ao ambiente pelas atividades turísticas.

A década de 90 foi marcada por uma grande evolução em relação à consciência ecológica, devido ao termo “qualidade ambiental” começar a fazer parte do cotidiano das pessoas.

Outro acontecimento marcante nessa década foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, conhecida como Cúpula da Terra, Rio 92 ou Eco 92, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1992 e teve o “Relatório Brundtland” como norteador das discussões apresentadas naquele encontro.

Os principais documentos produzidos e aprovados, segundo Kraemer (2005) e Sitônio (2006), foram: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Carta da Terra); Agenda 21; Convenção sobre a Mudança do Clima; Convenção da Biodiversidade; Reestruturação do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environmenta Facility–GEF), criado em 1990 pelos países desenvolvidos e administrado pelo Banco Mundial e PNUMA.

1.2.2 – Desenvolvimento Sustentável

Os novos padrões comportamentais da sociedade apontam para um desequilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente. Os impactos provocados pelo homem através de ações desprovidas dos necessários cuidados preservacionistas em um contexto de um intenso crescimento populacional têm causado, a par de transformações socioeconômicas desejadas, a degradação nos ecossistemas

existentes. A teoria do desenvolvimento sustentável vem à tona então na tentativa de promover a minimização dos impactos ambientais negativos e garantir a oferta de produtos, de maneira que não comprometa as condições de sobrevivência das futuras gerações.

Na tentativa de suprir as demandas da população que sofre forte pressão consumista do atual sistema capitalista, o crescimento econômico de cada região geralmente subestima os preceitos básicos de preservação ambiental e ultrapassa os limites da responsabilidade social, especialmente quando se trata da exploração dos recursos naturais ainda disponíveis.

Embora existam conflitos e divergências no que se refere ao conceito de desenvolvimento sustentável, os indicadores e formas para atingir tal finalidade ainda estão pouco definidos. Governo, políticas públicas, empresas, órgãos responsáveis pelo gerenciamento do meio ambiente, entre outros, se deparam com a insuficiência de informações e critérios para que se estabeleça o objetivo final do tão sonhado desenvolvimento sustentável. A legislação que é inerente ao processo de construção do desenvolvimento ainda é deficiente para enfrentar os desafios que a questão ambiental exige.

Mas o que de fato vem a ser desenvolvimento sustentável? Embora seja um tema muito presente nos últimos anos é um termo que surgiu para nós recentemente. Gonçalves (2005, p. 12) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no início da década de 70 com estudos realizados pela Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas com o objetivo de responder as preocupações da humanidade com a crise ambiental e social que se estabeleceu desde a metade do século passado.

Um dos conceitos mais conhecidos é da World Commission on Environment and Development (1987), que afirma o seguinte:

Desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos e do desenvolvimento tecnológico, e a mudança institucional estão em harmonia e melhoram o potencial existente e futuro para satisfazer as necessidades humanas.

Para Veiga (2006), desenvolvimento é frequentemente entendido como crescimento econômico. Enfatiza ainda a incoerência do conceito quando diz que:

(...) dois séculos de pesquisas históricas, teóricas e empíricas sobre o crescimento econômico reduziram bastante a margem de dúvida sobre essa noção, muito embora persistam – e talvez tenham até aumentado – as dúvidas sobre os seus principais determinantes.

No entanto, a vulgarização do neoliberalismo, no final do século passado levou a um crescimento econômico desordenado e o compromisso com o meio ambiente ficou em segundo plano, desacreditando a idéia de sustentabilidade.

O atual modelo econômico gera um processo de crescimento baseado num consumo desordenado e na estimulação da destruição das condições ecológicas de sobrevivência.

É importante a busca de uma visão mais realista no que se refere ao equilíbrio entre o crescimento do progresso e a humanidade, tornando-se de suma importância que se busque a conscientização e a tão desejada sobrevivência planetária. Nesta condição, a racionalidade econômica e a busca desenfreada de poder em suas diversas esferas, potencializam uma devastadora ameaça aos ecossistemas naturais. Assim, o tão almejado desenvolvimento econômico provoca destruições das condições fundamentais da sustentabilidade, ao passo que os estímulos dos bens de consumo e dos bens naturais provocam catástrofes.

O consumo desenfreado e a falta de racionalidade por parte da humanidade levantam difíceis dificuldades na busca da sustentabilidade. Assim, verifica-se que a natureza passa por inúmeros desafios, a comercialização de seus recursos, a falta de preservação da qualidade ambiental, enfim o descaso e a falta de racionalidade humana, além da busca de poder e a dificuldade de um crescimento sustentado.

O conceito do desenvolvimento sustentável, que compõe o elenco dos princípios da Carta da Terra, expressa a preocupação com a equidade social entre as gerações e afirma que deve existir um limite para o crescimento econômico e a intervenção do homem na natureza (SITÔNIO, 2006). O que isso significa,

concretamente, é que: o desenvolvimento sustentável está voltado para o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. (WCED, 1991, p. 46, apud TAYRA, 2007).

Observa-se que neste conceito foram embutidos pelo menos dois importantes princípios: o de necessidades e o da noção de limitação. O primeiro trata da equidade (necessidades essenciais dos pobres) e o outro se refere às limitações que o estágio da tecnologia e da organização social determina ao meio ambiente.

Os pontos centrais do conceito de desenvolvimento sustentável elaborados pela CMMAD e contidos no relatório Nosso Futuro Comum e que se tornaram a linha mestra da Agenda 21, foram, segundo Tayra (2007):

"... tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim, o "desenvolvimento sustentável" é um objetivo a ser alcançado não só pelas nações 'em desenvolvimento', mas também pelas industrializadas.

"... atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos chaves: i) o conceito de 'necessidades', sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade e: ii) "a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

"Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades aspirações humanas".

A Agenda 21 pode ser entendida como uma ferramenta de planejamento, utilizada com o objetivo de construir uma sociedade sustentável, em esferas geográficas diferentes, que concilia métodos de crescimento econômico, igualdade social, preservação ambiental e conservação e manejo dos recursos naturais. E como bem observou Sitônio (2006), o termo "agenda" buscou registrar os

compromissos das nações com as mudanças para esse novo modelo de desenvolvimento sustentável.

A pesquisa de Sitônio (2006) faz um comentário sobre a economia mundial, iniciando por dizer que o desenvolvimento sustentável demonstra a necessidade de incorporar aspectos ambientais na economia para integrar, além do lado econômico, a qualidade de vida. Prosseguindo, o estudo diz que até a década de 60 o PIB era basicamente o único índice adotado, mas em seguida outros indicadores começaram a surgir apresentando novos conceitos como necessidades básicas, crescimento com equidade (distribuição da renda), que complementariam o entendimento do crescimento econômico, e que foi em meados da década de 1980, que teve início o debate acerca dos indicadores ambientais que reuniu a Comissão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, o Banco Mundial, o Comitê Científico sobre Problemas Ambientais.

Foi a partir desse debate que foram definidos os indicadores de estado, que mostravam o estado físico e biológico dos recursos naturais; e os indicadores de pressão, que dizem respeito aos impactos das atividades humanas no ambiente. Em 1990, a ONU introduz o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que reúne quatro índices: expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/per capita (SITÔNIO, 2006).

O estudo de Sitônio (2006) também observa que tradicionalmente os modelos econômicos desenvolvidos até então consideravam a economia como produção de bens materiais e serviços, sem se preocupar com as questões ambientais, pois entendiam que os recursos naturais eram um bem inesgotável, ou seja, o patrimônio natural não era contabilizado na situação econômica, não eram consideradas as perdas de ecossistemas e os custos resultantes de recuperações ambientais (tratamento de água, reflorestamentos, entre outros), pois as medidas convencionais adotadas para mensurar o desenvolvimento (exemplos: PIB – Produto Interno Bruto, PNB – Produto Nacional Bruto), muitas vezes oferecem uma visão distorcida da realidade, que mostra o aumento da renda, pura e simples, não mostrando a distribuição de riqueza e o bem-estar da sociedade.

Fica evidente que o desenvolvimento sustentável tem condições de oferecer uma melhor qualidade de vida às pessoas e não é exagero afirmar que ele deve ser encarado como um objetivo a ser alcançado por todos, onde a ênfase para a importância da superação das disparidades entre países ricos e pobres é imprescindível, por se constituir em um meio para o alcance do êxito. Portanto, o caminho que leva ao Desenvolvimento Sustentável, exige mudanças, tanto nas políticas internas, como externas dos países, sendo essencial a interação de todos para o alcance desse desenvolvimento.

Também se observa que a propagação da ideia de desenvolvimento sustentável repercutiu mundialmente de diversas formas, entre os vários agentes interessados em crescimento econômico. Segundo Almeida Junior, apud Barros (1999), a atividade econômica turística é uma das que visivelmente estão sendo influenciadas pela tentativa de elaboração de novos parâmetros que conceitualizem o desenvolvimento como um processo “ecologicamente viável e socialmente justo, em termos das gerações presentes e futuras”.

Para ser levado a efeito, o turismo não podia deixar de buscar a sustentabilidade, pois seu sucesso depende essencialmente da qualidade do ambiente natural, cultural e humano. Isto nos leva até Manning e Dougherty, 1996, apud Barros (1999), que afirmam que está bem estabelecido que as preferências de destinos, para os turistas, são fortemente influenciadas pelo ambiente cultural e natural do local.

1.2.3 – O meio ambiente e a atividade turística

O meio ambiente tem forte correlação com a atividade turística, em função da preocupação latente em relação aos recursos naturais, que cada vez mais vêm sofrendo alterações com sua degradação, seja por problemas globais ou por atividades predatórias provocadas pelo homem (SITÔNIO, 2006).

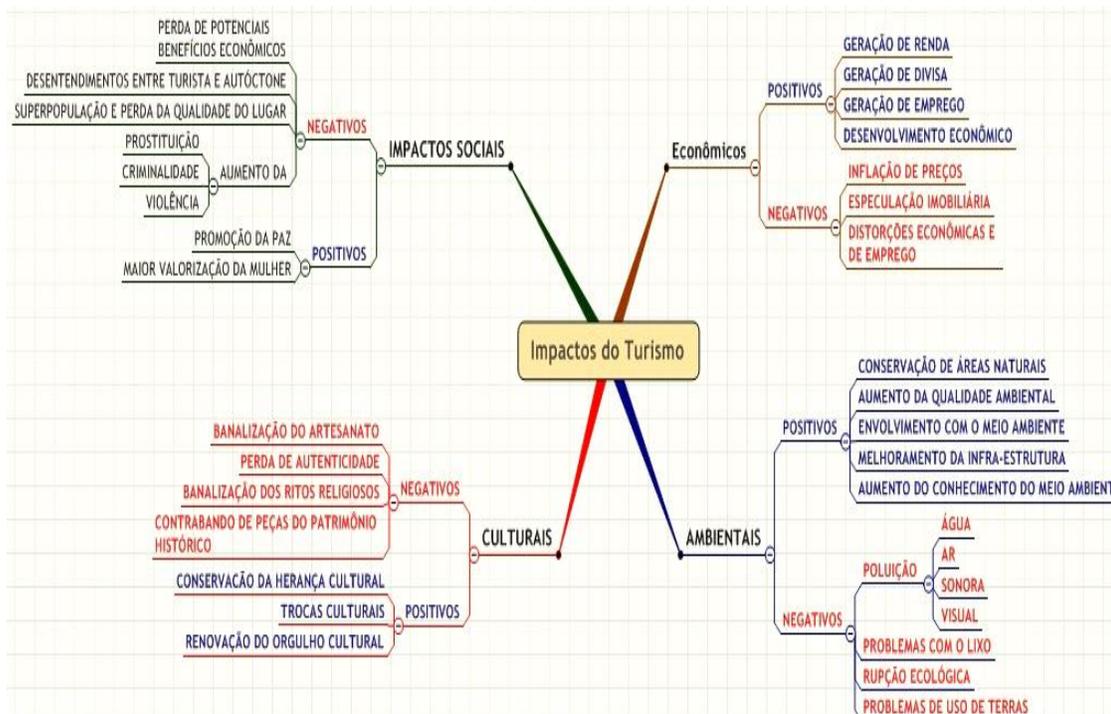
A necessidade de um planejamento adequado para a atividade turística é fundamental. Esta medida beneficia o meio ambiente, evitando que problemas como: altas taxas de crescimento, crescimento urbano desordenado ou degradação

dos recursos naturais ocorram ou se alastrem. Portanto, é essencial uma gestão turística que garanta sua sustentabilidade como atividade econômica, mas se adotando todos os cuidados possíveis para não comprometer o meio ambiente.

O fascínio que o turismo vem despertando na atualidade, principalmente nos empreendedores, ocorre devido às estatísticas da atividade que impressionam bastante. De acordo com os dados da OMT, no ano de 2006 foram registrados 800 milhões de desembarques internacionais e as atividades turísticas responderam por 160 milhões de empregos (WTO, 2007, apud artigo: “O turismo e o desenvolvimento local”, 2009).

Esse quadro de crescimento faz com que ocorra o aumento de um considerável número de empreendimentos que vão se instalando nas cidades ou em localidades que tem algum potencial turístico e que recebem turistas. Dessa maneira, aumenta a importância e necessidade de estudos e pesquisas no setor, visando orientar esse crescimento e organizar as ações humanas no que diz respeito às instalações e facilidades necessárias para que a atividade turística seja introduzida e mantida de maneira sustentável, ao meio ambiente, à cultura e à comunidade local, buscando minimizar os possíveis impactos negativos e maximizar benefícios e impactos positivos. (Artigo: O turismo e o desenvolvimento local, 2009, op. cit).

Alguns desses impactos podem ser visualizados a seguir, na página seguinte.



Fonte: (Artigo: O turismo e o desenvolvimento local, 2009 - <http://projetur.com.br/blog/> - pesquisa em 15-10-2011)

Figura 1 – Impactos do Turismo

É fundamental, portanto, que o trabalho desempenhado visando o progresso do turismo, seja realizado tendo o planejamento como um alicerce imprescindível, evitando-se, dessa forma, os problemas que poderão surgir caso este trabalho seja feito de livre vontade. Quando o turismo se desenvolve com base em planejamento é mais fácil minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo a longo prazo (HALL, 2001, apud artigo O turismo e o desenvolvimento local, op cit). .

1.2.4 – Turismo sustentável

Admite-se como certo que o turismo é uma atividade geradora de empregos, traz aumento de renda para a região receptora e conseqüentemente maior arrecadação de impostos, ficando, portanto, justificado a sua classificação como uma das principais atividades econômicas do mundo (OLIVEIRA e ZOUAIN).

Tratando-se do Brasil ao comprovar ser o turismo uma das principais atividades econômicas do mundo, o governo brasileiro criou o Ministério do Turismo, em 2003, convencido da relevância do turismo. O turismo, no entanto, tem outro lado que precisa ser trabalhado a fim de não comprometer seus aspectos positivos. Oliveira e Zouain, afirmam que mesmo se reconhecendo a importância do turismo é preciso conhecer os impactos causados e fazem a seguinte observação,

há de se pesar os impactos negativos no meio ambiente a partir de sua utilização em benefício da atividade turística e avaliar o desenvolvimento local em relação aos principais pontos elencados pela sociedade, tendo como base a verificação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da localidade trabalhada, e ainda, afirmam a distribuição de renda mais equitativa é um dos pontos levantados para a verificação desse índice.

Entre as características da atividade, sugeridas por Beni (2001), esta pesquisa escolheu duas por se adequarem mais à localidade de Porto de Galinhas, ou seja, para o autor, o turismo é um eficiente meio para:

- a) Promover a difusão de informação sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais;
- b) Abrir novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região.

O fato de o turismo provocar ao mesmo tempo benefícios socioeconômicos e efeitos maléficos, quando não devidamente controlados, leva a situações conturbadas, pois o espaço físico onde ele se desenvolve é invariavelmente afetado.

O turismo de massa foi um fenômeno que começou a surgir a partir da metade do século XX, que foi caracterizado por Ruschmann (2002) como sendo um grande número de pessoas que viajam para determinadas localidades, ou em grupos ou individualmente, concentrando-se em períodos específicos do ano e que segundo a autora é um tipo de turismo que vem sendo considerado um dos maiores responsáveis às agressões dos espaços naturais.

Swarbrooke (2000), nos seus estudos, sobre a relação entre o desenvolvimento do turismo sustentável e o não sustentável, afirma que enquanto o

desenvolvimento sustentável busca uma escala adequada, prazos longos, controlado, com bases qualitativas, estratégias de desenvolvimento baseadas em planejamento, conceito, preocupação com a cultura local e a sua conservação, o desenvolvimento não-sustentável foge a essas regras que são as diretrizes para o bom funcionamento dos equipamentos turísticos como um todo. Diante dessa abordagem, Oliveira e Zouain afirmam, em seu artigo, que o turismo sustentável está ligado a uma área de abrangência muito ampla, que alcança os mais diversos elementos formadores do turismo, tais como: políticas e práticas conservacionistas, políticas públicas do setor, a comunidade local, as práticas organizacionais do turismo, a utilização dos recursos, o usuário, entre outros. Ainda segundo o artigo

Ainda segundo o artigo, o turismo sustentável surge então, como uma alternativa ao modelo de turismo até então adotado na grande maioria dos países.

A expressão “turismo sustentável” talvez tenha começado a ser empregada na década de 1980, época em que também se usavam as expressões “questões verdes” ou “turismo verde”, utilizadas, principalmente, no Reino Unido, Alemanha e França. Segundo Rabahy (1988:87), apud Sitônio (2006), a definição de turismo sustentável começou a ser debatida no início da década de 1990, mas sua origem baseia-se no conceito amplo de desenvolvimento sustentável (SITÔNIO, op. cit).

Coincidindo com a autora, Swarbrooke (2000), por sua vez, aponta a expressão “turismo sustentável” como consequência das considerações elencadas a partir de 1980 segundo as implicações apresentadas no Relatório de Brundtland, que define por “sustentável” o “desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”. Para o autor, certamente, isso leva a sociedade a buscar uma perspectiva caracterizada por um prazo mais longo que o usual, e a partir de então passa a se envolver uma necessidade de intervenção e planejamento, que faz com que a abrangência do termo sustentabilidade se estenda ao meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos (OLIVEIRA E ZOUAIN).

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo¹, por intermédio da realização da Oficina de Joinville (SC), em 1995, define o turismo sustentável como: “[...] o turismo explorado de forma consciente, organizado e planejado, onde se permite a sua continuidade”.

A realização da Global Conference on Business and the Environment (Globe '92) (Conferência Global sobre Negócios e Meio Ambiente), em 1992, na cidade de Vancouver, British Columbia (Colômbia Britânica), uma província do Canadá, foi uma declaração desafiadora para o setor turístico global, onde os autores Manning e Doughert (1996) apud Barros (1999), afirmaram que essa declaração identificou alguns passos necessários para que a indústria se torne ambientalmente sustentável. São eles:

- Criar uma organização nacional institucional para o turismo sustentável, incluindo uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo e a criação de uma política mais segura e estruturas de planejamento;
- Proteger os recursos centrais de base para o sucesso da indústria;
- Estabelecer associações de fornecedores do turismo com as comunidades locais e com a iniciativa privada para construção de um turismo sustentável;
- Desenvolver um melhor inventário e sistemas de monitoramento para ambos os recursos de base e as ações de turistas;
- Utilizar melhores tecnologias e "desing" para minimizar os impactos negativos;

PNMT - **Programa Nacional de Municipalização do Turismo** surgiu em 1994, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, correspondendo ao mais bem estruturado planejamento da atividade, propondo uma integração e descentralização do planejamento e da gestão do setor. O PNMT segundo Dias (2003) “adota a metodologia da Organização Mundial de Turismo”, abordando a sustentabilidade como importante temática para a discussão do planejamento nas localidades, tendo na criação do Conselho Municipal do Turismo o espaço desta argumentação dos envolvidos com o turismo. É uma tentativa de criar um consenso de propostas para o desenvolvimento local. Este mesmo modelo reflete-se no Comitê Estadual do PNMT e na sua coordenação geral, o Comitê Executivo Nacional do PNMT. Este plano possibilitou uma ordenação do turismo que se refletiu nas prefeituras, Unidades Federadas e na União, possibilitando garantir a presença da temática do turismo em todos os Estados e em muitos municípios com potencial turístico. Segundo Dias (2003), como resultado do PNMT “o município deve construir sua política dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. [...] tendo como baliza a Política Nacional de Turismo”. Este norteamento possibilitou descentralizar a construção da política, tendo, entretanto, a crítica quanto à centralização da execução e do controle.

- Tirar vantagens do mercado a favor de um produto turístico "verde"; e
- Desenvolver padrões para a indústria e encorajar a colaboração, em todos os níveis, no desenvolvimento e na implementação de efetivos mecanismos reguladores.

Todos esses objetivos juntos formam uma agenda para a indústria transformar seus planos e projetos futuros, e, retomem suas atividades com uma nova roupagem, ou seja, para que se transforme em uma indústria sustentável, por intermédio de um planejamento mais eficiente e uma gestão responsável. É importante salientar que é fundamental que a comunidade local esteja envolvida nas tomadas de decisão, quanto ao planejamento, desenvolvimento e a gestão do turismo, e receba benefícios equitativos desse setor (BARROS, 1999).

Também foi em Vancouver, Canadá, que aconteceu outro evento sobre turismo sustentável, em 1996 no World Congress Adventure Travel and Tourism (Congresso Mundial de Viagens de Aventura e Turismo), onde os participantes chegaram aos seguintes consensos para a atividade:

- a) O turismo sustentável estimula uma compreensão dos impactos da atividade nos ambientes: l e gera divisas;
- b) Busca o equilíbrio entre a atividade e a preservação do ecossistema;
- c) Promover a melhoria da infraestrutura;
- d) Estimula a participação da população para traçar o planejamento local;
- e) E estimula a parceria entre o ator público e o ator privado.

Assim, o turismo sustentável tenta maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos, buscando um equilíbrio entre o meio ambiente, o meio econômico e o meio social (SITÔNIO, 2006).

Segundo Swarbrooke (2000, p. 2) pode-se definir como turismo sustentável o “turismo que é economicamente viável, mas não destrói os recursos dos quais o turismo no futuro dependerá, principalmente o meio ambiente físico e o tecido social da comunidade local”. Mesmo que fique claro que essa definição tem uma posição economicista, como na expressão: “turismo que é economicamente viável”, o autor

teve o cuidado de complementá-la, chamando atenção para a necessidade que se deve ter com a preservação do meio ambiente.

Martins, 2003, por sua vez, afirma que o turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras. Observa-se que este conceito está ligado diretamente ao conjunto dos atrativos naturais, básicos do sistema turístico, como florestas, clima, rios, lagos, montanhas, serra, sol e mar e a diversidade da fauna; e dos atrativos turísticos culturais, principalmente o patrimônio histórico cultural, sempre tendo presente as dimensões econômica e social, considerando o potencial de geração de emprego e renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população.

A OMT, em 1995 define o Turismo Sustentável como aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Aqui fica evidente que este conceito exige integração com meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil balanço que caracteriza muitas destinações turísticas.

Na prática, o rumo para refrear os impactos negativos do turismo sustentável, segundo Wheller apud Ruschmann (2003, p. 115) é

[...] a educação para o turismo voltado para a arte de viajar deve tomar-se uma “técnica cultural” e seus conhecimentos deverão ser obrigatórios para os “turistas”. Devemos, frente às estas questões, trabalhar para a educação e a conscientização para o turismo, trabalhando o futuro desta atividade no mundo, buscando uma inserção planetária do ser humano.

O professor John Swarbrooke, (2000, p. 3,), trabalhou os seis atores envolvidos no turismo sustentável, que ele chama de conjuntos-chave, bem como o vínculo entre eles, numa visão de sistema turístico. São eles: O setor público, inclusive órgãos supra-governamentais, os governos nacionais, as autoridades locais e organizações quase governamentais; A Indústria do turismo; As Organizações do setor voluntário, especialmente entidades profissionais; A comunidade local; A mídia; e O Turista.

Preocupações com a conservação ambiental exigem medidas que contemplem o turismo sustentável. Para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados, Pearce apud Beni (2001, p. 61), considera as seguintes medidas:

Educação ambiental. Fundamental para a conservação das áreas receptoras do turismo ecológico deve atingir tanto a população residente como os turistas, a fim de preservar a atividade turística e garantir oportunidade de emprego.

Capacitação profissional. A preservação e a utilização dos atrativos naturais para o turismo também depende da formação de profissionais especializados para orientar e acompanhar a permanência dos turistas no espaço natural.

Estudo do impacto ambiental. Análise imprescindível para a conservação da integridade dos recursos naturais de interesse turístico, realizado por equipes multidisciplinares.

Capacidade de carga. Número máximo anual de visitantes que o atrativo turístico natural pode suportar, sem sofrer alterações, considerando-se o equilíbrio dinâmico entre ambiente, quantidade de turistas e qualidade de serviços instalados.

Plano de manejo. Conjunto de normas de uso de uma área de interesse turístico e de gestão de seus recursos ou atrativos. O plano de manejo, em harmonia com a implantação e administração da área, deve garantir sua proteção e aproveitamento de acordo com os objetivos preservacionistas e conservacionistas.

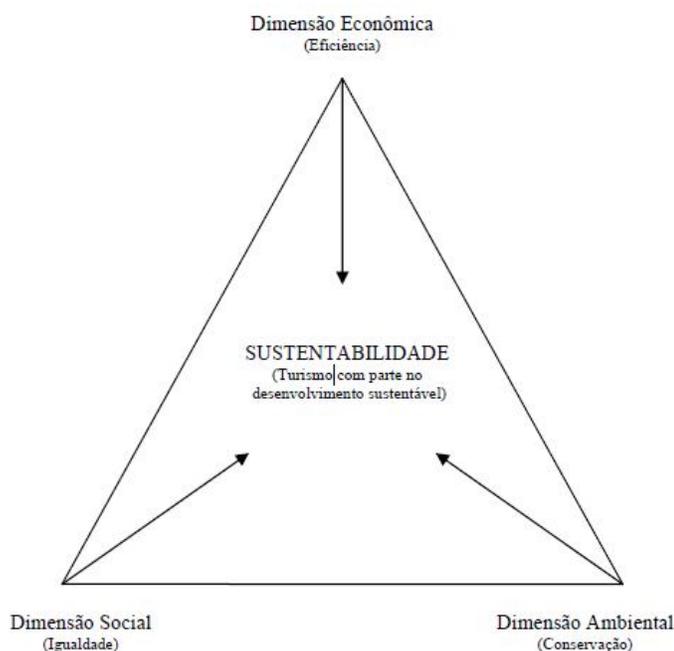
Controle ambiental. Todos os projetos, programas e empreendimentos do turismo ecológico devem ser fiscalizados tanto pelo agente público quanto pelas organizações não governamentais.

O referido artigo, alerta com muita propriedade para o contexto que envolve o desenvolvimento sustentável, que precisa ser observado e concebido de forma ampla, quando afirma que: embora o turismo sustentável seja tratado com mais peso no contexto de preservação do meio ambiente, não se pode descuidar das dimensões do desenvolvimento sustentável, que deve contemplar políticas de gestão ambiental de forma integrada com as políticas de desenvolvimento econômico e social, as quais, por sua vez, devem ser construídas com a efetiva participação da comunidade local.

Outra observação, também pertinente do artigo, é quanto ao desenvolvimento tradicional de um destino turístico, que leva ao esgotamento dos recursos naturais, descaracterização do patrimônio cultural e desestruturação da rede social, fazendo

muitas vezes que o destino perca seus encantos e seja abandonado pelos turistas que vão em busca de um novo paraíso.

Dentro desse contexto, Sitônio (2006) afirma que a sustentabilidade ecológica, sociocultural e econômica, são alguns dos princípios para o desenvolvimento do turismo sustentável, desta forma pode-se dividir o turismo sustentável em três grandezas, que são exemplificadas na imagem que Swarbrooke (2000), denominou de Pilares da Sustentabilidade:



Fonte: Swarbrooke (2000:129), apud Sitônio, 2006)

Figura 2 – Pilares da Sustentabilidade

Sitônio (2006) afirma em seu trabalho que a grandeza da economia se relaciona com o conceito pilar do turismo, que todos os tipos de turismo podem gerar contribuições positivas para a comunidade, desde que essas formas não proporcionem degradação dos recursos naturais. Isto significa dizer que o desenvolvimento sustentável em uma localidade requer que o progresso econômico local auxilie a comunidade, fazendo uso dos recursos locais.

O ambiente pode sofrer sérios danos, gerados principalmente pela procura permanente de benefícios econômicos, quando estes estão acompanhados da degradação dos recursos naturais, deixando claro que se faz necessário que sejam determinados quais benefícios são gerados pelo turismo e a manutenção do meio ambiente. Pois como enfatizou Sitônio (2006), a falta de recursos para implantação de políticas de apoio ao turismo em regiões que possuem alto potencial turístico, pode levar à degradação ambiental e local.

As atividades turísticas, quando bem elaboradas, promovem o aumento da autoestima local, ou seja, a conservação do patrimônio local e intercâmbios culturais, desta forma, quando a atividade não respeita o ambiente no qual se instala, podem gerar sérios problemas socioculturais como: a) aumento da população, tanto residente quanto temporária, interferindo no conforto dos moradores locais; b) distúrbios na identidade cultural modificando o estilo de vida tradicional da região; c) crescimento desordenado de comércio que é atraído pela demanda sedenta por serviços; d) diminuição da importância das manifestações culturais locais (Sitônio, 2006).

Nunca é demais atentar para o fato de que, mesmo sendo considerada uma atividade que gera emprego e renda, o turismo tem outro lado, que é muito preocupante, e está relacionado aos sérios efeitos negativos que pode causar ao meio-ambiente e ao patrimônio local, quando não planejado. Por isso, Sitônio (2006) afirma que o conceito de turismo sustentável deve ser assumido de forma contundente e severa para que não ocorram problemas econômicos, sociais e ambientais.

1.3 – Gestão Sustentável do Turismo

O campo da gestão é muito extenso, inclusive quando se trata do termo Gestão Ambiental, pois, só a temática ambiental aborda uma grande complexidade, constituindo um conjunto de fatores que faz parte de um todo. Buscando a etimologia das duas palavras de raízes latinas, *gestão* e *ambiental*, vê-se que Gestão ou *gestioni* exprime o ato de gerir, ou seja, ter gerência sobre, administrar,

reger, dirigir. Já o vocábulo Ambiental, é um adjetivo que se refere às coisas tanto do ambiente construído quanto do natural (PHILIPPI e BRUNA, 2004).

A gestão ambiental requer antes de tudo, conhecimento das práticas operacionais que envolvem questões concernentes à proteção e conservação dos ecossistemas. A proteção dos ambientes naturais está diretamente ligada aos valores ecológicos e econômicos do ecossistema como um todo, uma vez que existe uma necessidade, por parte da população, de utilização dos recursos do ecossistema. O Governo tem papel fundamental e deve gerir os recursos ambientais através de outros atores que fomentem a sustentabilidade dos ecossistemas. Lanna (1996, p.5) define a gestão ambiental como:

O processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais - naturais, econômicos e sócio-culturais - às especificidades do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos.

Reunir o poder público com a sociedade civil, órgãos não governamentais e empresas, entre outros, contribui para minimizar os problemas relacionados à falta de recursos e a falta de investimentos que proporcionem alternativas de uso e consumo com menor custo-benefício em termos ambientais. Partindo desse princípio, uma análise mais refinada da alocação e uso dos recursos naturais apontaria para uma maximização do lucro e traria maiores benefícios para a população que passaria a valorizar e respeitar cada vez mais a questão ambiental. Isto implica numa proteção e conservação eficiente dos recursos ambientais fomentada por políticas ambientais com diretrizes bem definidas, apoiada por um gerenciamento ambiental que norteie os instrumentos metodológicos necessários para uma boa prática e execução do planejamento.

Os administradores ao inserir o assunto sustentabilidade entre os seus objetivos e as suas ações, provocam, de uma maneira geral, uma ampliação substancial do conceito de gestão (SILVA, 2002; DONAIRE, 1999; e CALLENBACH et alii, 1993, apud SILVA, 2008). Como consequência, novas abordagens gerenciais, com conteúdos específicos surgem e evoluem (SILVA, 2008, p. 40, op cit).

Dentro desse contexto, surge à gestão ambiental, um processo gerencial sistemático de questões ambientais, que se integra à gestão global (SILVA,2008). Para Harrington (2001) e Reis (1996) apud Silva (2008), esse processo ao identificar aspectos ambientais e impactos, processos produtivos e produtos; estabelecem políticas, objetivos e metas para gerenciá-los; aloca recursos e talentos (como exemplo de recursos: tempo, dinheiro, máquinas, equipamentos e energia; e de talentos: inteligência, habilidade, conhecimento e inovação) necessários para uma implantação eficiente e eficaz; e, por fim, mede e avalia desempenhos e, quando possível, aperfeiçoa atividades.

Ressalte-se, no entanto, que a gestão ambiental está imbuída de características de ordem legal e técnica, dispensando atenção quase que exclusiva para o atendimento de exigências governamentais e de restrições mercadológicas. (SEIFFERT, 2005, DONAIRE, 1999; D'AVIGNON, 1996, apud SILVA, 2008, p. 40).

Afora isso, afirma Silva, a gestão ambiental difunde uma ideia de ênfase no ambiente natural, que é apenas um dos princípios do desenvolvimento sustentável. Desta feita, o processo que envolve a gestão ambiental pode implicar no risco de não ser levado em consideração todo o arcabouço teórico e prático da integração das questões sociais e econômicas, que começou na década de 50, e das questões naturais, que tiveram início na década de 60, (DONAIRE, 1999; CALLENBACH et alii, 1993, apud SILVA, 2008, p. 41).

Exatamente nesse momento, onde se observam várias restrições sobre a gestão ambiental, é que a gestão sustentável aparece, entendida por Silva, como um processo de planejamento, organização, direção e controle das atividades do homem, com bases nos princípios do desenvolvimento sustentável e que se faz acompanhar da exatidão semântica, da abrangência do conteúdo, da harmonia e do equilíbrio entre os princípios que a sustentabilidade proclama e prescreve.

Experimentalmente, o ato de gerenciar a atividade humana, envolve um processo onde estão contidos o planejamento, a organização, a direção e o controle. Visando um melhor entendimento do processo de gestão sustentável, Robbins,

2003; Bateman, 1999; Stoner; Freeman; Gilbert Jr, 1995, apud Silva, 2008, afirmam que:

Planejar significa que os gestores pensam previamente em seus objetivos e agem fundamentados em procedimentos lógicos, desprezando os palpites. Desta forma, os planos são os produtos do planejamento e definem as atividades do homem, os objetivos e os procedimentos para alcançá-los;

Organizar significa alocar recursos e talentos relacionando às atividades do homem de modo que os objetivos delas possam ser alcançados com eficiência. Os gestores, então, devem adequar constantemente as estruturas das atividades aos recursos e talentos disponíveis;

Dirigir significa estimular pessoas para que elas se motivem a realizar tarefas essenciais ao alcance dos objetivos das atividades do homem. Estimuladas e motivadas adequadamente, as pessoas tem seus esforços dirigidos aos objetivos;

Controlar significa que os gestores precisam se certificar de que as ações das pessoas levam-nas em direção aos objetivos previamente pensados. Isso envolve estabelecer os padrões de desempenho; medir os desempenhos atuais; comparar os desempenhos atuais com os padrões estabelecidos; e, caso sejam detectados desvios, realizar ações corretivas. Portanto, mediante o controle o gestor mantém as atividades do homem dentro dos limites desejados.

Desta feita, para a consecução de uma gestão de boa qualidade, o primeiro passo a ser dado começa com o planejamento, que deve estar associado à organização, a direção e ao controle (SILVA, 2008, op cit).

O artigo dos autores Nascimento e Silva, 2009, intitulado “Turismo Pós-Moderno: dilemas e perspectivas para uma gestão sustentável” declara que mesmo que as estatísticas apontem para um crescimento excepcional do turismo no mundo e no Brasil, aqui não apresentam resultados otimistas em relação aos fluxos turísticos, nacionais e internacionais. Fica evidente que o turismo é uma atividade de grande potencial para o desenvolvimento econômico do país, assim como os avanços obtidos com a Política Nacional do Turismo, decorrentes da descentralização do Plano Nacional de Turismo 2003/2007, porém, ainda são observadas limitações no tocante à integração entre as diferentes esferas de governo, entre o setor público e o setor privado, que repercutem no planejamento da atividade como também na avaliação dos resultados.

Entendem os autores acima mencionados, que a forma de auxiliar a administração do turismo dentro desse contexto precisa ser mudada, ou seja, deve-se atuar protagonizando nas diversas funções que agregam o turismo, contribuindo para elevar a participação da sociedade no processo de gestão.

Tem-se em mente que a proposta de gestão do turismo deve funcionar como um sistema nacional de planejamento, devendo ficar claro a participação e a responsabilidade de cada nível da administração pública e privada, com as suas respectivas parcerias, e para que isso se realize é essencial que sejam definidos os referenciais de planejamento e gestão para o turismo nestas diversas escalas de atuação - como planos e programas - de forma articulada (NASCIMENTO e SILVA, 2009).

Concordando com esse mesmo pensamento, Elliot, (1997) afirma que apenas os governos têm força suficiente para garantir a estabilidade política, a segurança e a estrutura legal e financeira que o turismo requer. E, ainda dentro desse contexto, Ignarra (2002) apud Nascimento e Silva (2009) pondera que “não é possível produzir turismo sem que haja direta e indiretamente uma participação do poder público, pois a ação governamental tem papel estratégico no seu desenvolvimento”.

Ruschamn, 1997, já dizia que o turismo pode ser uma opção ao desenvolvimento das comunidades e das pessoas. Porém se faz necessário um planejamento intenso, onde a comunidade precisa ter participação para que o resultado seja benéfico. As estatísticas da OMT - Organização Mundial do Turismo, 2006 são convincentes, ao afirmarem que de 6 a 8% do total de empregos gerados no mundo depende do turismo e que o turismo é o segmento que movimenta de forma direta 10% do PIB – Produto Interno Bruto mundial, ou seja, é a atividade que mais cresce atualmente no mundo (LAGE e MILONE, 2000), só perdendo para a indústria do petróleo.

Beni, 2001, também enfatiza o planejamento como crucial para uma gestão sustentável, quando diz que para a consolidação de uma gestão sustentável do turismo é imprescindível que se trabalhe a atividade com planejamento, existindo

também a necessidade de se ter um sistema integrado com outras atividades locais, além de ser indispensável ter planos de longo prazo e projetos estratégicos (BENI, 1991).

Desta feita pode-se concluir que o planejamento, quando bem elaborado, associado a uma gestão adequada é fundamental para a sustentabilidade da atividade turística, pois quando o turismo é mal planejado e tem uma gestão deficiente pode trazer efeitos negativos simbolizando perigo para a região e trazendo impactos ao meio ambiente de tipos e modos específicos, como prejuízos para o solo e para a vegetação, poluição para os cursos de água, perda da vida da flora, fauna e *habitat* selvagem e aumento da quantidade de lixo em locais visitados, além do vandalismo nos ecossistemas naturais e outros impactos ambientais indiretos (NASCIMENTO e SILVA, 2009).

Segundo Nascimento e Silva, o modelo de gestão que viabilize a sustentabilidade. Um destino sustentável é aquele que adota um conjunto de medidas sistêmicas, realizáveis e, particularmente, um planejamento duradouro, que se estenda a todas as fases do ciclo de vida do destino turístico e concatene seu desenvolvimento nos eixos do econômico, sociocultural e ambiental. Nesse contexto, cabe a afirmação de Ignarra (2001) apud Nascimento e Silva (2009), quando diz que qualquer destinação de turismo possui seu ciclo de vida e destaca as etapas como sendo: Exploração, Desenvolvimento, Consolidação, Estagnação, Rejuvenescimento ou Declínio. Concluindo esse pensamento, Nascimento e Silva afirmam que para manter um destino consolidado, ou se partir para uma fase de rejuvenescimento, é preciso constante aprimoramento e reposicionamento de mercado a fim de conservar o que já existe e atrair novas oportunidades. Isso, certamente, nos leva ao conceito de turismo sustentável, que de acordo com a OMT, com base no Relatório de Brundtland, em 1987, é aquele que:

- a) Atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta o natural, cultural e econômico; b) gera empregos locais (diretos e indiretos); c) diversifica a economia local.

Nota-se que, o desenvolvimento sustentável surge como uma idéia inovadora que pretende promover o equilíbrio e o bem-estar do ser humano com a preservação

da natureza. Tem-se que impor limites ao progresso econômico e a relação de consumo, os recursos naturais devem ser considerados na sua integralidade, pois são de extrema importância para a preservação humana e dos seres mudos da natureza.

1.4 – Planejamento e Turismo

No mundo contemporâneo, planejar é uma ação fundamental na realização de qualquer procedimento relacionado à vida humana, seja familiar, profissional, ou em qualquer outro aspecto. O planejamento é, portanto, uma ferramenta estratégica na consecução de objetivos, em razão do mundo moderno exigir uma postura, à frente de fatos e/ou acontecimentos atuais e futuros, que vise orientar a tomada de decisão, de forma acertada, garantindo dessa maneira resultados promissores.

A construção, portanto, de um caminho para o alcance de um futuro desejado é realizado por intermédio do planejamento. Para a Abordagem Neoclássica da Administração, as funções essenciais do administrador são: Planejamento, Organização, Direção e Controle, (CHIAVENATO, 1999).

Nesse quadro, o planejamento se destaca em razão de que para o administrador realizar com sucesso essas funções, necessário se faz que tenha uma visão abrangente e estude cenários futuros.

Dentro desse contexto, vamos buscar em Robbins (1978), a seguinte definição sobre planejamento:

Planejamento é a determinação dos objetivos a serem atingidos e dos meios pelos quais esses objetivos devem ser atingidos. É a decisão do que fazer, como fazê-lo e quem deverá fazê-lo. É a mais fundamental das quatro funções do processo administrativo porque estabelece a ponte entre onde estamos e onde queremos estar.

Segundo Mason (2003) apud Marujo et al (2010), o planejamento pode ser usado em diferentes contextos geográficos (urbano e rural), bem como ser aplicado em diversas escalas (local, regional e nacional). A visão de Vieira (2007, p. 29),

relaciona planejamento com poder, quando afirma que o planejamento é sempre um “instrumento de poder”, pois quem planeja antevê o futuro quantifica-o e orienta-o (MARUJO et al, 2010).

A dificuldade na definição precisa sobre o que seja a atividade de planejar deve-se aos conceitos que são amplos e variados. Mas de maneira geral, o planejamento pode ser entendido como um conjunto de atividades que “envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos e tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para que uma comunidade atenda aos seus desejos e necessidades” (RUSCHMANN, 2008, p. 83, apud MARUJO et. al, 2010).

Dentro do contexto governamental, o planejamento é encarado como um processo que estabelece objetivos, define linhas de ação e planos detalhados para atingi-los, e determina os recursos necessários à sua consecução (BENI, 1997, p. 110 apud MARUJO et al, 2010)

Diversas são as relações que o turismo estabelece com os mais variados setores da economia e também é sabido que esse segmento pode afetar as dimensões social, cultural política e ambiental. Sendo assim, fica implícito que para que ocorra desenvolvimento é necessário planejamento, no sentido do turismo se integrar às demais atividades existentes nas destinações, bem como aos vários setores de políticas públicas. Ou seja, as possibilidades de desenvolvimento local com base no turismo estão intimamente ligadas ao potencial dos recursos dos territórios envolvidos.

Marujo et al (2010), afirmam no seu artigo, que no cenário turístico são diversos os conceitos de planejamento, citando Williams (2009) quando este diz que o planejamento é caracterizado por uma gama de significados, aplicações e usos. Também enfatizam que o planejamento turístico é estudado de acordo com as diferentes visões dos investigadores, e que, enquanto alguns autores centram a sua definição em objetivos, outros dão ênfase à leitura da realidade social, às etapas ou processos ou, então, ao desenvolvimento integrado.

Alguns dos conceitos citados no trabalho de Marujo et al (2010), são:

O planejamento do turismo é entendido como um processo baseado na análise e avaliação, que visa otimizar o potencial da contribuição da atividade turística para a qualidade ambiental e o bem estar humano (GETZ, 1986)

O planejamento turístico pode ser entendido numa escala regional como “um esforço que visa atingir o melhor padrão espacial possível de desenvolvimento (TOSUN e JENKIS, 1996, p. 520)

O planejamento turístico “tende a ser uma amálgama de considerações econômicas, sociais e ambientais que refletem a diversidade de fatores que influenciam o desenvolvimento do setor” (HENRIQUES, 2003, p. 205).

Para Ruschmann e Widmer (2000, p. 67) apud CARDOZO (2007), entende-se por planejamento turístico o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade.

As autoras ao afirmarem esse conceito, querem dizer que planejamento turístico pretende estabelecer, de forma positiva, as ações do homem sobre um destino turístico, com objetivos delineados, objetivando preservar o recurso propriamente dito, ou mesmo aperfeiçoar (tanto no sentido de ampliar, como de refrear, ou ainda em sentido estrito) seu uso turístico. O planejamento turístico é, pois, encarado como uma ferramenta racional da gestão de destinos, que visa alterar uma realidade atual por um panorama futuro que se deseja alcançar (CARDOZO, 2007)

1.4.1 – Características do Planejamento

Petrocchi (2001) considera que o planejamento é caracterizado pelo tipo, abrangência e exposição ao tempo, conforme explanado no Quadro 1:

Quadro 1. – Características do Planejamento

TIPO	ABRANGÊNCIA	EXPOSIÇÃO AO TEMPO
Estratégico	Organização como um todo	Longo prazo
Tático	Departamento ou setor	Médio prazo
Operacional	Tarefa ou operação	Curto prazo

Fonte: Petrocchi (2001) (apud. Sitônio, 2006), modificado pela autora.

Sitônio (2006), chama a atenção para o fato de que dentro do sistema turístico devem-se conhecer as fronteiras entre os tipos de planejamento apresentados no Quadro 1 que proporcionará uma orientação correta dos esforços para o alcance do desenvolvimento. Prosseguindo, a autora salienta que não pode cair no esquecimento que o planejamento é um processo estabelecido para funcionar por um período de tempo determinado, em que são estabelecidos objetivos e os meios para atingi-los, como também é delineado o passo a ser dado posteriormente.

1.4.2 – Modelos de Planejamento

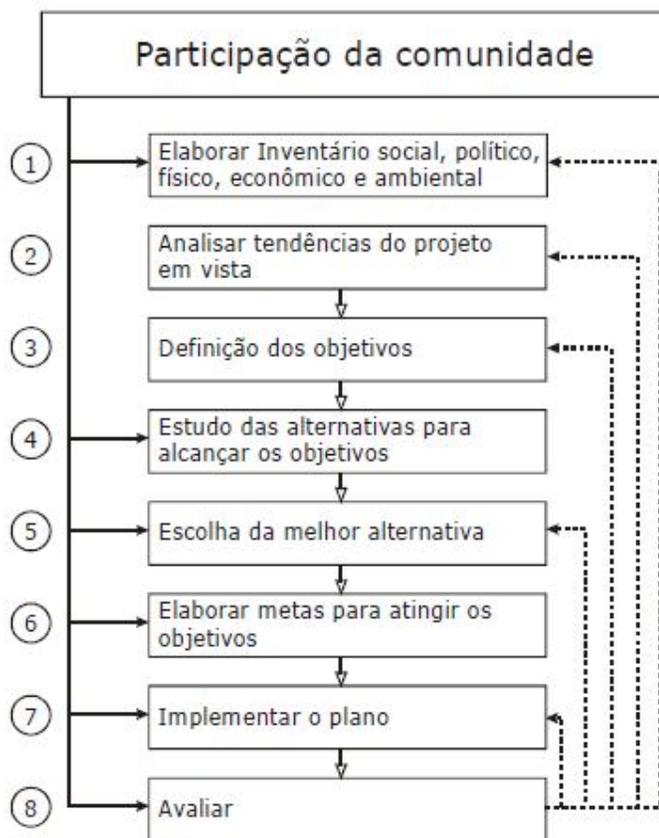
O aumento do turismo de massa acarretou a necessidade de se realizar o ordenamento do uso do solo, fazendo também com que surgissem vários modelos para a realização desse ordenamento (MIGUEL ACERENZA, 1998, op. cit. SITÔNIO, 2006).

Segundo Sitônio, op. cit. o que apresenta um enfoque urbanístico, foi desenvolvido na década de 60, na Europa, sendo considerado o primeiro a ser adotado nas áreas de interesse turístico e apresentava primeiramente o levantamento dos recursos turísticos, suas instalações e infraestrutura, para posterior definição das necessidades físicas a serem implantadas, levando em consideração a análise do mercado; a partir daí é traçado o plano para a ocupação do espaço e finaliza-se o modelo com a avaliação do custo versus benefícios.

Ainda dentro do estudo de Sitônio (2006), foi no final da década de 60 que teve início, nos países Europeus, o desenvolvimento de um novo modelo de planejamento para o turismo, o econômico, que propunha uma política de desenvolvimento econômico e social. Este modelo, segundo Sitônio, op. cit., foi impulsionado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e possuiu dois modelos, o primeiro voltado para a microeconomia, onde depois de realizado o inventário, a análise dos pontos fortes e fracos da área e de consideradas as alternativas para o desenvolvimento turístico, eram traçados vários planos distintos nos quais posteriormente implantava-se o que se considerasse mais eficiente e que passaria por um processo de detalhamento. O segundo, modelo desenvolvido pelos norte-americanos, volta-se para a macroeconomia, com planos globais e setoriais para o desenvolvimento.

Outro modelo citado por Sitônio (2006) e que foi adotado no Brasil para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo 1 (PNMT) , desenvolvido pela Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, foi o chamado Modelo Participativo Americano, que prioriza o engajamento e participação da comunidade em seu desenvolvimento, em que a participação se dá em diversas etapas do processo de planejamento, ou seja, a comunidade contribui para a elaboração do inventário que deixa de ser apenas físico e engloba questões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Nas duas etapas seguintes (análise do projeto em vista e definição dos objetivos), a comunidade não participa, sendo desenvolvida apenas por técnicos da área, mas que retorna a comunidade para estudar as alternativas para o alcance dos objetivos, para escolher qual a melhor opção para alcançá-los e para implantar e avaliar o plano.

Também enfatiza Sitônio (2006) que de acordo com essa avaliação, pode-se retornar às etapas anteriores para melhorar a eficiência do plano e que tal modelo promove que esse seja pautado dentro de uma visão mais realista do local e sendo assim é considerado flexível e adaptável às necessidades que se apresentem durante sua execução.



Fonte: Petrocchi 2001: 83, apud Sitônio, 2006

Figura 3 - Esquema do Modelo Participativo Americano

É perceptível, segundo Sitônio (2006), que as primeiras preocupações dos modelos de planejamento turístico procuravam responder primeiramente às questões urbanísticas, com relação ao ordenamento do território para fins turísticos, seguido das preocupações econômicas, o que proporcionou um desenvolvimento limitado, que contribuía para o aumento dos efeitos negativos da atividade, resultado de um planejamento incompleto que não considerava os efeitos sociais, culturais e ambientais que fazem parte da atividade turística.

O planejamento no turismo é uma condição necessária para a viabilidade, a organização e a sustentabilidade da própria atividade (CARVALHO, 2010 apud MARUJO et al, 2010). Ele não pode ser visto como a panaceia para todos os problemas, pois ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, deste modo, estimular uma resposta mais objetiva por parte da comunidade anfitriã em relação ao turismo no longo prazo

(HALL, 2004, apud MARUJO et al, 2010) No entanto, se o planejamento se preocupa com a “antecipação e a regulamentação das mudanças no sistema, em promover de forma ordenada o desenvolvimento com o objetivo de aumentar os benefícios económicos, ambientais e sociais resultantes do processo de desenvolvimento” (MURPHY, 1985, p. 156, apud MARUJO et al. op. cit.), então ele deve ser “considerado um elemento crítico para se garantir o desenvolvimento sustentável de longo prazo dos destinos turísticos” (HALL, 2004, p. 29, apud MARUJO, et al. op. cit).

As autoras Ruschmann e Widmer (2000), apud MARUJO et al., afirmam que planejamento do turismo é uma tarefa complexa, tendo em vista que envolve aspectos relacionados com a ocupação do território, a economia, a cultura dos núcleos receptores, as características dos destinos emissores e a consequente heterogeneidade dos turistas e defendem que esse planejamento é essencial e indispensável para o desenvolvimento de um turismo equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, sociais e culturais das regiões de acolhimento, evitando, deste modo, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

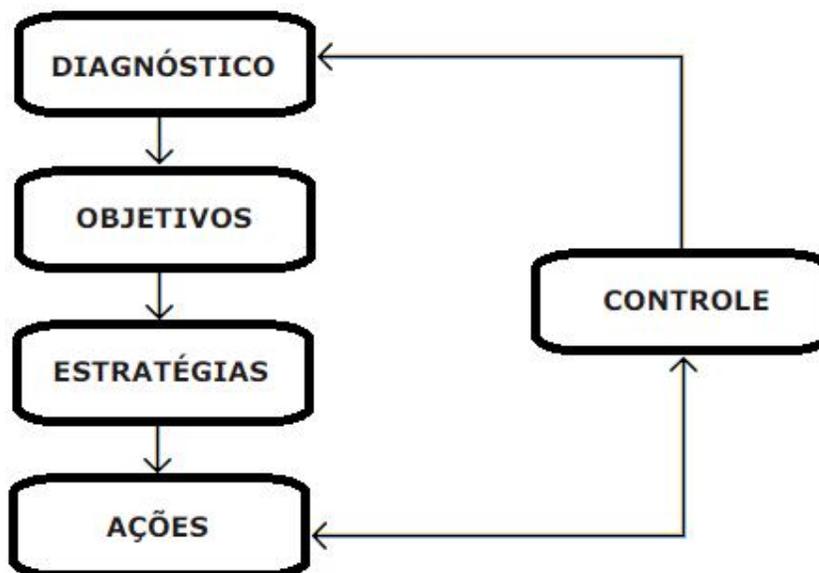
O planejamento do turismo sustentável emerge como uma forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis no turismo e consiste em ordenar as ações do homem sobre o território, ocupando-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando-se assim os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem a sua atratividade, sendo importante se ressaltar que esse planejamento exige uma série de ações e decisões que só serão bem sucedidas se empreendidas dentro de um processo metodológico (RUSCHMANN, 2008, apud MARUJO op. cit.)

Desta forma, é bem apropriada a afirmação de Amaral e Teixeira (2006), quando dizem: para que a atividade do turismo seja aproveitada da melhor maneira e assim possa proporcionar de fato o desenvolvimento, é necessário que se realize um planejamento, possibilitando o crescimento econômico associado com o desenvolvimento nos campos: social, cultural e ecológico.

1.4.3 – Etapas do planejamento

As etapas do planejamento, segundo Petrocchi, 2001, op. cit. apud Sitônio, 2006, é um processo constituído de:

- a) Diagnóstico: é a etapa em que se analisa a situação existente. A qualidade do processo, como um todo;
- b) Determinação de objetivos: é a determinação da situação planejada para o futuro. É uma meta a ser atingida. Os objetivos são os pontos de convergência de toda a organização;
- c) Estratégias e meios: após a análise da situação presente e determinados os objetivos, a etapa seguinte é a escolha das estratégias e a definição dos meios necessários;
- d) Planos de trabalho: são as ações necessárias para que os objetivos sejam alcançados;
- e) Controle: fase de acompanhamento do processo e de tomar, quando necessário, atitudes corretivas.



Fonte: Petrocchi (2001: 72), apud Sitônio, op. cit, modificado pela autora.

Figura 4 – Esquema do Processo de Planejamento

Capítulo 2 - A ATIVIDADE TURÍSTICA NOS CENÁRIOS MUNDIAL E LOCAL

2.1 - A atividade turística no cenário mundial

O surgimento de novas teorias, abordando o desenvolvimento, todas voltadas para os mais diversos modelos de desenvolvimento, como o local, o humano, o endógeno, o comunitário e o sustentável, apresenta como objetivo central encarar os desafios contemporâneos da economia global, em relação aos problemas sociais, econômicos e ambientais (FEITOSA).

O trabalho de Feitosa op. cit. também constata que, dentro desse contexto – do fazer teórico e das práticas inovadoras – o setor do turismo vem à tona como um processo de convergência das diferentes teorias, com a capacidade de promover um processo de desenvolvimento, na proporção em que se preocupa em resgatar a identidade e promover o ser humano, preservar e trazer melhoras ao meio ambiente, bem como ao patrimônio histórico cultural.

É importante salientar que nesse cenário de novas configurações socioeconômicas, o turismo surge como o setor da economia que mais gera renda, distribui riqueza, cria empregos combate à pobreza e promove o entendimento entre as pessoas e os povos.

Segundo os estudos preliminares da Organização Mundial do Turismo – OMT, realizados por especialistas em Madri/Espanha e divulgados no mês de fevereiro do ano de 2005, apontaram uma movimentação recorde de pessoas pelo mundo, superior a 800 milhões de deslocamentos turísticos (LOPES, 2006). Prosseguindo, Lopes afirma que o objetivo central desses estudos foi quantificar e dimensionar os fluxos turísticos internacionais, esses dados também são utilizados para indicar cenários, identificar tendências e balizar novos investimentos no setor a curto e médio prazo.

Outro ponto a destacar é que analisando os dados do Turismo Receptivo Internacional, no período 2000-2005, através das regiões do mundo, verifica-se que

mesmo diante de catástrofes naturais, de atentados terroristas e de conflitos religiosos, a atividade turística tem conseguido resultados extremamente satisfatórios e crescimentos significativos nos últimos anos (LOPES, 2006). Um exemplo é citado por Lopes, op. cit, quando afirma que em 2004 ocorreram 766 milhões de deslocamentos, o que representou um crescimento médio de 10 %, comparando-se o período 2004-02003, enquanto que no ano de 2005, os deslocamentos atingiram 808 milhões, o que representa 5,5 % de crescimento médio no comparativo 2005-2004.

O documento referencial, do governo federal, intitulado “Turismo no Brasil, 2007/2010”, de junho de 2006, que analisa as perspectivas de desenvolvimento da atividade no país e indica os caminhos a serem seguidos para que se concretize o que de melhor poderá ser atingido nessas perspectivas, torna evidente que a economia mundial atravessa um período de exuberância econômica e seu desempenho nos últimos anos tem sido bastante positivo no que se refere ao crescimento dos setores socioeconômicos mais significativos do mundo, à estabilidade de preços e ao aumento nos fluxos comercial e de capital.

Continuando, o documento op. cit. descreve que a taxa de expansão mundial em 2004, de 5,1%, foi a mais alta em décadas; a de 2005, de 4,3%, também foi bastante significativa, e enfatiza que a dispersão geográfica deste crescimento é outro fator importante para análise, uma vez que tem afetado positivamente não somente as nações ricas, mas também as em desenvolvimento ou até mesmo as dos países pobres, desta forma, como resultado o que se vê mundo afora é produção e consumo em alta, desemprego e miséria em queda, uma tendência generalizada de redução da pobreza absoluta,

Como bem descreve o documento, op. cit., tal cenário reflete um novo padrão de crescimento para a economia mundial, caracterizado pelo nível de crescimento sustentável com baixa volatilidade e inflação baixa que tem possibilitado a adoção de taxas de juros menores em nível mundial; liquidez abundante nos mercados internacionais, o que tem reduzido as taxas de juros reais; melhoria

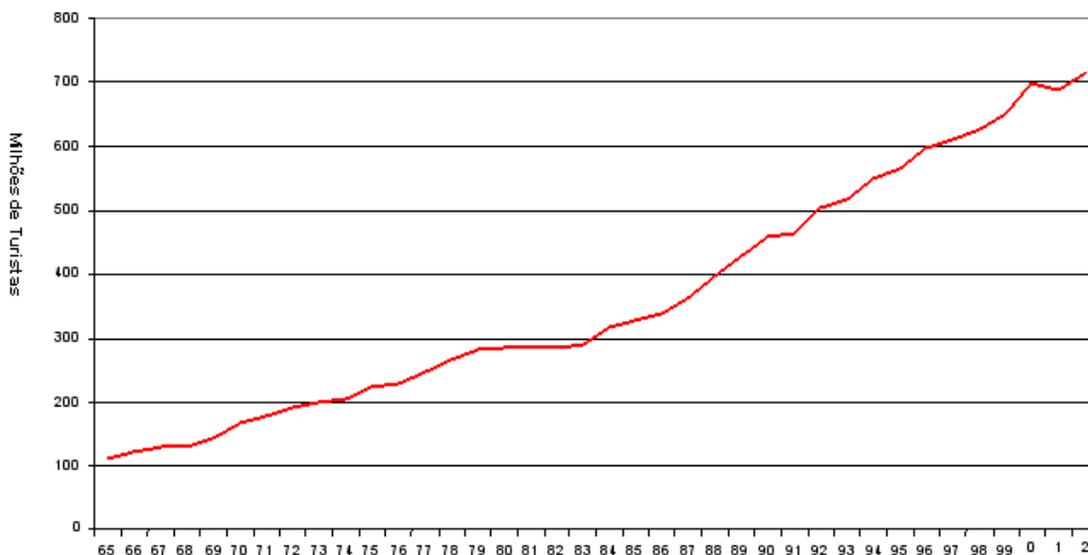
tecnológica principalmente no ramo da informação; e o comércio internacional em expansão e principalmente a liderança do crescimento pela iniciativa privada.

Diante desse contexto, vale enfatizar o que já previa um artigo, que venceu em um concurso internacional sobre análise do setor turístico, de autoria J. R. Brent Ritchie, intitulado: Novas realidades, Novos horizontes, onde são apontadas as megatendências para o atividade turística (TRIGO, et al, 2003). Segundo Feitosa, esse trabalho foi publicado na revista *The Annual Review of Travel* (1992) e apontava as seguintes megatendências para o setor do turismo:

- A questão do meio ambiente;
- A disseminação da democracia no planeta;
- Aumento do número de idosos;
- A racionalização de investimentos na economia de mercado;
- A diversidade cultural em um mundo homogêneo;
- Dilema: tecnologia versus recursos humanos;
- A necessidade de diminuir o abismo entre países do norte e países do sul;
- A disseminação de novos valores: turismo cultura, educacional e profissional;
- A busca da instabilidade e segurança;
- A ascensão da sociedade baseada no conhecimento;
- O Crescimento da importância das cidades;
- As questões de migração em vários pontos do planeta.

Atualmente, observar-se que vem ocorrendo estudos com a finalidade de se analisar esses cenários, o que nos permite afirmar que o resultado desse trabalho servirá como um suporte que terá o objetivo de reduzir incertezas na projeção das tendências do turismo, no futuro.

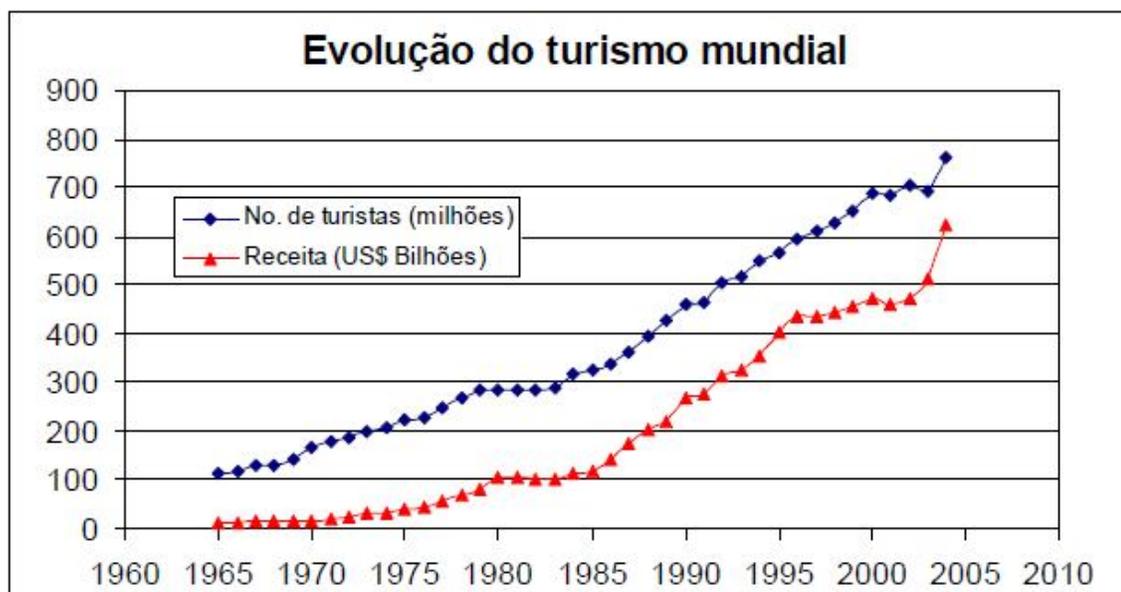
Os dois gráficos a seguir mostram a evolução do mercado do turismo no cenário mundial:



Fonte: EMBRATUR (2004)

Gráfico 1 - Evolução do Turismo Mundial – 2002

Observa-se que o deslocamento progressivo do turismo no mercado mundial impressiona. O desempenho da atividade turística é analisado a partir do número total de turistas e a receita gerada por esta, isto pode ser observado no Gráfico 2, onde para o período de 1965 a 2004, segundo a OMT, o número total de turistas no mundo cresceu de 112,9 milhões para 763 milhões (SITÔNIO, 2006, op cit.)



Fonte: Dados fornecidos pela OMT apud Anuário Estatístico da EMBRATUR (2003), dados. De 2004 obtidos do Barômetro de turismo mundial – OMT, 2004.(apud Sitônio, 2006)

Gráfico 2 - Evolução do Turismo Mundial - 2010

Pode-se observar na Tabela 1 o quanto à receita gerada pelo turismo no mundo vem apresentando um desempenho satisfatório, ou seja, no ano de 1965 a receita que se apresenta é de US\$ 11,6 bilhões e, em 2004, passa para US\$ 622 bilhões, refletindo um aumento de aproximadamente 54 vezes (SITÔNIO, 2006, op. cit).

Tabela 1 – Evolução do mercado mundial do turismo 1965-2004

Ano	No. de turistas (milhões)	Receita (US\$ Bilhões)
1965	112,9	11,6
1966	120	13,3
1967	129,8	14,5
1968	131,2	15
1969	143,5	16,8
1970	165,8	17,9
1971	178,9	20,9
1972	189,1	24,6
1973	198,9	31,1
1974	205,7	33,8
1975	222,3	40,7
1976	228,9	44,4
1977	249,3	55,6
1978	267,1	68,8
1979	283,1	83,3
1980	286	105,3
1981	287,1	107,5
1982	286,1	100,9
1983	289,6	102,5
1984	316,4	112,7
1985	327,2	118,1
1986	338,9	143,5
1987	363,8	176,8
1988	394,8	204,3
1989	426,5	221,3
1990	458,2	268,9
1991	464	277,6
1992	503,4	315,1
1993	519	324,1
1994	550,5	354
1995	565,5	405,1
1996	596,5	435,6
1997	610,8	436
1998	626,6	442,5
1999	650,2	455
2000	687,3	473,4
2001	684,1	459,5
2002	702,6	474,2
2003	694	514,4
2004	763	622

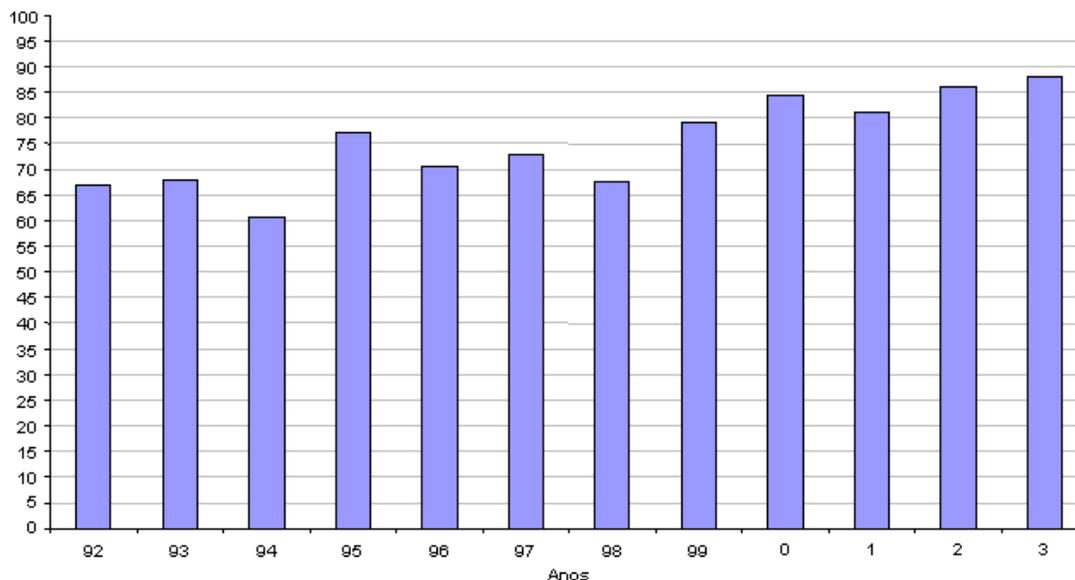
Fonte: OMT apud Anuário Estatístico da Embratur (2003), dados de 2004, obtidos do Barômetro de turismo mundial – OMT, 2004 (apud Sitônio, 2006, op cit

É da OMT (2004) a afirmação de que a “indústria” produz cerca de 240 milhões de empregos (diretos e indiretos), ou seja, é responsável por aproximadamente 10% do PIB Mundial (SITÔNIO, 2006, op. cit).

É sabido que o turismo hoje no contexto mundial é uma das mais importantes atividades econômicas, gerando além de renda, intercâmbios de pessoas e de culturas. Deixa de ser compreendido como um simples fenômeno (pontual e singular) para fazer parte da realidade cotidiana. Segundo Buades (2006) apud Fagundes, o turismo tornou-se comum à vida das pessoas e está em permanente expansão por ser um meio rápido e sutil de entrada do estilo de vida consumista para sociedades mais afastadas dos grandes centros de decisão imperialistas do mundo.

Governos e agências internacionais reconhecem o impacto positivo que o turismo pode trazer a um país em desenvolvimento, criando oportunidades econômicas e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. O turismo é considerado uma atividade essencial à vida das nações dado os seus efeitos diretos nos setores social, cultural, educacional e econômico das sociedades nacionais e nas suas relações internacionais. (Assembléia Geral da ONU, 1981, apud Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro). Desta forma o turismo é fonte de riqueza e de desenvolvimento quando bem administrado.

Segundo Gomes et. all., dados do Anuário Estatístico 2004 da EMBRATUR indicam que 4,1 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2003, garantindo uma receita cambial de US\$ 3,4 bilhões, constatando-se um crescimento de 10% em relação a 2002. Também ressaltam os autores que este aumento no valor da Receita/Turista ocorre devido ao aumento do número de turistas internacionais e também da receita deixada por eles, e que dados do Banco Central, fornecidos pela EMBRATUR, de janeiro a agosto de 2004, os estrangeiros gastaram US\$ 2,104 bilhões, valor 36,36% maior que o registrado no mesmo período do ano passado. Ao analisar o gasto médio per capita dia (Gráfico 3) percebe-se que de 1992 a 1998 os valores oscilaram e a partir de 1999 a quantia média gasta pelos turistas está aumentando (GOMES et all).



Fonte: EMBRATUR (2004)

Gráfico 3 - Gasto médio por dia do turista internacional no Brasil

As políticas de turismo são ainda um campo que vem ocupando espaço paulatinamente no âmbito do planejamento e gestão pública, diferentemente de outras políticas como as direcionadas à saúde e à educação, que já têm agendas e projetos definidos. (MAIA, 2004, p. 17).

Porém, conforme afirma Silva e Farinha, a necessidade de um planejamento sistemático para o turismo vem aumentando, com o passar dos anos, tendo em vista a elevada importância da atividade para economias locais e, como consequência, novos desafios na formulação e aplicabilidade dessas políticas estão aos poucos se incorporando na gestão pública numa perspectiva multiprofissional, inter e transdisciplinar para sua efetiva concretização.

Esta assertiva pode se constituir uma importante dimensão dos esforços a serem empreendidos para reduzir as desigualdades regionais no plano nacional e internacional e para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento.

No entanto, isto só poderá ser realizado com base numa gestão responsável, que proporcione o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais de desenvolvimento sustentável do turismo. Sem isso, o turismo torna-se vulnerável e suscetível aos problemas de degradação, massificação e fragmentação que, em última instância significam sua autodestruição.

De acordo com o documento referencial, do governo brasileiro, op. cit. a prática de uma gestão responsável deverá, também, reproduzir impactos positivos no que se refere ao turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico, com benefícios por duas vias. Pelo lado da produção e da oferta da atividade, com a criação de novos postos de trabalho e ocupação, e com a ampliação da renda. E pelo lado do consumo, com a inclusão de novas parcelas de consumidores em diversas escalas, no ambiente doméstico.

De acordo com as análises da Organização Mundial do Turismo, calcula-se ser o turismo interno - que segundo Crisóstomo (2004, p.342) é o deslocamento de turistas dentro do seu próprio país - dez vezes maior que o volume de turismo internacional (Documento Referencial op. cit.). Saliente-se, segundo ainda o mesmo documento, que este índice não obstante poder ser bem menor para os países periféricos, ainda assim, aponta para uma perspectiva de consolidação da atividade nestes países, oportunizando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e contribuindo para o desenvolvimento equilibrado do conjunto da economia.

2.2 - O turismo no Brasil

A América do Sul tem o Brasil como um dos seus principais centros receptivos, detendo mais de 35%, aproximadamente, do mercado turístico, segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, apud SITÔNIO, 2006).

Dentro desse contexto vamos encontrar em Lopes (2005), a seguinte assertiva:

A evolução dos números apresentados pelo contexto do mercado turístico nacional nos últimos anos é extremamente favorável: recordes sucessivos foram batidos, e até mesmo taxas de crescimento superiores às médias internacionais foram alcançadas.

O autor, baseado nos dados oficiais da OMT, de 2006, do Anuário Estatístico da EMBRATUR de 2001 e com o Quadro 2, abaixo, também enfatiza que o crescimento da entrada de turistas estrangeiros nos últimos dez anos, está entre os dados mais significativos, excetuando-se os anos 2001 e 2002, quando ocorreu um decréscimo no número de visitantes, o país cresceu de forma surpreendente, tendo

em vista que o mercado mostrou capacidade de recuperação e apontou crescimento da ordem de 103% no fluxo turístico receptivo do país se comparado ao período 2005-1996; de 31,7% se comparado ao período 2005-2003; e de 12,5%, se comparado ao período 2005-2004.

Quadro 2 – Entrada de turistas estrangeiros no Brasil, período 1996-2005.

Ano	Número de turistas (em milhões)
1996	2.665.508
1997	2.849.750
1998	4.818.084
1999	5.107.169
2000	5.313.463
2001	4.772.575
2002	3.784.898
2003	4.132.847
2004	4.793.703
2005	5.400.000 *

Fonte: Departamento de Polícia Federal e EMBRATUR. (*2005 – resultado estimado)

A evolução da receita cambial, alcançada através do turismo, também é um dado importante para o país e que merece registro, ou seja, no ano de 2005, o Brasil conseguiu alcançar uma receita cambial turística de US\$ 3,86 bilhões, superior em 19,83% ao mesmo período no ano anterior (US\$ 3,22 bilhões), atingindo um recorde histórico de 34 meses consecutivos de crescimento, isto é, desde março de 2003; e a receita cambial em 2004, por sua vez, foi 30% maior que em 2003, registrando um superávit de US\$ 351 milhões, considerado o maior dos últimos quinze anos (LOPES, op cit.). O Quadro 3 mostra bem esse resultado:

Quadro 3 – Receita Cambial Turística do Turismo no Brasil

Período	Receita Turística (milhões de US\$)
1995	972
1996	840
1997	1.069
1998	1.586
1999	1.628
2000	1.810
2001	1.731
2002	1.998
2003	2.480
2004	3.222
2005	3.861

Fonte: Banco Central do Brasil

Como consequência desses resultados promissores, há de se concordar que quando os dados estatísticos comprovam aumento do número de turistas estrangeiros no país e nas receitas cambiais, itens como o número de empregos formal e informal na atividade turística é diretamente afetado, conforme se pode observar no Quadro 4.

Quadro 4 – Número total de empregos na atividade turística (formal e informal)

Ano	Número de empregos no Turismo
2001	4.499.491
2002	4.953.066
2003	5.173.761
2004	5.476.578
2005	5.741.808 *

Fonte: MTE/RAIS/UNB (*2005 – resultado estimado)

O turismo no Brasil se caracteriza por oferecer tanto ao turista brasileiro quanto ao estrangeiro uma gama mais que variada de opções. Nos últimos anos, o

governo tem feito muitos esforços em políticas públicas para desenvolver o turismo brasileiro, com programas que procuram baratear o deslocamento interno, desenvolvendo infraestrutura turística e capacitando mão-de-obra para o setor, além de aumentar consideravelmente a divulgação do país no exterior.

São notáveis as procuras pela Amazônia na região Norte, pelo litoral na região Nordeste, Pantanal e o Planalto Central no Centro-Oeste, além do interesse pela arquitetura brasileira, pelo turismo histórico em Minas Gerais, litoral do Rio de Janeiro e da Bahia e os negócios em São Paulo dividem o interesse no Sudeste, e nos pampas, o clima frio e a arquitetura germânica no Sul do país.

Está aí, portanto, uma das explicações porque o Brasil é o principal destino do mercado turístico internacional na América do Sul, chegando a ocupar o segundo lugar na América Latina em termos de fluxo de turistas internacionais.

No ano de 2009, por exemplo, o Brasil recebe 4,8 milhões de visitas do exterior, ficando evidente que o turismo internacional para o Brasil tem crescido acima da média mundial, apesar de, em alguns momentos, ter enfrentado situações não muito favoráveis (artigo “Turismo no Brasil” do Instituto ECOBRASIL).

Da mesma forma que em outros países, em termos de quantidades de turistas, o mercado doméstico é muito maior que o mercado internacional, sendo assim, foram realizadas 175 milhões de viagens domésticas em 2009, e é importante que se registre que o turismo regional da América Latina representa uma fatia importante no turismo internacional (44% em 2009), (artigo op. cit.).

É importante também citar a assertiva do artigo op.cit. quando afirma que cada um desses mercados apresenta tendências distintas e em função disso menciona as 06 fases do turismo internacional para o Brasil durante os últimos 25 anos, bem como enfatiza que nesse período também houve mudanças importantes no perfil do turismo no Brasil, que espelharam as tendências mundiais e os fatores locais e regionais. As fases mencionadas são as seguintes:

Fase 1 - Anos Dourados

O turismo para o Brasil cresce bem acima da média mundial, chegando a quase 2 milhões de turistas estrangeiros em 1987. A Embratur mantém escritórios no exterior. O câmbio é favorável e o Brasil é um destino "barato". O grande portão de entrada é Rio de Janeiro, que figura com destaque num anúncio da Bacardi.

Fase 2 - Collor e Candelária

Na virada dos anos noventa, com a crise econômica e o destaque da imprensa internacional para o aumento da violência no Rio de Janeiro, provocada pela chacina de meninos de rua em frente à Igreja da Candelária, o turismo internacional entra em crise. Em 1991 o Brasil recebeu a metade do número de turistas que em 1987. O turismo regional da América Latina ganha mais importância. Neste período o Rio perde sua posição de portão de entrada para São Paulo em parte por causa da maior cobrança de ICMS sobre combustíveis para aeronaves.

Fase 3 - Plano Real e Turismo de Negócios

O Plano Real ajuda a mudar a imagem do Brasil e atrai muito turismo de negócios do exterior. O câmbio desfavorável inibe um pouco o turismo a lazer. São Paulo, a capital dos negócios fortalece sua posição. O turismo de América Latina continuou forte.

Fase 4 - Desvalorização

A desvalorização do real no início de 1999, combinado com uma imagem recuperada do Brasil atrai cada vez mais turista a lazer e ajuda a manter o crescimento forte do turismo internacional.

Fase 5 - Crise Argentina - Brasil na Moda

A crise da Argentina mostra a importância do turismo regional no fluxo de turistas internacionais (o número total cai), porém o número de turistas da Europa e América do Norte continua crescendo. A eleição de Lula ajuda a fortalecer ainda mais a imagem do Brasil e os vãos charters facilitam o preço de viagem para turistas de Sol & Mar. Brasil está na moda.

Fase 6 - Economia forte, moeda forte ... Destino Caro

A partir de 2005 o Real, que estava muito barato, começa a se valorizar. Esta valorização ganha impulso quando começa uma crise financeira internacional em 2007. A economia brasileira se sai bem ; os preços de commodities continuam em alta e o consumo doméstico é firme. A boa imagem do Brasil fica evidente com a conquista do Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. Mas tem um preço .. Brasil começa ficar caro para o turista estrangeira.

O artigo esclarece que ao se comparar o perfil turístico do Brasil dos anos oitenta com a situação de hoje, pode-se observar que houve grandes mudanças, fundamentalmente no tocante ao desenvolvimento do turismo de natureza e aventura (principalmente com base no fluxo nacional) e a maior acessibilidade dos

destinos nordestinos através de vôos “charters”, que significaram a oferta de um número maior de destinos, competindo para atrair um número maior de turistas, e chama a atenção para o que falta na **Fase Brasil – Destino Caro** é uma maior oferta de destinos e produtos de qualidade que conseguem atrair mais turistas de qualidade. (Negrito nosso).

Os textos a seguir, foram extraídos do artigo op. cit. e apresentam um conteúdo sucinto, onde são abordados: o número de turistas de outros países, por porta de entrada, entre 1986, 1996 e 2003; à previsão do número de turistas recebidos pelo Brasil até 2020; o que crescimento desordenado do turismo e seus impactos podem acarretar e cita o que o Brasil precisa fazer para enfrentar grandes eventos, inclusive, A Rio+20, que será em junho de 2012:

Uma comparação do número de turistas internacionais por porta de entrada entre 1986, 1996 e 2003, mostra que São Paulo assumiu o papel de porta de entrada que antes era do Rio de Janeiro. Enquanto o Sul perdeu espaço para o Nordeste. Uma tendência similar pode ser observada através das principais cidades visitadas do Estudo de Demanda Internacional (Embratur). Em 1996, além de Rio e São Paulo as cidades mais visitadas eram cidades da região Sul (Florianópolis, Foz do Iguaçu e Porto Alegre), enquanto que em 2003 o destaque era o Nordeste (Salvador, Fortaleza e Recife). Agora com a perda do volume charter desde 2005, isto está mudando de novo.

A previsão é que o Brasil continue crescendo, embora a meta divulgada pelo Ministério de Turismo de atrair 9 milhões de turistas até 2007 pareça ambiciosa. **A previsão da OMT é que o Brasil atrairá 14 milhões de turistas estrangeiros em 2020**, crescendo a um ritmo médio de 5,2% ao ano desde 2000. Com base na linha de tendência de crescimento histórico 1987 - 2003, a projeção para 2020 seria somente 9 milhões de turistas, crescendo a um ritmo médio de 4,8% desde 2003.

Embora o crescimento do turismo seja desejável, um **crescimento desordenado pode ter impactos negativos** que acabam por ruir o capital natural e sociocultural que são os fundamentos da atratividade de um destino. No Brasil muitos destinos estão com problemas básicos de ordenamento - um exemplo típico é Porto Seguro.

A vinda dos Mega-Eventos e o Earth Summit (2012), vão exigir do Brasil uma mudança de atitude e compromisso real com sustentabilidade.

A Earth Summit (2012) será a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, marcada para acontecer de 13 a 22-06-2012, na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo da Conferência é a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e

das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. A Rio + 20 é assim conhecida porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (A Rio 92), e deverá contribuir para definir a agenda de desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

No contexto de um ambiente nacional e internacional favorável e como resultado do esforço do Governo, da prioridade dada ao turismo e da gestão descentralizada e compartilhada proposta pelo Plano Nacional e executada com apoio do Conselho Nacional e Fóruns Estaduais, o turismo do Brasil vem batendo recordes que evidenciam um crescimento acima da média mundial.

Segundo dados do Ministério do Turismo, por meio do documento Turismo no Brasil 2007/2010, O crescimento do turismo internacional no mundo, em chegadas de turistas estrangeiros, em 2004 e 2005, foi da ordem de 5,5%, enquanto no Brasil este crescimento, no mesmo período, foi da ordem de 12,5%.

Também evidencia o documento op. cit. que a execução dos Programas e Ações do Plano Nacional de Turismo 2003/ 2007, inseridos no Plano Plurianual de Governo 2004/2007, considerando a eficiente execução orçamentária de 2004 e de 2005 e, ainda, a conjuntura externa favorável propiciaram as condições para que o país obtivesse, nos últimos três anos, os seus melhores resultados em relação a todo o histórico do setor.

Segundo o artigo de Fagundes, o atual PNT para a segunda gestão de Lula (2007/2010) é um instrumento fundamental para a compreensão das ações atuais de turismo que estão sendo engendradas no território, sendo esse importante documento tributário do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e embasado num cunho estratégico, estruturando-se da seguinte forma:

- Um diagnóstico do turismo atual no país;
- A apresentação da sua proposta descentralizadora de gestão do turismo;
- Estabelecimento das metas para o turismo 2007/2010;

- E, a apresentação dos Macroprogramas e seus respectivos programas de governo, de acordo com a secretaria ministerial a que pertencem.

A visão do PNT se respalda na seguinte afirmativa:

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, (...) a criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas (...) (BRASIL – PNT 2007/2010)

A professora Larissa Ferreira afirma em seu artigo, que as políticas públicas de turismo ainda vêm ampliando seus espaços paulatinamente no âmbito do planejamento e da gestão pública nas mais diferenciadas escalas, e que é perceptível que mesmo sendo o turismo uma importante atividade econômica, o país ainda se recente de políticas e planos sistematizados, tanto para o planejamento como para o ordenamento territorial da atividade.

Levando-se em consideração o fato da descentralização da gestão da atividade ser uma das principais propostas políticas do atual PNT (Plano Nacional do Turismo 2007/2010), a ausência de diretrizes nacionais que tenham a envergadura de regular o uso e ordenamento do território, aliada à fragilidade legal e institucional em escala local, trazem como consequência que o turismo nos dias atuais continue ocorrendo de forma desordenada, construindo e (des)regulando territórios, e por muitas vezes desvirtuando os projetos de nação (FERREIRA, UFRN).

Para o PNT-2007/2010, o turismo no Brasil necessita de fato de uma gestão descentralizada para que seja possível construir estratégias de geração de emprego e renda, entrada de divisas, aumento do fluxo de turistas estrangeiros, créditos para investimentos, promoção e marketing e qualificação profissional.

É necessário avançar no modelo de gestão integrada e descentralizada, particularmente no que se refere à atuação e às respostas dos Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo e sua integração com a política nacional, buscando também uma maior articulação entre os diversos setores dos governos federal, estadual e

municipal, bem como com as instâncias de representação regionais e macrorregionais do turismo e entre o setor público e o setor privado (Turismo no Brasil – 2007/2010).

Também deve se atentar para a avaliação e o monitoramento deste processo de gestão, buscando garantir a eficácia, a eficiência e a efetividade das ações encaminhadas e dos seus resultados, não só no âmbito nacional, como também nos âmbitos estaduais, regionais e municipais, de modo a se avaliar as contribuições das diferentes parcelas do território nacional para a consecução de objetivos e metas propostos para o País (Turismo no Brasil -2007/2010).

Aliado ao seu processo de expansão enquanto um produto econômico, o turismo por ser uma atividade que elementarmente consome espaços para sua reprodução, traz a reboque contemporâneos debates sobre a necessidade do seu ordenamento e gestão territorial, onde esses debates direcionam suas pesquisas, procurando entender a atual capacidade do turismo de organizar sociedades inteiras e de condicionar tendências e ocupações territoriais, levantando questionamentos e indagações à sociedade acadêmica sobre qual é o papel que cabe ao turismo no reordenamento dos territórios, a fim de se estabelecer normas e diretrizes para seu ordenamento devido à latente necessidade de regulação territorial da atividade (Turismo no Brasil – 2007/2010).

Um dos grandes limitadores para o crescimento da atividade turística no País, particularmente com relação à desejada expansão, diversificação e desconcentração da oferta turística, refere-se à carência de infraestrutura, de uma maneira geral, onde esta carência se dá tanto no que se refere à infraestrutura básica, particularmente com relação à acessibilidade e ao saneamento, como também naquela que é denominada infraestrutura turística propriamente dita, particularmente no que se refere à sinalização turística e a equipamentos receptivos tais como: centros de recepção e informação ao turista, centros de convenções e feiras, terminais de passageiros, atracadores, entre outros. (Turismo no Brasil – 2011/2014).

Com a escolha do Brasil para sediar o Mundial de 2014, o Ministério do Turismo vem desenvolvendo documentos e pesquisas que orientem a estruturação do setor turístico até o evento.

2.3 - Políticas para o desenvolvimento do turismo na Região Nordeste

O Nordeste é uma região que está entre as principais em termos de pólo turístico no Brasil, conforme demonstra a Tabela 2, em que duas capitais nordestinas se configuram entre as 10 cidades brasileiras mais visitadas por turistas estrangeiros (Sitônio, 2006, op. cit).

Tabela 2 – Principais cidades brasileiras visitadas pelo turista estrangeiro

Cidades	%										
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Rio de Janeiro	40,90	45,40	39,50	41,80	30,50	37,40	30,20	32,50	34,10	28,80	38,58
São Paulo	27,00	19,20	21,30	19,90	22,40	23,50	18,40	13,70	19,70	17,00	20,84
Foz do Iguaçu	19,80	13,50	12,70	16,00	16,60	11,80	8,90	11,80	12,90	11,50	9,28
Florianópolis	12,20	12,40	15,30	11,40	11,40	13,90	14,00	17,70	18,70	15,80	6,42
Porto Alegre	9,30	8,50	7,80	9,70	9,70	7,90	7,90	6,01	5,90	7,10	7,93
Salvador	8,10	9,80	9,30	8,80	8,80	12,20	10,90	12,70	13,50	11,10	12,76
Balneário Camboriú	7,00	6,40	6,60	6,20	6,20	3,70	5,10	4,90	6,60	4,90	4,90
Recife	5,50	4,80	4,80	5,70	5,70	5,70	7,20	6,40	5,80	7,30	8,24

Fonte: EMBRATUR, 2003.

Com relação ao turismo interno, entre o período 1998/2001, quatro capitais nordestinas estão entre as mais visitadas do país, conforme demonstra o Quadro 3,

Quadro 3 – Principais destinos do turismo interno 1998-2001

Destinos	(em % do fluxo)	
	1998	2001
São Paulo	4,1	4,6
Rio de Janeiro	3,5	3,2
Fortaleza	2,5	2,4
Salvador	1,6	2,0
Natal	1,6	1,8
Porto Alegre	1,5	1,7
Santos	1,4	1,7
Belo Horizonte	1,0	1,7
Recife	1,9	1,6
Itanhaém	-	1,6
Brasília	1,2	1,6
Porto Seguro	1,4	1,4
Curitiba	1,6	1,4

Fonte: EMBRATUR, 2003.

A região nordestina como espaço turístico foi se firmando durante anos devido a características ambientais favoráveis: litoral, clima, praias, vegetação, além das condições instigantes de alguns acontecimentos históricos, que deixaram relevantes marcos no seu patrimônio histórico e arquitetônico. Acrescenta-se a tais atrativos as manifestações culturais que mesclam as influências das etnias mais preponderantes na formação do povo nordestino, bem como a hospitalidade dos seus habitantes (PAIVA, 2010)

O alcance da mundialização nos negócios do turismo na região Nordeste não se dá apenas na fusão entre grupos — parcerias e acordos com grupos estrangeiros e/ou expansão das redes hoteleiras já existentes —, mas no interesse de agências internacionais de financiamento, além da inclusão de suas capitais e algumas das suas cidades nos roteiros regulares e vôos especiais internacionais (os *charters*).

Segundo Benevides (1998), apud Paiva op. cit., o impacto da globalização no turismo nordestino, destaca a ocorrência de alguns eventos:

- O modo de financiamento e das operações dos equipamentos de hotelaria; adotando uma base tecnológica que segue padrões globais hegemônicos;

- A entrada das redes hoteleiras que operam em escala mundial, antes mesmo da implementação do programa;
- O discurso da conservação ambiental, considerado expressão do capitalismo tardio;
- A “turistificação” nordestina preconizada pelo megaprojeto analisado, inspirando-se e acompanhando experiências internacionais e modelos de urbanização turística do litoral;
- A perspectiva de captar demandas internacionais de turistas; a ação do agente financeiro internacional personificado pelo BID.

Segundo Paiva (2010), analisar o crescimento do turismo no Nordeste remete a diferentes etapas que refletem formas de atuação do Estado, como planejador e, mais recentemente, gerenciador e empreendedor dos chamados megaprojetos turísticos, culminando com a formulação do Prodetur/NE. Essas fases são elencadas a seguir:

A primeira fase vai desde a criação da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste/CTI/NE e das primeiras ações das agências governamentais regionais — BNB e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) até o II Plano de Desenvolvimento (II PND), que estabelecia como diretriz a valorização da orla marítima e do patrimônio histórico cultural, elegendo o turismo como uma estratégia de desenvolvimento econômico regional;

O segundo momento correspondeu à emergência do que se denominou “planos urbanístico-turísticos”, ou seja, houve a determinação de formular e implementar planos turísticos em todo o litoral nordestino com a finalidade de implantar equipamentos turísticos e de consumo coletivo, combinados ou não a espaços para uso residencial;

Na terceira fase, o turismo nordestino é impactado pelo processo de globalização em curso no mundo, trazendo inovações com a associação ao desenvolvimento autossustentável, ao apelo ecológico e cultural, variáveis relevantes para as agências transnacionais, detentoras de poder não somente de influenciar políticas destinadas ao setor, mas na dinâmica dos direcionamentos dos fluxos dos viajantes.

Ainda dentro do artigo de Paiva op. cit. observa-se que o programa na sua primeira fase, mais conhecida como Prodetur/NE I, iniciado em 1994, tinha como objetivo criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística e melhoria da qualidade de vida das populações dos municípios alcançados, sendo privilegiadas a infraestrutura de saneamento básico (água e

esgoto) e de suporte ao turismo instalação ou ampliação de aeroportos, urbanização de áreas turísticas, centro de convenções, recuperação do patrimônio histórico, bem como um aquecimento da economia das localidades turísticas.

Os resultados satisfatórios do Prodetur I e o cenário de sucesso motivaram a concepção do Prodetur II e as negociações iniciadas em 1999 foram sucedidas por estratégias mais racionais em substituição às anteriores, que muitas vezes se baseavam em tentativas de acerto e erro (PAIVA, 2010).

A grande inovação na segunda fase foi à definição de polos turísticos e a ampliação do seu raio de ação, ao serem incluídos os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, este último integrante da zona conhecida como Polígono das Secas da região nordestina, onde o objetivo geral do megaprojeto, nesse segundo momento, ficou voltado para a melhoria da qualidade de vida da população que reside em polos turísticos, situados nos estados participantes e os objetivos específicos caracterizavam-se da seguinte forma, segundo Paiva op. cit.:

- Promover o aumento das receitas provenientes das atividades turísticas;
- Melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos estados e municípios;
- Assegurar o desenvolvimento turístico autossustentável e responsável nas áreas beneficiadas pelo programa;
- Melhorar a qualidade de vida das populações nos municípios;
- Conferir sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do programa, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas.

Também foi evidenciado pela autora que o programa esbarra em entraves ao propor conceitos ainda não familiarizados pelos atores envolvidos, tais como planejamento participativo ou desenvolvimento sustentável, mas funciona como uma grande oficina de aprendizagem.

No ambiente externo, ressaltam-se dificuldades próprias da dinâmica social e econômica. De um modo geral, como obstáculos ao programa foram consideradas: a recessão mundial que interfere nos fluxos de viajantes, a difícil disponibilidade de recursos públicos e privados para investimentos, as precárias condições de utilização do solo, a inexistência e/ou insuficiência da infraestrutura, a deficiência dos

equipamentos e serviços, a falta de capacitação dos recursos humanos, a comercialização inadequada do chamado produto turístico e a ineficácia dos sistemas oficiais de turismo — secretarias e empresas de economia mista de turismo (PAIVA, 2010).

De acordo com o trabalho da autora, o Prodetur/NE foi considerado inovador tanto no que se refere à sua concepção quanto à sua gestão e devido à formulação desse programa ter como base o planejamento estratégico, foi possível abranger todas as variáveis ambientais, tornando possível a integração de vários atores.

Também foi importante a observação de Paiva, quando diz que o Prodetur/NE, para conseguir esse feito, recorreu a mecanismos de participação direta através de redes de parceiras, matriz de relacionamento, conselhos, seminários e campanhas de conscientização, inclusive das populações beneficiadas moradoras dos polos turísticos, salientando também que integraram à rede diversas instituições, inclusive as financeiras, empresas privadas e ONGs.

Quanto ao sistema de gerenciamento implantado, foi considerado pela autora como bastante moderno, o que veio a favorecer o empreendedorismo e a participação comunitária, além de ser extremamente abrangente, alcançando metas relacionadas ao meio ambiente, ao saneamento básico e à acessibilidade (rodovias).

Por fim, para Paiva op cit., o Prodetur/NE trouxe um impacto bastante positivo para as equipes técnicas envolvidas, exigindo mais conhecimento e competência técnica das mesmas, até porque envolve inovações na maneira de formular e implementar programas de governo.

E quanto mais bem preparada estiverem as equipes técnicas envolvidas melhor serão os resultados, tendo em vista que o cenário atual é diferente e nele se delineia um campo de forças, com antigos e novos atores, que se mobilizam, como associações de moradores, Justiça, empresas incorporadoras, investidores internacionais e as populações que tudo acompanham pelos meios modernos de comunicação (PAIVA, 2010).

2.4 - Turismos e o desenvolvimento socioeconômico

O turismo tem sido entendido como uma alternativa viável para o incremento das condições materiais das sociedades que o incentivam, pois é por meio dele que se buscam condições de melhoria da qualidade de vida para aqueles que o praticam mas para que este potencial se materialize, as atividades turísticas precisam se desenvolver orientadas por políticas públicas de caráter econômico e social (ANDRADE, 2009).

O turismo pode contribuir muito para o combate à pobreza e para a desconcentração da renda brasileira, reduzindo desigualdades. Isso corrobora a importância e justifica a sua inserção entre as prioridades orçamentárias brasileiras. Este raciocínio, aliado ao conhecimento de que o Brasil está muito aquém de outros países mais desenvolvidos, onde o peso do turismo e dos gastos públicos com o setor são bem maiores, conduz a estimativas de crescimento significativo nos cenários traçados para as metas propostas no Plano Nacional de Turismo (Turismo no Brasil, 2007/2010).

Os debates e reflexões, que dominam a cena política e socioeconômica internacional, levam à formulação de novas concepções de desenvolvimento (endógeno, local e humano), fundamentadas na melhoria da qualidade de vida, na organização produtiva e na conservação do meio ambiente, por meio do incentivo ao empreendedorismo (Turismo no Brasil, 2007/2010)

Segundo Sen (2000) apud Gomes et al., (2009) o desenvolvimento é um processo de superação de problemas sociais, em que a sociedade se torna mais justa e legítima. Souza (2002) apud Gomes et al., op. cit. destaca que crescimento econômico pode ocorrer sem que haja distribuição de renda e melhoria dos indicadores sociais. Buarque (2004) apud Gomes et al., op. cit. por sua vez, define desenvolvimento local

como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos urbanos.

Para ser sustentável e ter consistência, o novo paradigma de desenvolvimento deve impulsionar as potencialidades locais e contribuir para aumentar as oportunidades sociais e a competitividade da economia. Em consonância, deve-se assegurar a conservação dos recursos naturais, que são condição para a qualidade de vida dos habitantes. (BUARQUE, 2004, apud GOMES, et all., 2009).

O desenvolvimento socioeconômico endógeno é decorrente do espírito empreendedor. Para Schumpeter (apud Dornelas, 2005, apud, Gomes et all., op. cit.), o empreendedor é aquele que transforma a ordem econômica, pela introdução de: novos produtos e serviços, novas formas de organização, ou novos recursos materiais. O empreendedor cria novos negócios e também inova dentro de empresas já constituídas; é aquela pessoa com idéia de negócio, ainda que não seja o investidor e vale salientar, é por intermédio do empreendedorismo que gera-se riqueza para a sociedade e desenvolvimento socioeconômico endógeno (GOMES et all, op. cit).

O turismo, fazendo parte do setor de iniciativas empreendedoras representativas, proporciona: a) geração de empregos; b) diversificação de negócios; c) redução de desigualdades regionais; d) melhoria da qualidade de vida da população; e) proteção do ambiente; e f) desenvolvimento social, é, portanto, o turismo que articula empreendedores no processo de desenvolvimento local, justamente pelo fato de ser atividade movimentada por pessoas (GOMES et att., op. cit.)

O turismo deve ser entendido como atividade humana fundamental a todo sistema econômico. Se, por um lado, o crescimento das atividades turísticas contextualiza-se na economia capitalista, voltada para fins lucrativos, por outro lado, com a ausência de desenvolvimento industrial sustentável, o turismo é a alternativa para compensar o atraso e impulsionar o desenvolvimento, (KNAFOU,1996, apud Gomes et all., op. cit).

Para Gomes et al., op. cit. turismo deve transcender a esfera das relações econômicas de oferta e demanda e proporcionar aumento da renda dos moradores do lugar visitado, por meio do estímulo a investimentos e à criação de empregos.

A assertiva desses autores quando diz que a aplicação de conhecimento, de inovação tecnológica, do investimento de capital por meio do fortalecimento da coordenação institucional, pode vencer os desafios do subdesenvolvimento, vem ao encontro do pensamento do economista Amartya Sen (2000), quando este argumenta que “a pobreza precisa ser vista como a privação das habilidades básicas, em vez de meramente baixos níveis de renda” (SEN, 2000).

Neste contexto, pode-se afirmar sem reservas, que nos encontramos perante uma importante atividade econômica, que confirmou o seu caráter transversal no panorama econômico, e se manifesta como uma oportunidade estratégica de primeira magnitude para o âmbito local (Publicação: Turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate, 2004).

Na publicação citada no parágrafo anterior, estão reunidas as conclusões da Reunião internacional de especialistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Granada/Espanha, em fevereiro de 2004, e também constam as seguintes assertivas:

Há muitas razões para considerar que se deve prestar ao turismo um tratamento profundo e intenso, que exige de um lado a realização de uma análise pormenorizada dos seus pressupostos e características intrínsecas, e por outro, estudar como articular os mecanismos para que façam desta atividade uma verdadeira oportunidade para o desenvolvimento sustentável dos territórios e das pessoas que neles moram.

Talvez mais do que qualquer outra atividade econômica, combina dinamicamente recursos endógenos e exógenos, que corretamente vertebrados, proporcionam todo um catálogo de benefícios sociais, econômicos, ambientais e culturais. Contudo, temos que ser conscientes de que esta atividade se for mal planificada, e se marginaliza a intervenção dos atores locais em todas as fases do processo, pode envolver determinados riscos e, por conseguinte, provocar efeitos nocivos e irrevocáveis para o desenvolvimento territorial.

Respeito pelo meio-ambiente e a cultura local, são as condições indispensáveis para fazer do turismo uma atividade sustentável, mas não exclusivamente. O consenso e o diálogo em nível local são os elementos precisos que devem ser impulsionados entre todos, para que o desenvolvimento seja uma realidade a se consolidar a médio e longo prazos.

Observa-se, portanto, quão importante é se trabalhar essa atividade de forma articulada e planejada, sem dispensar a participação dos diversos atores envolvidos, em particular, à comunidade local. Esta tem um papel primordial na consecução dos objetivos voltados para o alcance do desenvolvimento local sustentável.

A visão dos interessados por uma localidade estará voltada para o valor estratégico do turismo, na medida em que o setor continue sendo considerado um motor para o desenvolvimento. O resultado é o aumento da demanda de informação e formação, para se conseguir resultados promissores diante das oportunidades que o turismo oferece às regiões onde exerce influência.

Sendo assim, pode-se dizer que diante deste quadro é possível que várias possibilidades se apresentem para que o turismo se expanda, mas é bom que se diga que o cuidado com as conjunturas econômicas e sociais das regiões deve estar sempre presente, e o que vai dizer se o turismo é uma alternativa viável será a forma de como o setor vai enfrentar os momentos de auge e/ou receso da economia.

Quando se fala em oportunidade estratégica, se quer dizer que, no mesmo nível, se faz necessário adotar atitudes receptivas e abertas para o turismo e também para as atividades ligadas ao setor, ou seja, é necessário que se provoque uma mudança em termos de cultura e mentalidade.

Segundo a publicação que reúne as conclusões da Reunião de especialistas da OIT, op. cit., o turismo pode ser observado desde uma perspectiva dupla: como setor e como atividade econômica e como qualquer outra atividade que faz parte de uma economia local, precisa ser minuciosamente analisada para detectar os elementos que possam chegar a convertê-la num potente motor de desenvolvimento local.

Também afirma o documento op. cit. que para um determinado território, o turismo pode ser um importante instrumento de geração de riqueza, em termos de criação de empresas e emprego, podendo também contribuir para reforçar os valores próprios de um lugar, reafirmar a cultura local, abrir a sociedade local às influências do exterior, ampliar o valor agregado no território, entre outros.

Esses efeitos vão requerer a confluência de uma série de circunstâncias prévias, que são necessárias para que o turismo realmente seja uma oportunidade. É fundamental saber gerenciar a oportunidade, analisando a realidade subjacente com objetividade, para não cair na tentação de adotar modelos de desenvolvimento turístico que perturbem a harmonia do desenvolvimento socioeconômico, agridam a cultura local, e provoquem um esgotamento acelerado dos recursos (Publicação op. cit.).

É importante salientar que o subitem a seguir (2.4.1) foi elaborado tendo como referência a publicação op. cit.

2.4.1 Aspectos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de turismo

- Importante atividade, desde as perspectivas sociais, econômicas, ambientais, culturais e de gestão, e desde sua própria consideração como atividade econômica com identidade própria, confirma o seu caráter transversal no tecido socioeconômico de um território. Reconhecer os níveis de intervenção, coordenação e subordinação deste setor em relação à economia local, contribuirá a posicionar o turismo no seu espaço e lugar precisos, para ser levado em conta pelas políticas locais.
- Uma oportunidade estratégica para os territórios, mas, para isso, precisa ser observado desde a perspectiva local, adequando-se à realidade socioeconômica e sócio-cultural. Nas diversas fases de produção da atividade, todos os atores públicos e privados devem estar envolvidos, juntamente com a população local, liderando alianças estratégicas para a construção de destinos emergentes e dos produtos turísticos. Se não for assim, pode

converter-se numa atividade agressiva ao ambiente e geradora de novas dificuldades.

- Responsabilidade das administrações públicas têm de impulsionar e liderar um ambicioso processo de sensibilização sobre a importância da formação dos recursos humanos no setor turismo. Além disso, têm de desenhar planos formativos integrais, que saibam responder às demandas do mercado. O Agente de Desenvolvimento Turístico pode ser a peça chave na cadeia de valor entre os poderes públicos e os atores socioeconômicos do território para ajudá-los a criar estratégias de desenvolvimento e fomentar um espírito empresarial
- É essencial medir não só os aspectos quantitativos, mas também os aspectos qualitativos da atividade. A criação de infraestruturas científicas em pequenas unidades territoriais ou locais facilitaria a construção de modelos quantitativos para medir os elementos qualitativos que incidem no desenvolvimento do território.
- Planejamento estratégico em turismo é sinônimo de visão integral. O planejamento garante, por um lado, um “itinerário” de atividades e resultados previsíveis. Por outro lado, é um excelente quadro para estabelecer a coordenação dos setores público e privado, e, além disso, facilita a coordenação interinstitucional. Contudo, de acordo com as dinâmicas territoriais, o estabelecimento de um diálogo permanente e fluído, baseado no consenso, também pode dar eficácia às ações isoladas.
- Importante motor do desenvolvimento local, se ocupar um espaço relevante e estratégico no desenho das políticas locais, se impulsionar a coordenação entre as administrações públicas e se fomentar a cooperação público privada.

2.4.2 – Acessibilidade externa e interna do turismo

Segundo a Declaração de Montreal de 1996², apud Segmentação do Turismo, “o objetivo principal de todas as iniciativas de desenvolvimento turístico deve ser a realização plena das potencialidades de cada indivíduo, tanto como pessoas quanto como cidadãos”.

Portanto, o turismo pode e deve iniciar a promoção do desenvolvimento, a integração e a coesão social considerando-se que, quando controlado e respeitando o meio ambiente e as comunidades locais, o turismo constitui uma das esperanças econômicas, sociais e culturais de muitas regiões em desenvolvimento (MELLO et. al)

O destino turístico é determinado pela acessibilidade, que se configura em uma das qualidades essenciais para um destino turístico deve ter. Se não se realiza uma adequada avaliação em conjunto dos recursos disponíveis no território, e não se adapta o uso turístico dos mesmos, com a finalidade de conseguir uma acessibilidade melhor, é fácil concluir que “o destino turístico que não é acessível, não existe”.

É importante frisar que em primeiro lugar, tem de se considerar a acessibilidade externa, dado que esta permite que o visitante aceda ao destino turístico. Neste aspecto, mais que a distância, preza-se o fator tempo, ou seja, quantas horas há que gastar para chegar a um território concreto, dependendo dos meios de transporte e das infraestruturas existentes. Deve-se considerar o tipo de oferta apresentado (Publicação op.cit.).

A acessibilidade interna significa basicamente facilitar ao visitante o acesso à oferta turística do território e este tipo de acessibilidade está intimamente relacionado com a otimização das infraestruturas existentes no território e a criação de outras novas que sejam necessárias para o desenvolvimento turístico (Publicação, op. cit.).

²A Declaração de Montreal de 1996 teve origem no Congresso do Bureau Internacional du Tourisme Social (Escritório Internacional para o Turismo Social), e transformou-se numa nova “Carta de Fundação” para o turismo social. Na Declaração de Manila de 1980, realizada pela OMT (Organização Mundial do Turismo), dá-se pela primeira vez a associação dos termos “acessibilidade” e “turismo”.

Está comprovado que o turismo é fator de desenvolvimento, é economia e, sendo assim, deve integrar-se na estratégia global, sendo importante enfatizar que para que o turismo possa existir, é necessário aproveitar os recursos e as atrações, as quais podem estar por sua vez geridas por outras áreas; o turismo cria-se e constrói-se por meio de sinergias e mediante a colaboração de outros setores (Publicação, op. cit.).

Atualmente, o turismo transformou-se num claro impulsionador do desenvolvimento socioeconômico, e o nível de desenvolvimento alcançado parece pedir uma mudança do papel no setor público, que deve se orientar mais na direção das infraestruturas e para a regulação e o estabelecimento de normas claras e velar pelo seu cumprimento, a fim de tornar compatíveis os vários interesses, intra e intersetoriais (Publicação op. cit.).

É importante também a interação público privada em atividades de qualificação, especialmente na certificação de qualidade e na promoção em mercados internacionais, na busca de sinergias entre destinos turísticos que tentem valorizar os seus recursos, promovê-los e comercializá-los com o intuito de atrair um maior número de visitantes que lhes proporcionem riqueza, emprego e desenvolvimento.

Precisa-se incrementar a coordenação entre os vários agentes, não só do setor, mas também de segmentos de atividade adjacentes, o artesanato, a indústria agroalimentar, que evidenciam claramente a necessidade de aumentar o âmbito de atuação.

A chave para superar a variabilidade do setor está na informação, é absolutamente necessário conhecer a informação disponível, estatística e de opinião, quantitativa e qualitativa; sempre na dimensão adequada para a eficaz e eficiente tomada de decisões.

No trabalho de Senefontes, 2006, são descritos alguns resultados econômicos positivos e negativos que o turismo desenvolvido pode proporcionar. Os subitens 2.4.3 e 2.4.4, respectivamente, apresentam esses resultados:

2.4.3 Efeitos econômicos positivos no desenvolvimento do turismo:

Efeito multiplicador da renda: quanto maior a porcentagem e o tempo que o dinheiro recebido dos turistas permanecer na comunidade, maior será seu efeito multiplicador;

Geração de empregos: a atividade turística exige considerável número de mão-de-obra. Para que a população local se beneficie com estes novos postos de trabalho é preciso que se realize um treinamento para a qualificação nessas novas atividades;

Dinamizador da economia local: o turismo faz com que pequenas e médias empresas e em seu entorno se desenvolvam como consequência do aumento da demanda por produtos artesanais e alimentícios. Faz-se necessário, porém, que essas indústrias permaneçam sob o controle dos empreendedores locais, para que a comunidade possa usufruir dos benefícios gerados;

Melhoria na infraestrutura: para a realização do turismo é preciso que se tenha um bom sistema de transportes, boas vias de acesso, telecomunicação, saneamento básico, hospitais e outros. Quando o setor público participa também do desenvolvimento turístico de uma região, torna-se responsável pela melhoria da infraestrutura, que atrairá novos investimentos e conseqüentemente beneficiará a população local;

Transferência de renda: grande parte do público atraído pelo turismo é proveniente de médias e grandes cidades. Ocorre então uma transferência de renda desses centros, ocasionando uma melhoria nas condições de vida da população.

2.4.4 Efeitos econômicos negativos no desenvolvimento do turismo:

Sazonalidade: grande parte da procura por determinado destino turístico está relacionada às estações climáticas e férias escolares. A existência de alta e baixa temporada faz com que os empregos sejam sazonais, com conseqüências diretas para os trabalhadores e suas famílias;

Aumento do custo de vida para a população local: a presença constante de turistas em uma determinada comunidade faz com que os preços de produtos e serviços sejam elevados, anulando o efeito positivo do aumento de renda das pessoas empregadas no setor;

Expulsão de pequenos agricultores: a partir do momento em que há uma grande procura por terrenos para construção de casas de veraneio, pousadas ou hotéis, o preço da terra se eleva incentivando sua venda. Os pequenos agricultores então abandonam o meio rural e dificilmente encontrarão um emprego nos centros urbanos, devido à sua não qualificação para os postos de serviços oferecidos;

2.4.5 Equilíbrio e equidade para o desenvolvimento sustentável do turismo

De acordo com o artigo de Firmino, et. all, o turismo, como todo sistema dinâmico, tem seus limites e possibilidades, sendo importante identificar seus elementos e respectivas atividades, bem como características físicas, biológicas e antrópicas dos ambientes onde se desenvolve, sendo importante ressaltar que diante dessa verdade, o planejamento do turismo deve incluir a caracterização e análise dos diversos ecossistemas existentes, de maneira a subsidiar estudos de ações preventivas ou mitigadoras e de controle, visando à preservação ecológica associada ao beneficiamento das comunidades locais, sob as óticas econômicas e de qualidade de vida.

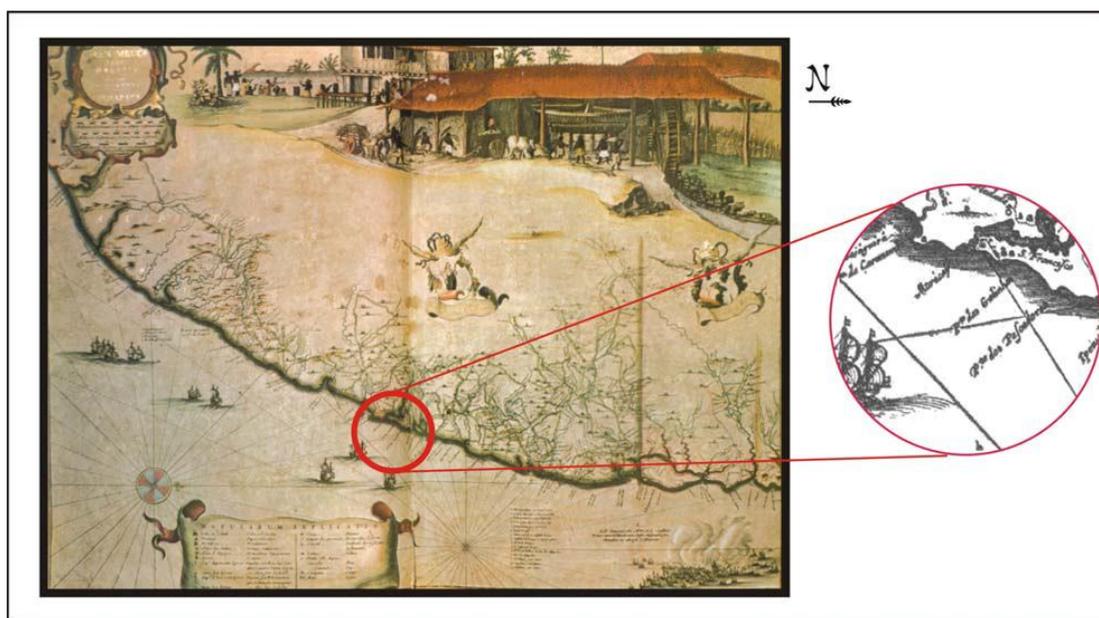
Deve-se procurar o caminho que leva à sustentabilidade do turismo, bem como das localidades e comunidades receptoras, por intermédio do planejamento, a fim de que a atividade possa, efetivamente, se estabelecer como um instrumento de desenvolvimento sustentável, gerando efeitos positivos, não somente no que se refere à variável econômica mas também e essencialmente, quanto aos demais aspectos do sistema turístico: social, ecológico e cultural (FIRMINO, et. all).

Diante do exposto, entende-se que o desafio é colocar o destino turístico de Porto de Galinhas entre os destinos mais apetecidos e valorizados do panorama do turismo interiorano, aproveitando a sinergia que na atualidade está se verificando e não perdendo a oportunidade de buscar sempre o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que foi a partir da revisão e análise de discussões sobre o desenvolvimento do turismo em áreas litorâneas, com um enfoque principal na ocupação do Nordeste brasileiro por esta atividade, que se verificou a relevância de se realizar uma gestão integrada e participativa do turismo nestes espaços (FIRMINO, et. all).

Capítulo 3 - A PRAIA DE PORTO DE GALINHAS

3.1 - Histórico

Os primeiros registros, na história, da praia de Porto de Galinhas foram realizados pelo cronista Gabriel Soares de Souza, que em 1537 menciona a praia em um dos seus textos quando cita “as grandezas e estranhezas deste Estado Brasil”. Com relação à cartografia, foi o humanista Caspar van Baerle, ou Gaspar Barleus, que colocou no mapa, os primeiros registros cartográficos realizados pelo pintor holandês Frans Post em 1630.



Fonte: Grandes Personagens da Nossa História: Mapas Históricos Brasileiros.

Mapa 1 - Barleus (1630)

A primeira versão popular que explica a origem do nome está atrelada ao fato do Porto ter sido chamado Porto Rico em razão da riqueza da economia açucareira na região, nos séculos XVII e XVIII, enquanto a segunda designação, mais conhecida, está explicitada no fato de que após a abolição da escravatura, os escravos continuavam sendo traficados de forma clandestina no Porto e viriam escondidos nas barcaças de galinhas provenientes de Angola. Os contrabandistas avisavam que haviam chegado as galinhas de Angola e essa expressão servia como

senha, pois na verdade significa que os escravos haviam chegado ao Porto. A partir daí a praia passou a ser conhecida como Porto de Galinhas (BRANDÃO Neto e DANTAS, 2008).

A região de Porto de Galinhas era território dos índios Caetés, à época em que a Europa iniciava as primeiras invasões. Estes índios, que habitavam a região, conhecida como Porto Rico devido à extração e comércio do pau Brasil, lutaram arduamente em uma grande batalha pela manutenção do seu território (MELO, M.E, 2006; e BRANDÃO Neto, e DANTAS, 2008). A paisagem nativa era dominada pela praia e pelo verde exuberante da mata atlântica (BRANDÃO Neto op. cit.).

Após 50 anos da ocupação européia, Porto de Galinhas ficou conhecida por navegadores, viajantes, comerciantes, traficantes e colonizadores que transitavam na costa do Nordeste Brasileiro. Devido às terras da região serem ricas em solos massapê, apropriados para o cultivo da cana de açúcar, nelas se instalaram vários engenhos e, posteriormente, usinas de fabricação de açúcar e álcool (MELO, 2006).

Com o surgimento do segundo ciclo econômico, que girou em torno do cultivo da cana de açúcar e se expandiu por toda a região, veio a dificuldade de mão-de-obra para os engenhos. Diante do problema, o então donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, solicitou ao rei de Portugal, D. João III, o envio de escravos, que desde o começo do século XVI já eram comercializados pelos portugueses. Porto de Galinhas fica completamente integrada ao sistema colonial, entre os séculos XVI e XVIII, sendo reconhecida como porto importador de produtos da metrópole e exportador do açúcar bruto da colônia, abrangendo os engenhos do sul de Ipojuca e da vila (BRANDÃO Neto, op. cit.)

Seguindo sua trajetória histórica, foi nos séculos XVIII e XIX que Porto de Galinhas foi objeto de uma ação do poder público, que tinha como finalidade à defesa da capitania e a avaliação da área para fins comerciais, sendo fortificada, pelo governo, juntamente com outras regiões do litoral sul de Pernambuco, quando o Brasil declarou-se independente de Portugal, em 1822.

Neste período a região torna-se um importante e movimentado porto de contrabando com a entrada de navios negreiros no Nordeste, que traziam escravos para trabalhar nos engenhos de açúcar da região. O processo de decadência de Porto de Galinhas tem início com a libertação dos escravos e a partir deste fato, começa a ter o seu destino redefinido. No período 1900 a 1960 a praia torna-se estação de veraneio das famílias dos senhores de engenho e Porto, começa a ter sua economia baseada na pesca, nas fazendas de cocos e nos engenhos (BRANDÃO Neto, op. cit.).

Segundo Melo (2006), foi em meados do século XX que a praia de Porto de Galinhas foi declarada como pertencente à família Cavalcanti Uchoa, que começou a cultivar as terras dando início ao desenvolvimento da cultura do coco e a pecuária, e o Governo do Estado, a partir de 1950, começa a ter uma participação mais constante na região, devido à compra de 1.200 metros de praia.

As primeiras obras de infraestrutura visando beneficiar Porto de Galinhas ocorreram a partir dos anos 60, com a pavimentação da rodovia PE-060 e a chegada da energia elétrica (MELO, op. cit.). Daí por diante se iniciam os ciclos de expansão urbana com a criação de loteamentos.

Com os avanços alcançados na área da infraestrutura, é a partir dos anos 60 que a classe média e a burguesia começam a descobrir Porto de Galinhas e sua paisagem começa a mudar na década de 1970, devido aos loteamentos que foram constituídos com a intenção de oferecer casas de veraneio às famílias de classe média e alta do Recife. Foi, portanto, desta forma – com sacrifícios dos coqueirais - que começaram novas ruas e lotes, e a praia tem o seu uso redefinido – de vila de pescadores e fazenda de coco a espaço de férias e veraneio (BRANDÃO Neto, op. cit.).

Com a rede elétrica implantada em 1968, os loteamentos na área foram iniciados por intermédio da Lei n.º 703, de 1975, que aprova o loteamento Merepe, I, II e III (1976), vizinho a Porto de Galinhas e em 1978 é realizado o loteamento Recanto de Porto de Galinhas, surgindo, então, os primeiros sinais para a exploração turística na área (Sitônio, 2006, op. cit.).

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo, do então governo Moura Cavalcanti foi lançado nessa ocasião e apresenta como diretriz para a região o estabelecimento de áreas de camping, conseguindo investimentos da ordem de Cr\$ 8 milhões, recursos provenientes da Empresa Pernambucana de Turismo – EMPETUR (hoje Empresa de Turismo de Pernambuco), da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (hoje, Instituto Brasileiro de Turismo), e do então Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE).

Mendonça (2004) denominou esta fase como a primeira onda de expansão, onde foram construídas as primeiras casas de veranistas e a pavimentação da PE-038, que liga a PE-60, rodovia estadual que deu acesso ao distrito de Nossa Senhora do Ó, que fica a 8 km de distância de Porto de Galinhas. Isso em muito facilitou a instalação dos primeiros hotéis na praia.

O segundo momento de expansão que passou Porto de Galinhas, que foi iniciado na década 80 com a inauguração da pavimentação da PE-38, e com a chegada do telefone (1985), foi caracterizado também pela instalação de pousadas e hotéis, o que proporcionou a atração de turistas nacionais e internacionais.

Com a pavimentação da PE-09, em 1991, que liga Nossa Senhora do Ó à praia – que veio complementar e facilitar o acesso - Porto de Galinhas começou a ser inserida numa nova fase de desenvolvimento, em que a atividade turística tem mais destaque, em razão da oferta de cerca de 1.200 leitos para turistas e visitantes (SITÔNIO, 2006, op. cit.). Foram instaladas cerca de 150 pousadas e hotéis, o que possibilitou o início do fluxo de turistas para a região.

Esta fase apresentou dois momentos: o primeiro pode ser caracterizado como o início em que Porto de Galinhas começou a ser reconhecida como um pólo turístico nacional. O mercado local (moda, artesanato, perfumaria, alimentação, entre outros) se dinamiza e é implementado o primeiro Plano Nacional de Municipalização do Turismo. O segundo refere-se ao surgimento dos primeiros problemas, devido à inexistência de rede pública de água e saneamento.

A terceira onda de expansão de Porto de Galinhas, segundo Mendonça (2004) ocorreu com o lançamento do Loteamento da Praia de Muro Alto, no Cupe, e a implantação dos primeiros grandes resorts (1999-2000), consolidando Porto de Galinhas como um destino turístico nacional

Em 2002, se inicia a quarta onda de expansão urbana, com o loteamento da Praia da Gamboa (Cupe) para a construção de *resorts* e *flats*. Amplia-se o fluxo de turistas estrangeiros e Porto de Galinhas passa a ser reconhecida como um destino turístico internacional. Em 2003, dá-se início ao Projeto de Re-qualificação Urbana de Porto de Galinhas com o lema Projeto Porto Melhor, resultante de uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Ipojuca.

3.2 Aspectos econômicos, políticos, socioculturais e naturais de Porto de Galinhas

Porto de Galinhas é uma ilha estuarina cercada a Leste pelo mar, a Oeste, por mangues e lagoas, ao Sul pelo Rio Maracaípe e ao Norte pelo Rio Merepe. O povoado de Porto de Galinhas está localizado a uma distância aproximada de 50,2 km do Recife, capital do Estado de Pernambuco e pertence ao município de Ipojuca, que foi fundado em 1861 e possui uma área de 512,6 km² (Figura 5) (MELO,2006).

O acesso terrestre à praia de Porto de Galinhas se dá por meio das rodovias federal BR-101, e estaduais: PE-060, PE-038 e PE-09.

Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Ipojuca tem uma população residente de 80.637 habitantes, sendo 74% localizados na zona urbana e 16% na zona rural (IBGE, 2010).

Quanto ao povoado de Porto de Galinhas, é importante salientar que por não existir dados estatísticos oficiais sistematizados e disponíveis sobre a sua população residente, as estimativas em 2006 apontavam que naquela localidade viviam cerca de 7.000 habitantes, e também foi avaliado que nos finais de semana, feriados e durante a alta estação, em função do fluxo de turistas e veranistas, essa população chega a triplicar (MELO, 2006, op cit).

A cidade de Ipojuca está inserida na microrregião de Suape, praia que pertence à cidade do Cabo de Santo Agostinho, limitando-se ao Norte com a cidade do Cabo de Santo Agostinho; ao Sul com o município de Sirinhaém; a Oeste com a cidade de Escada; e a Leste, com o Oceano Atlântico.

O município como um todo possui três distritos: Ipojuca, Camela e Nossa Senhora do Ó, e três povoados: Porto de Galinhas, Rurópolis e Engenho Maranhão. Entre os municípios da Região Metropolitana do Recife, Ipojuca destaca-se como o que possui o maior número de praias, são elas: Gamboa, Muro Alto, Cupe, Porto de Galinhas, Maracaípe, Ponta de Serrambi e Toquinho.



Fonte: Google earth. Adaptado pela autora.

Figura 5 - Localização de Porto de Galinhas no Município de Ipojuca- PE.

A cidade de Ipojuca foi construída entre as bacias hidrográficas dos rios Ipojuca e Sirinhaém e faz parte do terceiro Grupo de Bacias Hidrográficas de Pequenos Rios Litorâneos; apresenta um clima tropical quente e úmido – que é predominante na região, com temperatura anual média de 25°C e média pluviométrica anual de 2.050 mm (Sitônio, 2006, op cit)

Situada no litoral sul do estado de Pernambuco, o município está entre as latitudes 08°33'00" a 08°33'33" S e as longitudes 35°00'27" a 34°59'00" W, e de acordo com a classificação climática de Köppen³, o clima que é tropical é do tipo Ams', ou seja, chuvas de monções durante quase todo o ano, apresentando uma estação de estiagem bem definida e relativamente curta. As maiores concentrações de chuvas estão nos meses de maio, junho e julho, apresentando o período mais seco nos meses de outubro, novembro e dezembro.

A praia de Porto de Galinhas possui uma ampla linha de recifes costeiros bem peculiares, que estão distribuídos por cerca de 4 km de extensão. A vegetação é de remanescentes de mata atlântica, capoeiras, formação de restingas, mangues, palmáceos (coqueiros) e áreas de cultivo de cana-de-açúcar (Sitônio, 2006 op. cit.). Nas áreas onde o solo é arenoso se sobressai a vegetação rala e herbácea e nas áreas estuarinas onde ocorre influência dos fluxos e refluxos das marés o solo é do tipo lamoso, principalmente oriundo do manguezal, onde predomina várias espécies, entre as quais as samambaias e gramíneas. Na restinga os cajueiros, mangabeiras, mangueiras e coqueiros sobressaem. As matas, que ocorrem nas regiões de tabuleiros e solos argilo-arenoso, fazem parte da floresta tropical atlântica, já profundamente devastada pela monocultura de cana-de-açúcar, restando apenas pequenas porções de Mata Atlântica, representada principalmente por pau d'arco, imbaúba, urucubaca, pau de jangada, entre outros.

³ Classificação climática de Köppen-Geiger, mais conhecida por classificação climática de Köppen, é o sistema de classificação global dos tipos climáticos mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia.

Também se encontra na região de Porto de Galinhas uma “Baobá” secular, que é uma árvore centenária de origem africana, com mais de 280 anos. O Manguezal, berçário do mar, é encontrado na localidade e chega a ser de quatro espécies: mangue vermelho, mangue branco, mangue siriúba e o mangue salgado, de raízes aparentes que permitem a observação de sua constituição (BRANDÃO Neto e BRANDÃO, op. cit.). O manguezal é válido salientar, também serve como desova das espécies: siri, marisco, caranguejo, aratu, camarão e cavalo-marinho.

Ainda fazem parte da história cultural e natural de Porto de Galinhas, os engenhos de cana-de-açúcar, que representam um longo período da economia local e brasileira; o coqueiral, que além de constituir um patrimônio natural e paisagístico é também patrimônio cultural e regional; a tartaruga marinha, que faz desova na praia; o Convento de Santo Cristo, fundado em 1606 e considerado um dos mais antigos e belos conventos do Brasil; e também igrejas e capelas, que foram construídas em 1663, 1765, 1854 e 1906 (BRANDÃO Neto e DANTAS, op. cit).

Até meados da década de 1980, a economia local da região até então teve como base de sustentação a cana-de-açúcar e a indústria sucroalcooleira, no entanto, foi a partir do fim dos anos 80 e início da década de 90 que o turismo despontou como uma segunda força econômica.

Aliado a isto, veio à implantação do complexo portuário de Suape, entre as décadas de 1970 e 1998, proporcionando crescimento econômico do município, que pôde ser observado por intermédio do Produto Interno Bruto – PIB, que foi superior a 310% (Sitônio, 2006 op. cit.), conforme demonstra a Tabela 3, constante na página seguinte.

Tabela 3 - PIB do município de Ipojuca e de Pernambuco 1970 – 1998

Ano	Ipojuca (US\$)	Pernambuco (US\$)	Ipojuca / PE (%)
1970	44.510.846	7.178.290.704	0,6
1975	60.256.458	10.725.999.153	0,6
1980	77.309.768	14.303.294.796	0,5
1985	61.022.366	14.975.893.559	0,4
1990	82.659.149	16.295.646.125	0,5
1996	144.157.488	18.246.856.414	0,8
1997	178.246.920	18.891.913.406	0,9
1998	182.900.120	18.881.671.979	1,0

Fonte: Agenda 21 do Ipojuca (2004: 24), apud Sitônio 2006, op. ci.

Sitônio (2006), também menciona no seu trabalho, outros tipos de arrecadação, para o ano de 2001, apresentados pelo município, segundo dados do IBGE, conforme o Quadro seis (apud Agenda 21 local, 2004:25).

Quadro 6 - Arrecadação do município de Ipojuca em 2001

	Arrecadação (R\$)	Observações
Imposto Predial Urbano (IPTU)	2.282.747,21	Quarta maior do estado
Imposto sobre Serviços (ISS)	3.488.453,00	Quinta arrecadação estadual
Imposto Territorial Rural	437.806,20	

Fonte: Agenda 21 do Ipojuca (2004:24), apud Sitônio 2006 op. cit.

O ano de 1991 foi considerado como o início de um desenvolvimento promissor para Porto de Galinhas, devido à atividade turística ganhar destaque com a oferta de 1.200 leitos. No entanto, junto com essa fase começaram a surgir os problemas relacionados com a ausência de rede pública de água e saneamento, na localidade.

O surgimento desse problema não impediu os empresários, ligados à rede hoteleira da região, de se organizarem em uma associação e investirem no *marketing* da praia, que em 1996 passa a ser reconhecida nacional e internacionalmente por ter sido eleita como destino turístico oficial do cartão American Express (Sitônio, 2006, op. cit.).

Ao longo da década de 90, diversas obras e projetos de infraestrutura beneficiaram a praia de Porto de Galinhas. Durante esse período surge a Política Nacional do Turismo no país, que contempla a praia de Porto de Galinhas em seus programas e dar início à execução dos mesmos no ano de 1996, transformando Porto de Galinhas na principal rota turística do estado. A partir de 1999, com o surgimento de um novo loteamento na praia de Muro Alto, para construção de grandes *resorts* e *flats* e, em seguida, no ano de 2002, com a implantação de mais um loteamento na praia de Gamboa, começam a ser realizadas as primeiras obras de saneamento e esgotamento sanitário em Porto de Galinhas (Sitônio, 2006 op. cit.).

O perfil socioeconômico do município e conseqüentemente de Porto de Galinhas passam, então, a demonstrar ao logo dos anos um aumento considerável da população, em decorrência da localidade ter se tornado um destino turístico que despertou interesses tanto a nível interno como externo, e também pelo acentuado ritmo de crescimento do Complexo Industrial e Portuário de Suape que se situa no limite norte do município, acerca de 35 km do Recife.

Os números da população são os seguintes:

Em 1997, a contagem da população realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico, registrou 48.479 habitantes em Ipojuca.

No ano de 2000, segundo o censo do IBGE, a contagem da população foi de 59.281 habitantes, distribuída nos três distritos: Ipojuca-sede (22.200 hab incluindo Suape), Nossa Senhora do Ó (21.391 hab, incluindo Porto de Galinhas) e Camela (15.690 hab, incluindo Serrambi).

Passados 10 anos, contados a partir de 1997, a contagem populacional realizada em 2007, com a mesma metodologia foram de 66.384 habitantes, o que resulta uma aceleração da taxa de crescimento da população da ordem de 2,9% ao ano.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, como dito anteriormente, o município de Ipojuca passa a ter uma população residente de 80.637 habitantes, sendo 74% localizados na zona urbana e 16% na zona rural.

A fim de proporcionar uma compreensão melhor sobre a dimensão do crescimento econômico do município, a Prefeitura, através do seu portal oficial, lança dados do PIB de Ipojuca, comparando-o com outros municípios, conforme discriminados nos Quadros 7, 8 e 9, a seguir:

Quadro 7 - PIB de Ipojuca comparado a outros municípios de Pernambuco

Valor do PIB a preços correntes (R\$1.000.000)

Municípios	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ipojuca	1.098	1.429	1.856	2.000	2.398	2.958	3.505
Recife	8.704	9.423	10.040	12.634	13.421	14.776	16.664
Jaboatão	2.310	2.394	2.505	2.842	3.079	3.505	4.067
Cabo St. Agostinho	1.359	1.730	2.105	1.788	2.423	2.692	2.852
Olinda	844	1.020	1.027	1.281	1.382	1.601	1.938

Fonte: Portal oficial da Prefeitura de Ipojuca.

Quadro 8 - Participação no PIB de Pernambuco

Municípios	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ipojuca	4,2%	4,9%	5,9%	5,7%	6,1%	6,7%	7,0%
Recife	33,4%	32,4%	31,6%	35,8%	34,1%	33,6%	33,4%
Jaboatão	8,9%	8,2%	7,9%	8,1%	7,8%	8,0%	8,1%
Cabo de Santo Agostinho	5,2%	5,9%	6,6%	5,1%	6,2%	6,1%	5,7%
Olinda	3,2%	3,5%	3,2%	3,6%	3,5%	3,6%	3,9%

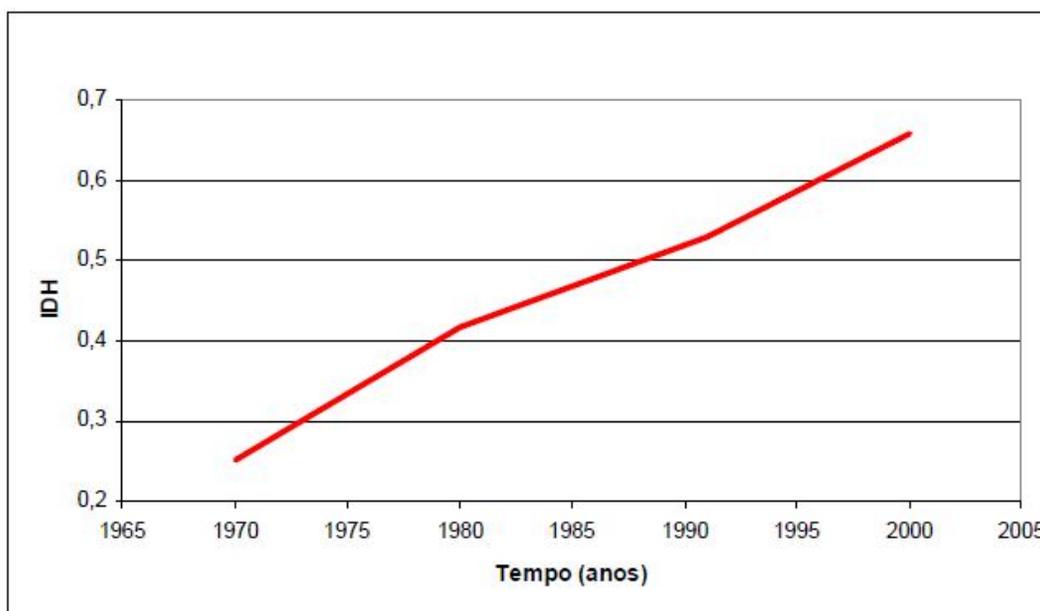
Fonte: Portal oficial da Prefeitura de Ipojuca.

Quadro 9 – PIB de Ipojuca (R\$1.000.000)

Setor	2002	2003	2004	2005	Taxa de Crescimento (%a/a)
Agricultura	22	38	41	39	20,6%
Industria	252	386	512	666	38,3%
Comercio e Serviços	1.726	1.974	2.405	2.801	17,5%
Total	2.000	2.398	2.959	3.505	20,6%

Fonte: Portal oficial da Prefeitura de Ipojuca.

A qualidade de vida da população de Ipojuca, apresentada por meio do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH*, é outro destaque relevante, podendo ser observado no trabalho de Sitônio, op. cit., que por intermédio do Gráfico 4, mostra crescimento:



Fonte: dados fornecidos pelo IPEA (apud Sitônio, 2006, op cit).

Gráfico 4 – índice de Desenvolvimento Humano – IDH - Ipojuca

*A Organização das Nações Unidas – ONU, por meio do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, lançou o primeiro IDH, composto por três indicadores interligados: alfabetização, expectativa de vida e nível de renda. Tornou-se um meio mais realista para mensurar o desenvolvimento socioeconômico de um país, estado, município ou segmento de população. Para efeito de análise, o PNUD estabeleceu três categorias de mensuração: $0 < \text{IDH} < 0,5$ (baixo desenvolvimento humano); $0,5 < \text{IDH} < 0,8$ (médio desenvolvimento humano); e $0,8 < \text{IDH} < 1$ (alto desenvolvimento humano) (apud Sitônio 2006, op cit)

Verifica-se que o IDH de Ipojuca, considerando todo o município, sem a divisão por distritos, mostra um crescimento, apesar de inferior ao registrado no estado (0,705) e a média do país (0,766), bem como que esse quadro mostra uma melhora maior na região em relação aos demais distritos municipais, em razão do aporte de recursos recebidos, por meio dos investimentos públicos e privados (SITÔNIO 2006, op cit).

O referido gráfico mostra que para o ano de 2000 o IDH foi de 0,658, o que proporcionou ao município ganhar a 44.^a posição no ranking do estado, resultado considerado superior ao dos estados do Piauí (0,656), Alagoas (0,69) e Maranhão (0,649) (SITÔNIO, 2006, op. cit).

O estudo de Sitônio, op. cit., também ressalta que no período da década de 70 ao ano 2000 ocorreu um crescimento que foi considerado bastante positivo, ou seja, foi de 65,6% nos anos de 1970 e 53,7% na década de 90, o que acarretou para o município sair da faixa de classificação de baixo desenvolvimento humano.

Observa-se que a atividade turística em Porto de Galinhas, nos últimos 15 anos, tem se expandido de forma extraordinária, principalmente por ter sido considerada o destino turístico de zona costeira mais importante do estado de Pernambuco, ter se consolidado como destino turístico nacional (1999-2000) e internacional (2003), bem como pelo município, no qual faz parte, ter abrigado os maiores investimentos recebidos pelo governo estadual nos últimos anos, como a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul, que fazem parte do Complexo Industrial de Suape.

Em suma, o que se verifica é que devido ao crescimento acelerado da economia do município, que possui, segundo matéria “O paraíso dos contrastes”, da jornalista Andréa Pinheiro, publicada no Diário de Pernambuco de novembro/2009

- uma receita total de R\$ 236, 3 milhões (em 2007);
- o principal destino turístico de zona costeira do estado, que atrai mais de 500 mil turistas anualmente;
- o 3.º PIB municipal do estado (R\$ 4,3 bilhões, em 2006);

- o maior PIB per capita do estado (R\$ 61,9 mil em 2006);
- o 44.º lugar no ranking do IDH, entre 184 municípios pernambucanos;
- um orçamento de R\$ 340,0 milhões (estimativa para 2010);
- uma participação no PIB do estado de 7,7% (em 2006).

Esse rápido “desenvolvimento” resulta em impacto na dinâmica socioespacial, fazendo com que a localidade de Porto de Galinhas seja alvo de diversos projetos e investimentos públicos (implantação de redes de abastecimento e saneamento, implantação de equipamentos de apoio ao turismo, coleta do lixo), no sentido de reduzir os efeitos negativos que o chamado turismo de massa provoca.

Não obstante reconhecer que a economia em crescimento é sinônimo de dias melhores para uma localidade, desde que o planejamento esteja entre as alternativas da gestão pública responsável, no caso específico de Porto de Galinhas, observa-se, conforme pesquisa in loco realizada pela autora no decorrer do desenvolvimento deste estudo, que os passos necessários para diminuir os danos causados por essa quantidade excessiva de pessoas, deveriam ser iniciados há mais tempo e, hoje mesmo com o avanço da tecnologia, eles ainda se apresentam tímidos para o alcance de um turismo sustentável para Porto de Galinhas. Isso será detalhadamente abordado posteriormente.

3.3 O turismo de Porto de Galinhas sob os enfoques do PNMT, dos Projetos: Porto Melhor, Orla, GAIREPP, do Plano Diretor de Ipojuca; e à luz do Decreto n.º 21.972/1999 e da Lei n.º 14.258/2010.

A trajetória da consolidação do turismo na Vila de Porto de Galinhas, passa pelo Programa Nacional da Municipalização do Turismo – PNMT, que se constitui em um dos principais programas implantados na área; pelos Projetos: Porto Melhor; Orla, Gairepp e pelo Plano Diretor de Porto de Galinhas, que serão apresentados de forma sucinta nas linhas seguintes.

3.3.1 Implantação do PNMT

O ano de 1994 para o turismo foi marcante em razão da implementação do PNMT, realizada pelo Governo Federal com o apoio do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e da EMBRATUR. Considerado como o mais importante projeto do setor público na área de turismo, o Programa é definido pela EMBRATUR (1998),

como um processo que visa à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e capacitação dos vários Monitores Municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando com o crescimento econômico com a preservação e manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, tendo como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável.

Após a criação do PNMT, que aconteceu por meio de Portaria Interministerial, o Programa sofreu alterações que constaram em portarias publicadas em 1998 e 1999, ambas do Ministério do Esporte e do Turismo.

Os cinco princípios básicos norteadores do PNMT, são definidos pela EMBRATUR, op cit, como sendo:

- (a) Descentralização – Fortalecer o poder público municipal para que, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade, assumam a corresponsabilidade e participe da definição e da gestão das políticas, dos programas e das ações locais voltadas para o desenvolvimento do turismo sustentável;
- (b) Sustentabilidade – Realizar, em conjunto com a comunidade, o planejamento das ações, a seleção de prioridades e o acompanhamento de atividades que contemplem a compatibilidade dos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos dos municípios, no desenvolvimento do turismo;
- (c) Parcerias – Identificar, nas várias esferas do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, na iniciativa privada e nas organizações não-governamentais, os meios econômicos, técnicos e financeiros capazes de contribuir para o fomento e o desenvolvimento das atividades do turismo sustentável no município;
- (d) Mobilização – Estimular a comunidade a atuar e a decidir na busca de alternativas e objetivos comuns, delineando diretrizes que possam orientar e elaboração de projetos de turismo sustentável, que expressem a visão de futuro da comunidade;

- (e) Capacitação – Promover a qualificação das pessoas envolvidas com o setor turístico no município, estimulando métodos de gestão participativa e treinamento em serviços, de modo a elevar os níveis de qualidade e eficiência, tanto no planejamento e na execução das ações voltadas para o desenvolvimento do setor, como também na prestação dos serviços.

O objetivo geral do PNMT, segundo a EMBRATUR, está voltado para: Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política.

Para isso foram traçados cinco objetivos específicos, quais sejam:

- (a) Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural;
- (b) Descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal;
- (c) Disponibilizar, aos municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística;
- (d) Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do Poder Público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade;
- (e) Elevar os níveis de qualidade, eficiência e eficácia da prestação dos serviços voltados para as atividades turísticas.

Para o alcance desses objetivos específicos, o PNMT traça ações estratégicas que prevê:

- a criação dos comitês estaduais;
- capacitação de agentes multiplicadores estaduais e monitores municipais, para desencadear as ações propostas em cada fase do programa;
- estímulo ao poder municipal para a formação de Conselhos Municipais de Turismo, visando ao planejamento e ao desenvolvimento da atividade turística no município, com a participação da iniciativa privada e da comunidade local;
- estímulo às instituições públicas e privadas, para a formação e capacitação técnica dos profissionais que prestam serviços ao setor turístico, visando à qualidade e à excelência na prestação de serviços;

- orientação ao Poder Público Municipal, na criação de mecanismos legais, nas políticas de incentivo e no ordenamento das atividades turísticas; e
- assessoria aos municípios na implementação do Plano Municipal de Turismo.

A parte referente à operacionalização do Programa será sucintamente apresentada nas linhas seguintes, seguida da explanação sobre como o PNMT foi implantado em Porto de Galinhas, onde será enfatizado o aspecto negativo que foi gerado, decorrente da descontinuidade administrativa provocada pela mudança de governo, que comprometeu a eficácia do PNMT em Porto de Galinhas, e que conseqüentemente contribuiu negativamente para a gestão de um turismo sustentável.

O funcionamento do Programa se dá por intermédio de Oficinas de Capacitação, realizadas pela EMBRATUR, e ocorrem em três fases distintas.

Sensibilização (Oficina de 1.^a Fase) – objetiva a capacitação e a sensibilização de monitores estaduais e municipais, que são estimulados e motivados a retornar às instituições participantes, ao estado ou ao município de origem, para desenvolver um programa de sensibilização da comunidade quanto à importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico e social;

Capacitação (Oficina de 2.^a Fase) – objetiva qualificar os agentes multiplicadores nacionais, estaduais e dos monitores municipais, que participaram da 1.^a Fase, para discutir questões relacionadas à criação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal do Turismo, que são instrumentos necessários para a operacionalização do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo;

Planejamento (Oficina de 3.^a Fase) – objetiva dar início ao processo de elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de repasse, no níveis estadual e municipal, de técnicas e métodos de planejamento sob um enfoque participativo. A partir desta fase o facilitador municipal conduzirá o processo de elaboração do Plano citado, dentro da filosofia do PNMT.

Foi de forma natural, ou seja, espontânea, que a atividade turística começou em Porto de Galinhas, instigada por empresários empreendedores, que identificaram na localidade atrativos com grande potencial de aproveitamento turístico.

O ano de 1996 é marcante para Porto de Galinhas, pois foi a partir de uma visão de mercado, idêntica a dos empresários, que a empresa American Express do

Brasil, adota Porto de Galinhas como Destino Oficial de Turismo, título apenas reconhecido para as ilhas do Caribe e Búzios (ALVES, 2002, op cit.)

Um fato que contribuiu para que a American Express desenvolvesse uma ação estruturadora em Porto de Galinhas, através do delineamento de ações planejadas, visando dar sustentabilidade ao produto turístico, foi a forma empírica com que o turismo era desenvolvido na localidade. E como destaque, dentre as principais ações desenvolvidas pela empresa americana, se ressalta a Academia de Viagens e Turismo – AVT, um programa voltado ao ensino direcionado para o setor de viagens e turismo, que foi desenvolvido em parceria com diversas empresas do setor público e privado local, e contou com o envolvimento de 35 alunos oriundos de 3 escolas da rede municipal de ensino de Ipojuca (ALVES, 2002, op. cit)

O desenvolvimento das atividades ligadas ao lazer e turismo começou a apresentar problemas graves para Porto de Galinhas na década de 90, em razão da ausência de planejamento e de instrumentos de regulação para o uso e ocupação do solo. Isto aliado à demanda crescente causada pelo fluxo intenso de turistas começa a provocar uma série de problemas que comprometem não só o desenvolvimento do setor turístico, como também a qualidade de vida da comunidade.

Por isso fica perceptível que o acelerado crescimento do turismo naquela localidade foi resultado de uma ação imediatista dos atores que na ânsia de conseguir resultados financeiros dentro de um curto prazo, deixam para um segundo plano as repercussões negativas e os altos custos socioambientais que a atividade turística traz consigo (ALVES, 2002 op cit.)

O início do Programa em Porto de Galinhas se deu em 1996, mais precisamente no segundo semestre e foi dividido em três fases. Segundo o relatório da EMBRATUR (1996), foram realizadas duas oficinas de 1.^a Fase, quais sejam:

A primeira, foi realizada na Vila de Porto de Galinhas, e a segunda no Distrito de Nossa Senhora do Ó, respectivamente, nos períodos de 1.^o a 3 de julho, e 23 a 25 de outubro (ALVES, 2002, op cit.). Foram oficinas de treinamento de monitores municipais das quais participaram representantes dos diversos

segmentos envolvidos com a atividade turística de Porto de Galinhas, dos poderes públicos estadual e municipal (SITÔNIO, 2006, op cit.). Nessa etapa, os participantes da oficina, representando diversos segmentos vinculados diretamente às atividades turísticas, definiram os principais problemas enfrentados em Porto de Galinhas, os quais destacaram: a problemática do lixo (coleta e limpeza urbana); a necessidade de uma melhor conscientização da comunidade e uma maior responsabilidade de cada um quanto a seu papel; a ausência de infraestrutura adequada (incluindo equipamentos públicos); a falta de serviços de apoio ao turismo; e também foram discutidas, nessa fase, as formas de organização dos diversos segmentos turísticos.

A EMBRATUR considerou no seu relatório (1996) que os objetivos dessa primeira fase foram plenamente atingidos, com destaque em relação à conscientização dos monitores quanto à importância do turismo para o desenvolvimento do município e quanto à potencialidade e problemática da atividade.

De acordo com Alves, op. cit., o segundo momento foram discutidas as formas de organização dos diversos segmentos ali representados, motivando-os a atuarem de forma organizada no município.

Na 2.^a Fase ocorreu a Oficina de Treinamento dos Monitores Municipais, e foi realizada entre os dias 14 e 16 de agosto de 1996. Foi uma capacitação voltada para questões relacionadas com a criação do Conselho Municipal de Turismo, do Fundo Municipal de Turismo e à elaboração do Plano Diretor de Turismo. Nesta fase participaram 35 membros que já haviam participado da 1.^aFase.

Por fim, na 3.^a Fase – que contou com a participação da coordenação do PNMT, do moderador e consultor da EMBRATUR - ocorreu a Oficina de Planejamento das Atividades Turísticas de Porto de Galinhas, que foi realizada com as presenças de representantes dos diversos segmentos da atividade turística (público e privado), e que segundo Sitônio, 2006, op. cit. contou com a participação de 30 pessoas, assim distribuídas: agências de viagem: 2; artesãos: 2; barqueiro: 1; jangadeiro: 1; bugreiros: 2; barraqueiro: 1; cartões de crédito: 2; hoteleiro: 1; pousadas: 1; restaurantes: 3; garçom: 1; lojistas: 2; observador:1; representantes do setor público estadual: 2; representantes do setor público federal:3; representantes do setor público municipal: 5; e também participou um representante do Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Durante a realização dessa oficina, analisou-se os diversos problemas estruturais, na sua maioria já identificados nas fases anteriores, tais como: pouco comprometimento dos segmentos envolvidos na atividades turística, desarticulação entre os governos estadual e municipal, refletindo numa ação governamental pouco; infraestrutura básica deficiente (principalmente em relação aos serviços de abastecimento d'água, sistema viário, telecomunicação, coleta e destinação do lixo); desordenamento do espaço e a qualidade dos serviços turísticos e de apoio. Também pode ser considerado destaque, nessa fase, o fato de que

grande parte dos participantes questionou a ausência do prefeito e de secretários de infraestrutura nessa etapa, por ocasionar o comprometimento municipal com a continuação dos trabalhos previstos no PNMT (ALVES e SITÔNIO, op. cit).

A Matriz de Planejamento é mencionada por Alves, op. cit., como resultado principal da oficina, e que foi elaborada a partir da análise e dos debates gerados pelos participantes, objetivando subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico de Porto de Galinhas.

Diante de todo conhecimento que foi transmitido e do aprendizado apreendido por todo o contingente de pessoas envolvidas nas oficinas, o resultado final da implantação do PNMT em Porto de Galinhas, não foi cem por cento favorável aquela localidade. Vejamos o porquê:

Os principais resultados obtidos com o Programa foram contribuições que serviram para envolver a sociedade em torno de objetivos próprios e comuns que proporcionaram a formação de associações e órgãos de classes, pois a partir das oficinas, os componentes do *trade* turístico² começaram a se organizar, bem como esses encontros proporcionaram a integração das classes menos favorecidas (artesãos, bugreiros, jangadeiros, pescadores), as quais têm destaque para a atividade turística e que participaram de todo o processo do Programa, bem como apresentaram quantitativo bastante superior aos hoteleiros, pousadeiros e lojistas (SITÔNIO e ALVES, op cit.).

Contudo, mesmo se constatando que ocorreu um despertar e uma motivação dos diversos segmentos comprometidos com o PNMT, o resultado conclusivo do trabalho deste Programa não alcançou cem por cento de êxito, em razão da não criação do Conselho Municipal de Turismo, que seria um órgão estratégico para administrar e operacionalizar a atividade turística municipal (SITÔNIO, op cit.)

² **Trade turístico:** São organizações privadas e governamentais atuantes no setor de "Turismo e Eventos" como os Hotéis, Agências de Viagens especializadas em Congressos, Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares (tradução simultânea, decoração, equipamentos de áudio visuais, etc.) (EMBRATUR, 1995). O **Trade Turístico** também pode ser entendido como o conjunto de equipamentos da superestrutura constituinte do produto turístico. Caracterizados com meios de hospedagem, bares e restaurantes, Centros de Convenções e Feiras de Negócios, agências de viagens e turismo, empresas de transporte, lojas de *souvenirs* e todas as atividades comerciais periféricas ligadas direta ou indiretamente a atividade turística.

As causas desse insucesso, segundo os próprios participantes das oficinas, foram: a desarticulação entre os vários segmentos e o desinteresse político em função do fato de este apregoar a descentralização administrativo-operacional do poder municipal; e outro fato que contribuiu para esse resultado negativo, foi a existência de conflito de interesses entre os participantes por falta de uma liderança geral.

Constatando uma realidade que infelizmente se perpetua até os dias de hoje, Alves, op. cit., narra em seu trabalho, que no Brasil a descontinuidade administrativa do Setor Público, principalmente em função das mudanças de governo, caracteriza-se como algo cíclico, de vez que ocorre a cada quatro anos e também extremamente danoso para o desenvolvimento, tendo em vista que as novas administrações praticamente desconsideram tudo o que a anterior estava implementando. Indo mais além a autora enfatiza que tais ocorrências são registradas, até mesmo quando a mudança de poder não implica em mudanças ocorridas no partido político que assume a direção de um município, estado ou mesmo do país.

Sendo assim, evidencia-se que apesar do PNMT ter proporcionado uma conscientização sobre o papel da atividade turística para o desenvolvimento da região, houve falha quanto a implantar a importância da coletividade em detrimento dos interesses individuais, em promover um acompanhamento da EMBRATUR após o término das oficinas e em não promover uma continuidade dos trabalhos durante a transição político-administrativa (SITÔNIO, 2006). Esta última observação é citada por Alves (2002) como um questionamento quando ela cita sobre o porquê a EMBRATUR não ter considerado os prejuízos que poderiam ser causados para o desenvolvimento do turismo de Porto de Galinhas, em razão da descontinuidade administrativa, provocada pelas mudanças que viriam a ocorrer pelas alterações no poder municipal.

O questionamento de Alves é muito oportuno, pois o que a pesquisa *in loco* desta investigação científica - que foi realizada em outubro do ano em curso por meio de questionário e será detalhada posteriormente, evidencia, é que passados mais de dez anos da experiência de Porto de Galinhas com o PNMT, o turismo nos ambientes recifais continua merecendo atenção e cuidados devido à falta de integração entre o poder público municipal e os atores envolvidos diretamente com

aquela atividade, que são os jangadeiros, os quais foram os precursores do primeiro trabalho visando à preservação daqueles ambientes.

Não restam dúvidas que a implantação do PNMT e dos projetos que serão abordados posteriormente teve como causa principal o crescimento acelerado do município de Ipojuca. Esses instrumentos, certamente, quando implantados no município exigem que os gestores públicos desenvolvam ações turísticas providas de planejamento adequado, onde a cultura e a tradição da comunidade devem ser valorizadas. Um outro motivo justificável para essa postura do gestor público deve-se ao fato dele possuir um papel fundamental na formulação de parâmetros e diretrizes voltados para o planejamento do turismo na localidade, juntamente com a população local. Os critérios advindos desse trabalho do gestor público devem servir para ordenar os usos e minimizar os impactos que são provocado pelas atividades do turismo.

Antes da implantação do Projeto Porto Melhor, a Agência Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH, de Pernambuco, detectou por meio de relatório de 1999, que Porto de Galinhas vem perdendo diversos elementos de sua paisagem original e destaca em seu estudo:

- O avanço das construções na faixa de praia e privatização de áreas de uso público;
- Obstrução, parcial ou total, dos acessos à praia;
- Erosão acentuada em vários trechos do litoral do município, a exemplo das praias de Porto de Galinhas, Maracaípe, Serrambi e Cacimbas, ocasionada pelos avanços cima referidos;
- Utilização descontrolada dos recifes de coral que emergem na maré baixa formando piscinas naturais, para as quais aflui, regularmente, um grande número de pessoas e embarcações;
- Abastecimento de água precário nos pólos turísticos;

- Falta de saneamento (rede de esgoto e de drenagem de águas pluviais) nos pólos turísticos e núcleos urbanos em geral;
- Coleta de lixo insuficiente na alta estação e disposição inadequada dos resíduos (em lixão);
- Falta de sinalização nas praias;
- Falta de conservação e de limpeza da maior parte dos atrativos turísticos (cachoeiras, praias e patrimônio arquitetônico dos engenhos e núcleos urbanos);
- Falta de estacionamento nos pólos turísticos, tornando o trânsito caótico em fins de semana e feriados;
- Precariedade dos acessos viários a alguns atrativos e pólos turísticos.

3.3.2 Implantação do projeto Porto Melhor

Outro importante momento para o turismo e toda localidade de Porto ocorreu em 2003, com a implantação do segundo programa, que trouxe o projeto denominado Porto Melhor, que foi um projeto de requalificação urbana de Porto de Galinhas. A origem do programa se deu por intermédio de uma parceria entre estado e município. Foi considerado um grande projeto de urbanização por contemplar desde a área de Muro Alto até a do Pontal de Maracaípe.

É importante salientar que foi à intensidade dos conflitos associados ao uso e à ocupação do solo que levou o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da então Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco (SEDURPE), contando com o apoio da Prefeitura do Município de Ipojuca — gestão municipal do quadriênio 2000-2004 —, a criar o projeto Porto Melhor.

É nesse mesmo período que, paralelamente, o município começa a desenvolver o Plano Diretor do Turismo de Ipojuca e a Agenda 21 Local, com o

objetivo de atender às exigências do Estatuto da Cidade, bem como as condições impostas pelo BID para obter financiamentos (SITÔNIO, op. cit.).

A captação dos recursos a serem investidos no projeto coube, principalmente, ao Governo do Estado que conseguiu contribuições do Governo Federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento — através do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) — e, em menor escala, do próprio município de Ipojuca (SILVA, 2008). O valor previsto para o projeto foi de um investimento inicial no valor de R\$ 10 milhões (SITÔNIO, op. cit.)

O principal objetivo do projeto Porto Melhor foi garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade nas atividades turísticas locais, visando melhorar as condições estéticas, de segurança e de conforto ambiental e foi composto de 19 subprojetos, que foram os seguintes:

- Implantação de ruas de pedestres;
- Implantação do terminal rodoviário;
- Urbanização da orla de Maracaípe;
- Implantação do terminal de *buggies*;
- Implantação de estacionamentos de automóveis, com previsão para 965 vagas;
- Melhorias no sistema viário de Nossa Senhora do Ó a Maracaípe;
- Urbanização da orla de Porto de Galinhas;
- Urbanização da entrada de Porto de Galinhas;
- Tratamento paisagístico das “Portas do mar”;
- Recuperação da praça da rua Esperança — conhecida popularmente como praça das “Piscinas naturais”;
- Recuperação e revitalização de 23 praças públicas;
- Implantação da praça de comércio;
- Criação do parque ecológico “Pantanal”;
- Implantação de uma nova escola municipal;
- Implantação de um novo posto de saúde;
- Implantação de uma central de informações turísticas;
- Implantação da praça do “*Surf*”, em Maracaípe;
- Implantação do calçadão, com pista de *Cooper*; e
- Implantação de painel artístico no muro de contenção do mar;

Na prática, a primeira etapa do projeto Porto Melhor se deu em 2004, com a implantação de ruas de pedestres, no centro de Porto de Galinhas, especificamente na área da antiga vila de pescadores. E, logo após a conclusão desta etapa, o projeto foi paralisado, por tempo indeterminado.

considerou que em Porto residiam – e residem - as parcelas sociais mais esclarecidas de Ipojuca. Sua capacidade de articulação e de resistência contra tomadas de decisão de “cima para baixo” foi, todavia, desconsiderada pelos elaboradores do projeto.

- O projeto Porto Melhor serviu para unir diferentes grupos de interesse de Porto de Galinhas (dos mais humildes aos mais sofisticados), em um movimento denominado “Fórum de Entidades Representativas de Porto de Galinhas e Maracaípe”, ou seja, em um processo de reação sistemático às intervenções urbanas propostas. Segundo o Fórum de Entidades, o projeto Porto Melhor descaracterizava ainda mais o destino turístico de zona costeira em relação a sua identidade original: uma simples e rústica vila de pescadores. E, depois que o Fórum conseguiu reter a execução do projeto por tempo suficiente para que se iniciasse o período eleitoral dos governos estaduais no Brasil, em 2006, o projeto foi, por fim, paralisado — cedo ou tarde, logo após a conclusão da primeira etapa, principiada antes do período eleitoral, e que, por isso, não pôde também ser paralisada.
- Com base nos precedentes apresentados, era inaceitável se tornar a conduzir algum importante processo de tomada de decisão no município de Ipojuca sem a participação popular, por mais que ele se referisse a um tema de grande amplitude ante uma população que, em sua maioria, tinha pouca educação para políticas desenvolvimentistas municipais.

O trabalho do professor Silva, op cit. afirma que no geral, o projeto Porto Melhor ao fazer as intervenções urbanas todas foram apreciadas desfavoravelmente pelo Fórum de Entidades. E de forma sábia, o autor enfatiza que para se ter uma compreensão exata do projeto é aconselhável se analisar cuidadosamente o contexto político do qual ele saiu e, sendo assim, apresenta o contexto, dividido em três fases, resumidamente descritas abaixo:

- Fase 1 - Com a finalidade de gerenciar os conflitos de uso e ocupação do solo de Porto de Galinhas, governo (gestão 2002-2006) e município decidiram desenvolver o projeto de requalificação urbana: na gestão 2000-2004, aos poucos, na proporção que parcelas específicas da comunidade assimilavam o teor das intervenções e se viam prejudicadas, apresentavam queixas. Essas queixas derivadas de insatisfações cresciam ao ponto de se transformar em uma massa crítica que originou o Fórum das Entidades Representativas de Porto de Galinhas e Maracaípe. Este movimento social, apesar de pequeno, se mostrou ativo pois para cada proposta ou imposição da coordenação do projeto, houve uma reação do Fórum.
- Fase 2 – Época em que a gestão municipal 2000-2004 foi substituída pela 2004-2008. Esta assumiu Ipojuca e adotou uma política diferente em relação a da gestão anterior, então o projeto Porto Melhor perdeu boa parte do apoio municipal. Ficou evidente que o executivo municipal pareceu ter adotado uma posição de neutralidade — ou de omissão —, para não desagradar suas bases políticas em Porto de

Galinhas, de um lado, e o Governo do Estado, de outro. Essa situação se manteve estável até que a gestão estadual 2002-2006 foi substituída pela gestão 2006-2010, que assumiu, também com uma política diferente em relação a da gestão anterior.

- Fase 3 – A gestão 2004-2008 do município de Ipojuca concentrou a atenção no crescimento das atividades do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS, uma continuidade da gestão municipal anterior, e na elaboração da minuta de projeto de plano diretor. Por outro lado, a gestão estadual (2006-2010), também concentrou atenção no crescimento das atividades do CIPS, que era prioridade do governo anterior, e no processo de venda da área da antiga Casa do Governador, em Maracaípe. Foi, portanto, desta forma que o projeto Porto Melhor perdeu importância nas agendas de prioridades governamentais, de sorte, que foi paralisado. Quanto ao Fórum, deixou de se reunir com regularidade.

Quanto aos aspectos positivos, é de bom senso admitir que o projeto Porto Melhor na primeira etapa de requalificação na área da antiga Vila de Pescadores de Porto de Galinhas, contribuiu com a implantação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais, bem como com a proibição da circulação de automóveis na área, convertendo-a em um conjunto de ruas calçadas exclusivamente para pedestres (SILVA, 2008, op. cit).

Atualmente, verifica-se que o trabalho antes iniciado pelo projeto Porto Melhor, continua exitoso quanto às ações que contribuíram para o calçamento das ruas, com passagem exclusiva para pedestres e quanto ao controle do tráfego. No entanto, conforme pesquisa in loco, lixo e esgotamento sanitário continuam necessitando de cuidados, consideráveis imprescindíveis para o alcance de um turismo sustentável e a melhoria da qualidade de vida da localidade.

A seguir serão demonstrados no Quadro 10, a lista dos componentes do Fórum de Entidades Representativas de Porto de Galinhas e de Maracaípe; como também as Figuras 7, 8, 9, 10, mostrando a Praça das Piscinas e a Rua Esperança, nos anos 2006 e 2011, em perfeito estado de conservação, e nas figuras 11 e 12, observam-se problemas de esgoto em frente a restaurante, localizado na Rua da Esperança, bem como lixo acondicionado em local não apropriado, bem próximo à Praça das Piscinas, que é um dos locais mais visitados por turistas.

Quadro 10 - Relação dos componentes do Fórum das Entidades Representativas de Porto de Galinhas e Maracaípe – 2008

1.	Associação de Ambulantes de Porto de Galinhas
2.	Associação de Artesãos de Maracaípe
3.	Associação de Artesãos de Porto de Galinhas
4.	Associação de Barraqueiros de Porto de Galinhas
5.	Associação de Comerciantes de Maracaípe
6.	Associação de Comerciantes e Amigos de Maracaípe
7.	Associação de Comerciantes e Amigos de Porto de Galinhas (ACAPG)
8.	Associação de Hotéis de Porto de Galinhas (AHPG)
9.	Associação de Jangadeiros de Porto de Galinhas
10.	Associação de Jangadeiros do Pontal de Maracaípe
11.	Associação de Moradores de Maracaípe
12.	Associação de Moradores de Pantanal, Socó e Salinas (AMPASS)
13.	Associação de Moradores do Cupe
14.	Associação de Moradores do Loteamento Recanto
15.	Associação de Moradores do Merepe
16.	Associação de Pousadas de Porto de Galinhas
17.	Associação de Proprietários de Buggy de Porto de Galinhas
18.	Associação de Surf de Ipojuca
19.	Associação de Taxistas de Porto de Galinhas
20.	Colônia de Pescadores Z-12
21.	Criade — organização não governamental de proteção à criança e ao adolescente
22.	Ecoassociados — organização não governamental de proteção às tartarugas marinhas
23.	Núcleo Gustavo Aguiar — organização não governamental de desenvolvimento social
24.	Pastoral da Criança — organização não governamental de proteção à Infância e à maternidade
25.	Rodas da Liberdade — organização não governamental de apoio às necessidades especiais
26.	Projeto Cana Caiana — de danças populares
27.	Projeto Hippocampus — de proteção aos cavalos marinhos

Fonte: SILVA, Sandro Valença da, 2008, op cit.

Figura 7



Praça das Piscinas Naturais
Principal praça de Porto de Galinhas, com pavimento em piso intertravado, após intervenção do projeto Porto Melhor
Fonte: Sandro Valença (2006)

Figura 8



Rua da Esperança
Principal rua de Porto de Galinhas, com pavimento em piso intertravado e com canteiros de jardins em granito, após intervenção do Porto Melhor

Figura 9



Praça das Piscinas Naturais. Fonte: Elaboração própria(2011)

Figura 10



Rua da Esperança - Fonte: Elaboração própria (2011)

Figura 11



Restaurante localizado na Rua das Piscinas, 2011

Figura 12



Depósito de lixo localizado em um beco na Rua das Piscinas

3.3.3 – Implantação do Projeto Orla

O Projeto Orla se constitui em uma ação inovadora do Governo Federal, conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), com a finalidade de elaborar e implementar um Plano de Gestão Integrada – (PGI) da Orla, marítima e fluvial, dos municípios brasileiros, buscando assim, contribuir para disciplinar o uso e ocupação da zona costeira (SPU).

O lançamento do projeto no município de Ipojuca ocorreu no ano de 2005 e conforme noticiou a CPRH trata-se de um projeto que foi criado para possibilitar a identificação das potencialidades dos recursos naturais do município, que permitam a gestão integrada da orla marítima. Através do Projeto também está previsto o fortalecimento da capacidade técnica dos gestores, o aumento da autonomia municipal e a organização da base de informação.

O objetivo primeiro do projeto é compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial do governo federal no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União, buscando, inicialmente, dar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos de marinha, como forma de consolidar uma orientação cooperativa e harmônica entre as ações e políticas praticadas na orla marítima (PROJETO ORLA, 2002).

Os objetivos do Projeto Orla são os seguintes (SPU/PE):

- Garantir o cumprimento da função socioambiental dos bens da União;
- Fortalecer a capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla;
- Avançar na melhoria e aperfeiçoamento do arcabouço normativo para o ordenamento de uso e ocupação desse espaço;
- Desenvolver mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada;
- Estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da Orla.

As bases para o desenvolvimento destes objetivos estão de acordo com a fundamentação legal presente no próprio texto constitucional, que reafirma o caráter público das praias e a propriedade estatal dos terrenos e acrescidos de marinha, estabelecendo atribuições e competências na defesa do patrimônio natural e cultural do país (PROJETO ORLA, op. cit.).

Sendo assim, o Projeto Orla se apoia diretamente em dois documentos legais que amparam de forma integral seus objetivos e ações, a saber: a Lei 7.661 de 1988 e a Lei 9.636 de 1998, e no Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF, os quais dizem o seguinte:

A Lei 7.661/1988 - Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, definindo seus princípios, objetivos e instrumentos; entre os quais estão os Planos de Gestão a serem elaborados nas diferentes escalas de atuação (nacional, estadual, e municipal). O Plano de Ação Federal para a Zona Costeira, instituído mediante Resolução CIRM 005/98, estabelece como demanda ações voltadas ao “Ordenamento da Ocupação e Uso do Solo” e especifica a orla marítima como um espaço prioritário para seu exercício
Lei 9.936/98 - Versa diretamente sobre o “Patrimônio da União”, do qual fazem parte os terrenos e acrescidos de marinha que constituem parte significativa da orla marítima. Tal Lei opera uma atualização na legislação

anterior (que datava de 1946), compatibilizando as normas e diretrizes para a utilização deste patrimônio de acordo com as orientações emanadas da Constituição de 1988. Entre as inovações introduzidas pelo texto constitucional constam exatamente as preocupações relativas à preservação e conservação ambientais, que se traduzem em normas que devem ser incorporadas pela política patrimonial do governo federal.

PLANO DE AÇÃO FEDERAL (PAF) - Visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação e estabelecendo o referencial acerca da atuação da União na região, com uma síntese das concepções e responsabilidades federais para o seu planejamento e a sua gestão, definidos a partir da avaliação dos aspectos legais, materiais e estratégicos dessa atuação, além dos encargos colocados pelos compromissos internacionais firmados pelo país.

O Plano de Gestão Integrada (PGI) é construído por representantes do setor público e da sociedade civil local, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, que combine oportunidades de geração de trabalho e renda sempre em consonância com a preservação do meio ambiente e utilização adequada dos bens comuns do povo.

Os motivos que levaram à criação do Projeto Orla, bem como os benefícios que o mesmo pode proporcionar, foram identificados pelo Governo Federal como sendo os seguintes (SPU/PE):

Motivos:

- Fragilidade dos ecossistemas;
- Falta de planejamento;
- Crescimento desordenado das cidades;
- Aumento dos processos erosivos;
- Fontes contaminantes da orla;
- Problemas de Saneamento Básico; e
- Pressões imobiliárias.

Benefícios:

- Metodologia para aplicação de planos de gestão;
- Técnicos capacitados;
- Passar a dispor de um Plano de Gestão Integrada da Orla;
- Respaldo para captação de recursos junto a órgãos governamentais e instituições financeiras;
- Ganho político; e
- Ganho econômico;

A adesão pelo Município de Ipojuca ao Projeto Orla, quando recebeu as atribuições para gerenciar sua orla, não tem trazido até o momento os resultados esperados, e as razões são explicitadas a seguir, segundo Silva:

Atualmente, quem detém maiores conhecimentos sobre gestão ambiental na zona costeira do município de Ipojuca são: a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos- CPRH e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA (atual Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco) e não a Prefeitura Municipal de Ipojuca, pois o conhecimento que estas instituições acumularam foi suficiente para que ficassem à frente da coordenação do Projeto Orla, no Estado. O projeto, como já dito, faz parte de uma ação do Governo Federal que intenta descentralizar políticas públicas, e visa repassar atribuições de gestão da orla brasileira para a alçada dos municípios, pretendendo assim, ampliar a capacidade de gestão ambiental municipal.

- O “Programa de Gerenciamento Costeiro de Pernambuco (GERCO/PE)” foi iniciado em 1990, e tem por objetivo orientar o processo de uso e ocupação do solo e o manejo de recursos naturais na zona costeira do Estado. Ele emergiu da Lei Federal n. 7.661/88 (BRASIL, 1988), que instituiu o “Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)”, fundamentado na “Política Nacional do Meio Ambiente” e, por sua vez, aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) — Lei Federal n. 6.938/81 (BRASIL, 2008).
- A partir de 1990, o Programa GERCO/PE, coordenado pela CPRH, vem desenvolvendo uma série de estudos e projetos referentes à zona costeira de Pernambuco. No caso do litoral sul do Estado, onde se localiza o município de Ipojuca, os estudos e projetos do Programa GERCO/PE resultaram no “Plano de Ação Integrada para o Litoral Sul” (CPRH, 1997), no “Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul de Pernambuco” (CPRH, 1999a) e no “ZEEC – Zoneamento ecológico-econômico costeiro do litoral sul de Pernambuco” (CPRH, 1999b) — e, por consequência, no Decreto Estadual n. 21.972/99 (PERNAMBUCO, 1999), que aprovou o ZEEC do litoral de Pernambuco.
- **Os estudos e projetos contêm, indiscutivelmente, um volume de dados, informações e conhecimentos valiosos para subsidiar, por exemplo, a gestão ambiental em Porto de Galinhas. No entanto, pouco deles foi absorvido e aplicado pela Prefeitura do Município de Ipojuca.**
(Negrito nosso)
- **No Município, um dos principais obstáculos à absorção e aplicação dos estudos e projetos referentes à zona costeira de Pernambuco está na opção da Prefeitura por não contar, em seu quadro de funcionários efetivos, com profissionais em nível técnico e superior para lidar com tais assuntos. Em semelhantes circunstâncias, ela conta, realmente, apenas com técnicos vinculados a si através de contratos temporários. Trata-se de uma política gerencial tão ineficaz que extrapola uma gestão, inviabilizando a acumulação e a manutenção de conhecimento para o município como um todo, independentemente de quem o gerencia em determinado momento.** (Negrito nosso).

Diante dessa abordagem, Silva finaliza por dizer que a grande maioria dos problemas que envolvem planejamento e organização territorial de Porto de Galinhas estão diagnosticados faz tempo. Também salienta que a então SECTMA (atual Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade), a CPRH e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, são exemplos de instituições que possuem uma biblioteca rica em dados e informações suficientes, e esse arsenal de informações pode sim justificar, por ventura, a adoção de providências - urgentes - dos poderes públicos competentes no tocante à suspensão dos usos e das ocupações indevidas das áreas públicas e, inclusive, para punir os responsáveis, dos ativos e dos passivos, pelos danos ao patrimônio público.

Quanto à intensidade das modificações econômicas, socioculturais e naturais que Porto de Galinha e as áreas circunvizinhas vêm enfrentando, Silva afirma ser impossível recuperar suas características ambientais originais e recomenda que os Ministérios Públicos – da União e o de Pernambuco – assessorados por outras entidades competentes, gerenciem os conflitos ambientais mediante as possibilidades oferecidas por Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)³ ambiental, quando e onde houver oportunidade.

3.3.4 - Porto de Galinhas e o Plano Diretor de Ipojuca

A Carta Magna Brasileira de 1988, em seu Capítulo II (“da política urbana”), art. 182, parágrafo 1º, elevou o plano diretor ao patamar de instrumento exclusivo dos municípios. E determinou que:

O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

³TAC - Termo de Ajustamento de Conduta é um instrumento jurídico que permite representar o direito transindividual — isto é, de mais de um interessado — e orientar e conduzir ao cumprimento da legislação vigente. Geralmente, ele também pode se revestir de ação pedagógica, promovendo mudanças de comportamento nos envolvidos (OLIVEIRA; FEICHAS, 2005; RODRIGUES, 2002), apud SILVA, 2008

O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

A Lei Federal n. 10.257, por sua vez, datada de 10 de julho de 2001, denominada “Estatuto da Cidade” —, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição do Brasil de 1988, em seu art. 41 (BRASIL, 2008). Este instrumento legal determinou, por exemplo, que:

O plano diretor é obrigatório para as cidades:
[...];
II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
[...];
IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

Silva, op. cit, ao fazer a análise acima sobre Plano Diretor, continua seu pensamento afirmando que até hoje os municípios têm dificuldade para se desvencilhar de vieses centralizadores e autoritários do regime militar à concepção de planos diretores. Parafraseando os pensamentos de Seiffert, 2009 e Mota, 2003, Silva, op cit, informa que além disso, embora haja uma crescente preocupação com a conservação e a preservação dos ambientes sociocultural e natural, em todo o mundo, muitos municípios brasileiros ainda não dispõem de planos diretores; e boa parte dos que dispõem, tratam a eles como instrumentos estáticos, não integrados aos outros segmentos da gestão; e, agravantemente, boa parte dos que dispõem, não os fundamentaram nos princípios do desenvolvimento sustentável.

O Plano Diretor do Município do Ipojuca, foi aprovado em 6 de junho de 2008 e no seu artigo 52, trata “Do Plano Diretor de Desenvolvimento do Turismo” e determina que:

As atividades do turismo no Município estão sujeitas ao pleno atendimento às normas que tratam do respeito e do equilíbrio ambiental:
I – as características dos atrativos turísticos a serem oferecidos como marca do Município;
II – os produtos turísticos a serem oferecidos ao mercado;
III – o perfil do mercado turístico a ser atraído para o Município;
IV – os elementos de qualificação dos destinos turísticos do Município;
V – os fatores de inclusão social da população com o desenvolvimento do turismo.

O plano diretor também trata “dos Instrumentos de Promoção da Integração Territorial” e, no artigo 54 determina que:

Para a promoção da integração territorial, o Município utilizará os seguintes instrumentos:

- I- zoneamento;
- II- Disciplinamento do parcelamento, uso e ocupação do solo;
- III- Disciplinamento do sistema viário e do sistema [de transporte].

No que tange ao “zoneamento”, o artigo 55 determina que, como instrumento de planejamento, divide o território municipal em unidades espaciais, a partir dos seguintes elementos:

I- Condicionantes físicos e naturais;
II- Dinâmica imobiliária e socioeconômica, com vistas a orientar, de forma equilibrada:

- a) O processo de expansão urbana;
- b) O processo de integração territorial.

No que se refere ao “Disciplinamento do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo”, o artigo 56 determina que:

Os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo estabelecidos nesta Lei objetivam garantir a compatibilidade entre o processo de urbanização e a disponibilidade de infraestrutura e serviços urbanos.

Parágrafo Único – O Poder Executivo Municipal é o responsável por cumprir e fazer cumprir os parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de forma a garantir a manutenção dos recursos naturais remanescentes e a qualificação ambiental do meio urbano.

A atividade de planejamento e organização de um território brasileiro deve, indubitavelmente, ser norteadada por um plano diretor municipal, pois este é o instrumento legítimo — previsto pela Constituição do Brasil de 1988 e detalhado pela Lei Federal n. 10.257/2001, denominada “Estatuto da Cidade” (BRASIL, 2008) — para gerenciar o processo (apud SILVA, 2008, op cit).

No caso específico do município de Ipojuca, a aprovação do Plano Diretor foi de extrema importância, sobretudo porque o município é considerado economicamente o mais importante do estado de Pernambuco, passando em

simultaneidade a ser uma referência ao desenvolvimento dos municípios com os quais mantém relações mais estreitas.

O processo de elaboração do projeto de plano diretor de Ipojuca teve a intenção de ser participativo, mas, na realidade, nas ruas do município uma boa parte dos cidadãos não sabia que um plano diretor estava sendo elaborado e outra boa parte sequer sabia o que era um plano diretor (SILVA, op. cit).

Algumas causas e efeitos para isso são identificados por Silva, quais sejam:

O processo de participação do cidadão comum na tomada de decisão que determina os rumos de um município ainda é incipiente, então esta não se trata de uma peculiaridade de Ipojuca, e sim da maioria dos municípios brasileiros. E não se restringe à instância municipal, mas também às superiores, estadual e federal. São, ora, persistentes e tardios reflexos do regime militar pelo qual passou o país, a partir da década de 60. Tem-se, aqui, uma razão ampla.

A divulgação do processo de elaboração do plano diretor do Município se restringiu a determinados grupos de cidadãos, de tal maneira que outros, potencialmente interessados em participar, foram excluídos.

A minuta de projeto de plano diretor de Ipojuca foi elaborada por um grupo de pessoas que representava predominantemente os poderes públicos e econômicos, a exemplo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), da Prefeitura do Município de Ipojuca (PMI), do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) e da Associação de Hotéis de Porto de Galinhas (AHPG). A rigor, poucos cidadãos de Ipojuca participaram da elaboração da minuta de plano diretor para fazer valer interesses de ordem socioculturais e naturais locais. Houve mesmo contundentes críticas negativas à condução do processo

O plano diretor contempla avanços - alguns princípios gerais para o desenvolvimento do território -, na forma de funções “social da cidade”, “social da propriedade urbana”, “ambiental do Município”, “econômica do Município” e de “gestão democrática”. Os princípios gerais denotam uma intenção de equilíbrio entre dimensões de sustentabilidade. No entanto, se a intenção se concretizará em uma realidade factível, só o tempo dirá

3.3.5 – Implantação do Projeto GAIREPP

O desenvolvimento sustentável tem sido a pedra de toque quando se aborda assuntos referentes aos impactos da atividade humana sobre os recursos naturais. Formar recursos humanos que atuem junto aos órgãos de gestão ambiental tomadores de decisão é imprescindível nesse contexto (ARAÚJO, A. M., 2010)

Em 2010 a Prefeitura de Ipojuca, por intermédio da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente, que tem no seu Departamento de Recursos Hídricos a função de buscar, proteger e conservar a sustentabilidade ambiental dos diversos ecossistemas do município participou de um trabalho de pesquisa, viabilizado em parceria com a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e a EMBRAPA -Solos (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -Solos e a UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco (SECTMA).

Esta iniciativa, que teve como mote os efeitos da expansão do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, o Porto de Suape, para a Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca – que integra 24 municípios - objetivou a tornar gestores e técnicos aptos a lidar com softwares que organizam informações oriundas de dispositivos de sensoriamento remoto – ou obtidas por meio dos métodos tradicionais da Topografia – em bancos de dados. (Agência de Notícias da UFPE, 2010).

Surge então o Projeto GAIREPP (Construção Integrada de Componentes Tecnológicos da Gestão Ambiental das Interfaces Rio – Estuário – Praia – Porto), projeto de pesquisa constituído de três etapas: a primeira esteve atrelada a confecção de dois mapas temáticos com imagens de satélite da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca; a segunda etapa foi o treinamento com cursos específicos para gestores e técnicos na UFPE; e a última se destinou a entrega dos computadores com softwares para monitoramento da referida Bacia Hidrográfica (SECTMA).

Os cursos que fizeram parte do GAIREPP foram os seguintes: “Geoprocessamento na Gestão Ambiental”, para gestores, e “Capacitação no Uso de Práticas de Geoprocessamento Aplicados na Gestão Ambiental, Baseados num Sistema de Informações Geográficas Terraview”, para técnicos. Os dois cursos envolveram o treinamento de membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Ipojuca e da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ipojuca, totalizando 15 capacitados, dentre os quais oito gestores e sete técnicos que faziam parte da equipe de prefeituras e secretarias municipais

O GAIREPP também foi responsável pelo desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), software que permite acessar um conjunto de informações relativas a índices de vegetação, potencial de erosão, topografia, dentre outras características de um terreno. Os SIG são Sistemas Espaciais de Apoio à Decisão que permitem compatibilizar a informação proveniente de diversas fontes, dando ao utilizador a possibilidade de relacionar a informação existente através da sua posição e topologia, com o fim de gerar novos dados. Assim, torna-se ferramenta essencial aos modernos processos de gestão ambiental.

3.3.6 – Decreto n.º 21.972/1999 e a Lei n.º 14.258/2010

A primeira fase do projeto, foi apresentada dia 18 de maio deste ano, na Câmara Municipal de Vereadores de Ipojuca, contemplou a entrega de mapas temáticos sobre "Uso e Cobertura das Terras na Bacia do Rio Ipojuca" e "Estimativa de Riscos de Erosão dos Solos por ação das chuvas na Bacia do Rio Ipojuca". Os mapas trouxeram informações relativas aos remanescentes de vegetação nativa em várias tipologias e as áreas mais atingidas pela ação antrópica e a distribuição espacial dos níveis estimados de riscos de erosão dos solos da bacia. Os cursos de Geoprocessamento na Gestão Ambiental foi realizado em 16 de junho de 2010 e a Capacitação no Uso de Práticas de Geoprocessamento Aplicados na Gestão Ambiental, baseados num Sistema de Informações Geográficas Terraview, no dia 30 de junho de 2010.

Na data e 07 de julho de 2010 foi formalizado o processo de transferência das tecnologias produzidas pelo Projeto GAIREPP– que teve como objetivo o desenvolvimento de softwares e captação de equipamentos a fim de montar um Sistema de Informação Geográfica, além de treinar técnicos e gestores de softwares aptos a lidar com esses dados. Também foram entregues, por meio de recursos do CNPq, dois computadores para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca e para a Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ipojuca, concluindo-se, portanto, as etapas do Projeto GAIREPP.

Este estudo conseguiu em junho deste ano, junto à Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente de Ipojuca, a informação de que o município tem encontrado no Decreto n.º 21.972 de 29-12-1999 e na Lei n.º 14.258, de 23-12-2010 que são instrumentos legais do Governo de Pernambuco, a fundamentação para a implementação de projetos como o “Zoneamento Ecológico Econômico (ZEEC) do litoral sul de Pernambuco”; o Ordenamento Territorial do Município. Baseado no Decreto n.º 21.972/1999, a SECTMA elaborou o “Projeto de Zoneamento Ecológico dos Ambientes Costeiros e Ordenamento das Atividades Turísticas do Município de Ipojuca”, que foi considerado um projeto mais específico para o ambiente recifal de Porto de Galinhas. A elaboração e implantação deste projeto ocorreu em 2009.

Os objetivos destes dois dispositivos legais segundo o Governo do Estado de Pernambuco estão detalhados a seguir.

Ao aprovar o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC do litoral sul de Pernambuco, o Decreto 21.972, de 29-12-1999, no seu art. 2.º, diz o seguinte:

Art. 2.º O objetivo do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC, do litoral sul de Pernambuco se constitui na promoção do desenvolvimento sustentável dessa parcela do território pernambucano que envolve os Municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Serinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande, baseado na implementação de programas de desenvolvimento econômico-social, centrado nas atividades que protejam e conservem os ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando à melhoria da qualidade de vida da população em sintonia com os ecossistemas.

O parágrafo IX do art. 3.º determina que:

o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro ZEEC é um instrumento de gestão ambiental, pois objetiva o disciplinamento do uso e ocupação do solo, o manejo racional dos recursos ambientais e indica as atividades que poderão ser estimuladas, toleradas e proibidas, nas Zonas, bem como garante a preservação dos ecossistemas frágeis, ao indicar quais são as atividades econômicas compatíveis com o desenvolvimento ambientalmente sustentado (parágrafo IX do Art. 3.º do Decreto 21.972).

Ao instituir a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), por meio da Lei n.º 14.258, de 23-12-2010, o executivo estadual de Pernambuco, traçou como objetivo geral o seguinte:

Art. 1.º Fica instituída a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, que tem por objetivo geral disciplinar e orientar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado de Pernambuco, através de instrumentos próprios, visando à proteção dos ecossistemas, da beleza cênica e do patrimônio natural, histórico e cultural, atendidos os seguintes objetivos específicos

I - promover o equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente protegido, tendo em vista o seu uso coletivo;

II - promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão da zona costeira;

III - planejar e estabelecer as diretrizes para a instalação e o gerenciamento das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo integrado, descentraado e participativo, garantindo a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos;

IV - promover e apoiar a preservação, a conservação, a recuperação e o controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da zona costeira;

V - incentivar o desenvolvimento de atividades que respeitem as limitações e as potencialidades dos recursos ambientais e culturais, conciliando as exigências do desenvolvimento com a sua proteção;

VI - fomentar o desenvolvimento de ações e de pesquisas relacionadas a medidas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas na zona costeira;

VII - apoiar a capacitação da comunidade para a participação ativa na defesa do meio ambiente e de sua melhor qualidade de vida;

VIII - fortalecer as instituições de pesquisa meteorológica e climatológica, com definição de mecanismos para produção de conhecimento com base regionalizada, referente a fenômenos e mudanças climáticas na zona costeira;

IX - fomentar o desenvolvimento de ações de monitoramento dos recursos naturais e ocupações da zona costeira;

X - promover ações de recuperação e regeneração das praias;

XI - promover a integração do Sistema Estadual de Informações do Gerenciamento Costeiro com os outros sistemas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e de uso do solo;

O Município de Ipojuca, devido ao crescimento acelerado da economia, provocado notadamente pelo turismo na praia de Porto de Galinha e pelo desenvolvimento do Complexo Industrial de Suape, vem implantando ao longo dos anos, programas, projetos e ações na tentativa de garantir uma melhor infraestrutura que envolva não só Ipojuca, mas também os distritos de Camela e Nossa Senhora do Ó bem como os povoados, entre os quais Porto de Galinhas.

O trabalho que vem sendo realizado pelos governos federal, estadual e municipal, utilizando Programas, Projetos e Planos, inegavelmente, acarretaram resultados positivos para o turismo de Porto de Galinhas, no entanto ainda se percebe a carência de atitudes que gerem medidas eficazes e permanentes para o alcance de um turismo sustentável, pois para ser levado a efeito, o turismo não pode deixar de buscar a sustentabilidade, pois seu sucesso depende essencialmente de uma gestão voltada para a qualidade do ambiente natural, cultural e humano. Hoje, apesar das iniciativas que foram criadas e adotadas, a preservação do ambiente recifal da praia de Porto de Galinhas é um exemplo de como os interesses

individuais se sobrepõem àqueles que poderão proporcionar à comunidade de hoje e do futuro, garantia de dias melhores e promissores.

A carência de gestores públicos capacitados no município - quando da gestão desses programas, projetos e planos - ainda persiste, principalmente nas ações voltadas para o turismo, pois é sabido que ações turísticas precisam ser desenvolvidas com planejamento adequado, onde deve-se contextualizar a cultura e a tradição da comunidade. Os gestores públicos, portanto, tem um papel fundamental na formulação de parâmetros e diretrizes que precisam estar voltados para o planejamento do turismo da cidade, juntamente com a população local. Desta forma, esses critérios devem servir para ordenar os usos e minimizar os impactos advindos das atividades turísticas.

3.4 - O turismo e o ambiente recifal de Porto de Galinhas

Sabe-se que o turismo vem prosperando a uma escala crescente, chegando a ser considerado como uma das atividades que mais cresce a nível mundial. No nosso país, a modalidade de turismo associado com belezas naturais desenvolve-se rapidamente em regiões as mais diversas. Por um lado, o turismo atende a necessidade de uma significativa quantidade de pessoas que busca lazer em contato com as mais diversas formas de recursos ambientais (RANIERO, LUIZA MONTOYA, et al, 2007).

Ainda segundo a autora, para as pessoas envolvidas com a atividade, o turismo pode se tornar um importante mecanismo de desenvolvimento regional, gerando emprego e renda para um grande número de pessoas, no entanto, quando feito de maneira inadequada, o turismo pode provocar diversos impactos negativos, podendo, inclusive, colocar em risco a sobrevivência da própria atividade.

A praia de Porto de Galinhas faz parte de uma região rica em formações recifais, com piscinas de extrema beleza - que se constituem no principal atrativo do local - mas que sofre atualmente uma intensa atividade turística. Explica-se, portanto, a fama de ser considerada uma das praias mais bonitas e visitadas do litoral do nordeste do Brasil (MENDONÇA, 2004).

A maioria dos 4 km de extensão de Porto de Galinhas é protegida por recifes do tipo arenito os quais formam um amplo conjunto de piscinas naturais, com flora e fauna diversificada e, em geral, suas águas são tranquilas, quase sem ondas. (SILVA, 2008).

FIGURA 13 – Praia de Porto de Galinhas



Jangadeiros conduzindo turistas às piscinas naturais
Fonte: Elaboração própria (out-2011)

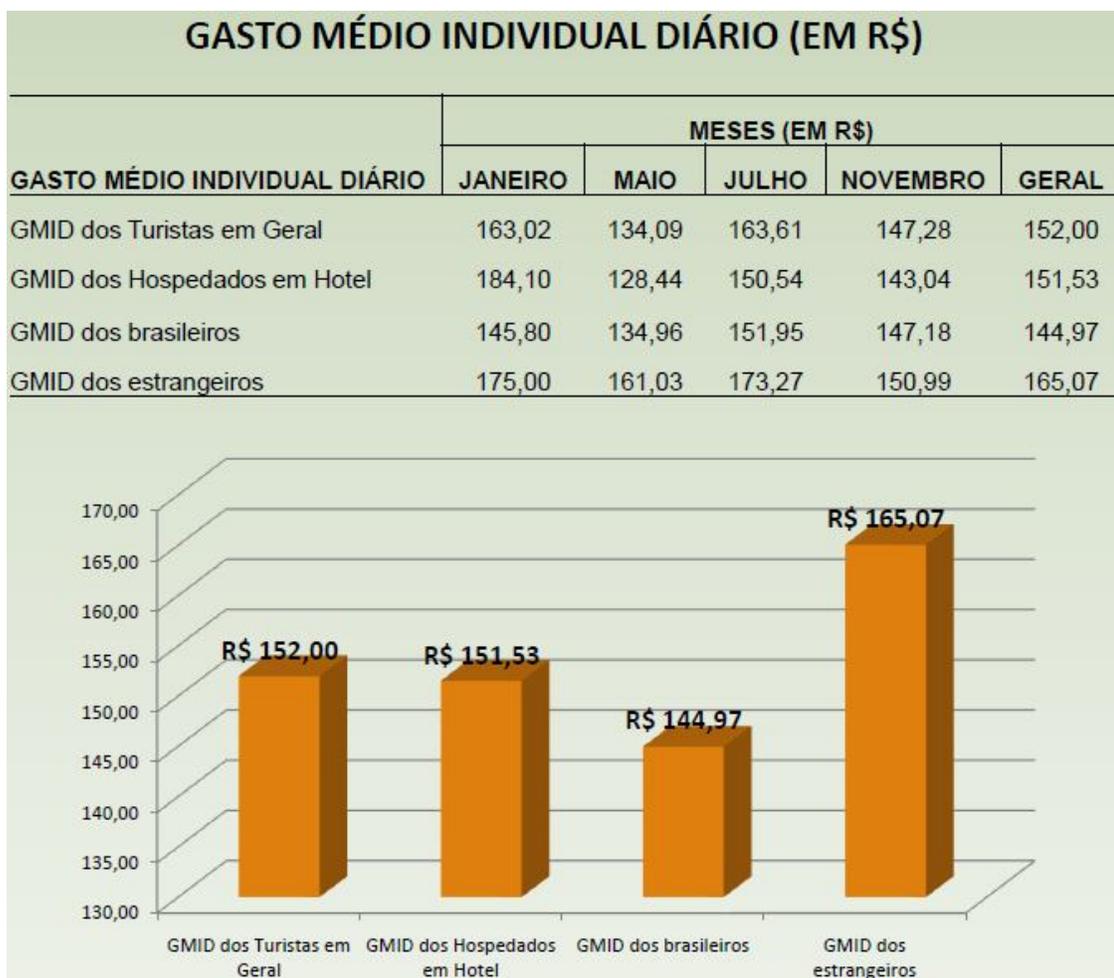
FIGURA 14 – Piscinas Naturais da Praia de Porto de Galinhas



Piscinas naturais com demarcação das áreas proibidas
Fonte: Elaboração própria (out-2011).

Até meados da década de 1980, a principal economia da cidade de Ipojuca estava voltada para a produção de cana-de-açúcar, porém, no início da década de 90, o turismo surge como uma segunda força para a economia local e continua a propiciar, até os dias de hoje, uma contribuição considerável para o município de Ipojuca, conforme demonstram as Tabelas 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e o Gráfico 5:

Tabela 4 - Gasto Médio Individual Diário dos Turistas em Ipojuca (2010)



Fonte: EMPETUR – Documento: Sinopse da Pesquisa do Perfil do Turismo Receptivo das Praias de Ipojuca-2010.

Gráfico 5 - Gasto Médio Individual Diário dos Turistas em Ipojuca (2010)

TABELA 5
RESULTADOS DOS AGREGADOS TURÍSTICOS
JANEIRO A DEZEMBRO 2009-2010

AGREGADOS	JANEIRO A DEZEMBRO		VAR. % 2010/2009
	2009	2010	
FLUXO GLOBAL DE TURISTAS PARA PERNAMBUCO (mil)	3.944.895	4.257.810	7,93
FLUXO GLOBAL DOS DESTINOS INDUTORES DO TURISMO (mil)	2.845.852	3.069.487	7,86
RECIFE (*)	2.296.652	2.478.527	7,92
IPOJUCA	487.684	527.788	8,22
FERNANDO DE NORONHA	61.516	63.172	2,69
DEMANDA HOTELEIRA DE PERNAMBUCO	1.637.041	1.825.502	11,51
DEMANDA HOTELEIRA DESTINOS INDUTORES DO TURISMO	1.205.338	1.330.640	10,40
RECIFE(*)	786.642	879.127	11,76
IPOJUCA	361.097	390.852	8,24
FERNANDO DE NORONHA	57.599	60.661	5,32
OCUPAÇÃO HOTELEIRA DE PERNAMBUCO	64,80	70,69	9,09
RECIFE(*)	68,24	76,27	11,76
IPOJUCA	70,72	71,86	1,61
FERNANDO DE NORONHA	72,05	73,88	2,55
OFERTA HOTELEIRA DE PERNAMBUCO (LEITOS)	62.701	67.866	8,27
RECIFE(*)	15.745	15.630	-0,73
IPOJUCA	13.558	14.165	4,48
FERNANDO DE NORONHA	1.620	1.702	5,06
(*) – Inclui Olinda e Jaboatão dos Guararapes			

Fonte: EMPETUR. Documento: Principais Indicadores do Turismo de Pernambuco – 2010.

TABELA 6
OFERTA DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DA REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE
POSIÇÃO: SETEMBRO DE 2010

MUNICÍPIOS	Hotéis			Apart.Hotel/Flats			Pousadas			Outros ⁽²⁾			TOTAL DE MEIOS DE HOSPEDAGEM		
	Nº	Uh's (*)	Leitos	Nº	Uh's (*)	Leitos	Nº	Uh's (*)	Leitos	Nº	Uh's (*)	Leitos	Nº	Uh's (*)	Leitos
Arq. Fernando de Noronha	1	11	24	-	-	-	109	644	1.655	2	5	23	112	660	1.702
Cabo de Sto. Agostinho	8	591	1.772	1	16	32	37	349	932	7	117	518	53	1.073	3.254
Camaragibe	2	63	166	-	-	-	2	40	94	4	87	536	8	190	796
Igarassu	-	-	-	1	160	480	2	30	88	8	145	672	11	335	1.240
Ilha de Itamará	3	126	256	-	-	-	7	89	277	10	77	379	20	292	912
Ipojuca	19	2.437	7.398	2	91	364	111	1.703	4.690	46	370	1.713	178	4.601	14.165
Jaboatão dos Guararapes	7	548	1.140	1	305	610	4	67	146	2	58	271	14	978	2.167
Moreno	1	48	192	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	48	192
Olinda	8	327	849	1	167	334	20	258	660	3	42	136	32	794	1.979
Paulista	5	194	551	-	-	-	5	76	319	2	37	61	12	307	931
Recife	47	4.137	9.722	6	418	928	11	201	471	9	135	363	73	4.891	11.484
TOTAL RMR	101	8.482	22.070	12	1.157	2.748	308	3.457	9.332	93	1.073	4.672	514	14.169	38.822
TOTAL PERNAMBUCO	309	14.539	37.690	16	1.266	3.304	541	7.016	17.906	171	2.366	8.966	1.037	25.187	67.866

Fonte: EMPETUR. Documento: Principais Indicadores do Turismo de Pernambuco – 2010

TABELA 7
EVOLUÇÃO DA DEMANDA HOTELEIRA PARA
PERNAMBUCO - JANEIRO A DEZEMBRO 2009-2010

Meses	FLUXO DE HÓSPEDES									TOTAL			TOTAL		
	Recife (1)			Ipojuca (Praias)			Fernando de Noronha			Destinos Indutores			PERNAMBUCO		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Janeiro	73.921	81.819	10,68	42.085	48.011	14,08	5.696	6.198	8,81	121.702	136.028	11,77	165.891	178.110	7,37
Fevereiro	62.651	66.693	6,45	32.692	36.688	12,22	3.988	5.141	28,91	99.331	108.522	9,25	135.433	156.339	15,44
Março	61.898	65.160	5,27	30.849	33.685	9,19	5.112	5.895	15,32	97.859	104.740	7,03	133.960	148.173	10,61
Abril	62.893	65.510	4,16	24.929	27.639	10,87	4.545	4.759	4,71	92.367	97.908	6,00	122.922	137.608	11,95
Mai	61.878	67.104	8,45	24.846	26.715	8,39	3.225	4.044	25,40	89.749	97.863	9,04	123.028	142.242	15,62
Junho	63.800	70.543	10,57	22.475	21.240	-5,49	3.148	3.898	23,82	89.423	95.681	7,00	126.343	133.169	5,40
Julho	67.785	76.499	12,86	33.597	34.270	2,00	4.680	5.019	7,24	106.062	115.788	9,17	145.484	161.180	10,79
Agosto	64.608	73.867	14,33	24.921	27.380	9,87	5.250	4.934	-6,02	94.779	106.181	12,03	130.512	145.416	11,42
Setembro	66.918	80.364	20,09	27.065	31.875	17,77	5.472	5.423	-0,90	99.455	117.662	18,31	138.521	151.985	9,72
Outubro	69.811	76.971	10,26	32.095	33.791	5,28	5.928	5.108	-13,83	107.834	115.870	7,45	139.491	155.471	11,46
Novembro	69.968	79.618	13,79	32.211	34.820	8,10	5.367	5.282	-1,58	107.546	119.720	11,32	141.242	160.057	13,32
Dezembro	60.511	74.979	23,91	33.532	34.738	3,60	5.188	4.960	-4,39	99.231	114.677	15,57	134.214	155.752	16,05
TOTAL	786.642	879.127	11,76	361.097	390.852	8,24	57.599	60.661	5,32	1.205.338	1.330.640	10,40	1.637.041	1.825.502	11,51

Fonte: EMPETUR. Documento: Principais Indicadores do Turismo de Pernambuco – 2010.

TABELA 8
EVOLUÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO PARA
PERNAMBUCO - JANEIRO A DEZEMBRO 2009-2010

Meses	FLUXO GLOBAL DE TURISTAS (1)									TOTAL			TOTAL		
	Recife (2)			Ipojuca (Praias)			Fernando de Noronha			Destinos Indutores			PERNAMBUCO		
	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%	2009	2010	Var.%
Janeiro	259.008	272.730	5,30	76.518	80.018	4,57	6.296	6.460	2,60	341.822	359.208	5,09	468.249	513.155	9,59
Fevereiro	232.041	270.305	16,49	59.440	74.018	24,53	4.437	5.358	20,76	295.918	349.681	18,17	405.367	479.015	18,17
Março	185.839	209.971	12,99	55.825	56.142	0,57	5.688	6.144	8,02	247.352	272.257	10,07	338.838	364.259	7,50
Abril	183.499	198.743	8,31	26.036	30.373	16,66	4.784	4.809	0,52	214.319	233.925	9,15	306.170	324.895	6,12
Mai	176.794	186.493	5,49	25.740	29.357	14,05	3.395	4.087	20,38	205.929	219.937	6,80	298.448	301.284	0,95
Junho	190.448	195.736	2,78	23.406	23.341	-0,28	3.503	3.939	12,45	217.357	223.016	2,60	310.510	318.594	2,60
Julho	205.409	218.569	6,41	40.478	41.793	3,25	4.926	5.367	8,95	250.813	265.729	5,95	348.351	379.612	8,97
Agosto	174.616	195.736	12,10	31.151	34.225	9,87	5.505	5.276	-4,16	211.272	235.237	11,34	289.414	322.242	11,34
Setembro	180.859	200.155	10,67	33.831	39.844	17,77	5.749	5.799	0,87	220.439	245.798	11,50	301.971	336.709	11,50
Outubro	166.217	167.365	0,69	38790	42.238	8,89	6.198	5.302	-14,46	211.205	214.906	1,75	289.322	298.317	3,17
Novembro	173.274	184.514	6,49	35.942	38.264	6,46	5.611	5.483	-2,28	214.827	228.261	6,25	294.283	314.843	6,99
Dezembro	168.648	178.210	5,67	40527	38.174	-5,81	5.424	5.148	-5,09	214.529	221.532	3,23	293.972	304.721	3,66
TOTAL	2.296.652	2.478.527	7,92	487.684	527.788	8,22	61.516	63.172	2,69	2.845.852	3.069.487	7,86	3.944.895	4.257.810	7,93

Fonte: EMPETUR. Documento: Principais Indicadores do Turismo de Pernambuco – 2010.

TABELA 9
GASTOS DOS TURISTAS NOS PRINCIPAIS DESTINOS
INDUTORES DO TURISMO DE PERNAMBUCO
2009-2010

DESTINOS INDUTORES	GASTO MÉDIO INDIVIDUAL DIÁRIO (R\$)					
	Residentes no Brasil		Residentes no Exterior		Turistas em geral	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
RECIFE	133,82	143,48	181,64	185,08	148,16	155,37
IPOJUCA	150,04	144,97	188,74	165,07	154,37	152,00
FERNANDO NORONHA	197,59	206,17	262,54	211,02	206,09	232,35

Fonte: EMPETUR. Documento: Principais Indicadores do Turismo de Pernambuco – 2010.

TABELA 10
PERMANÊNCIA MÉDIA DOS TURISTAS NOS PRINCIPAIS DESTINOS
INDUTORES DO TURISMO DE PERNAMBUCO
2009-2010

DESTINOS INDUTORES	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)					
	Residentes no Brasil		Residentes no Exterior		Turistas em geral	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
RECIFE	8,52	7,91	10,53	12,02	9,12	8,19
IPOJUCA	5,78	6,86	8,09	9,73	6,11	7,27
FERNANDO NORONHA	5,22	5,26	5,87	4,42	5,34	5,26

Fonte: EMPETUR. Documento: Principais Indicadores do Turismo de Pernambuco – 2010.

Somando-se à atividade turística, observa-se ainda no município de Ipojuca, um potencial produtivo significativo com o advento das obras estruturadoras do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Considerada a principal fonte de geração emprego e renda, o turismo de Porto tem como principal cartão postal as piscinas naturais. O uso turístico do ambiente recifal, nos dias de hoje, garante o sustento da economia local (SITÔNIO, op. cit.). Os recifes de Porto de Galinhas estão espalhados por cerca de 4 km e a área das piscinas, correspondem à cerca de 800m de extensão. (RANIERO, LUIZ MONTOYA et al , 2007).

Em Porto de Galinhas, a visitação dos turistas ao ambiente recifal, onde se encontram cravados: corais, moluscos, ouriços e outros organismos marinhos, e cercado pelas piscinas naturais, as quais na maré baixa servem de refúgio para diversas espécies de peixes, vistos a olho nu, nadando bem perto dos visitantes, tem

provocado a degradação do ambiente recifal, comprometendo desta forma o turismo do presente e conseqüentemente do futuro.

O desenvolvimento rápido e descontrolado do turismo em localidades com recursos naturais únicos, de excepcional beleza, tem provocado excesso de demanda que acabam descaracterizando a paisagem e provocando sua deterioração (PRADO, 2003, apud RANIERO, 2007). Particularmente, em Porto de Galinhas e no caso do seu ambiente recifal, o turismo intenso e sem cuidados adequados – pisoteio dos corais e uso de âncoras, têm provocado acentuada degradação (RANIERO, 2007).

Os corais que compõem os recifes de Porto de Galinhas são encontrados em regiões de águas quentes e claras e são formados pela deposição do esqueleto calcário de organismos como corais, algas e moluscos e constituem-se em importantes *habitats* para peixes e outros recursos pesqueiros, dando suporte a diversas espécies e abrigo de tartarugas e mamíferos marinhos (MMA, 2005, apud RANIERO, 2007)

A importância econômica dos recifes bastante significativa. Segundo Raniero, eles representam fonte de recursos pesqueiros para muitas comunidades, além de prover quantidade significativa de alimento, protegem o litoral contra a ação das ondas, proporcionam empregos por meio do turismo e recreação e, também, são fontes de substâncias medicinais. Estima-se que a soma de bens e serviços ecológicos providos pelos ambientes recifais ao homem estejam na ordem de U\$ 375 bilhões (LIMA et al, 2006, apud RANIERO).

Mesmo com todas essas funções que favorecem o meio ambiente, no Brasil o estado de conservação dos recifes costeiros é considerado preocupante. Segundo Raniero, em áreas protegidas como a Costa dos Corais, uma longa sequência de praias com areias brancas cercadas por coqueiros e um mar azul-piscina, impactos negativos podem ser identificados e na frente dessas praias fica a mais extensa formação de recifes brasileira, que se estende por 130 quilômetros, desde o município de Tamandaré, sul de Pernambuco, até Paripueira, norte do estado de Alagoas.

As pesquisas desenvolvidas em cinco das sete maiores formações de recifes brasileiras, localizadas na Região Nordeste, demonstram que a situação mais grave é a dos recifes situados a menos de um quilômetro da costa, como na região de Porto de Galinhas (RANIERO, op cit.). “Ali, o estado dos corais nos recifes mais próximos à praia é péssimo” afirma o oceanógrafo Jacques Laborel, da Universidade de Marselha, na França, autor de uma das mais completas descrições dos recifes brasileiros (ZORZETTO et al., 2004, apud RANIERO op cit.).

Ainda dentro deste contexto, temos a observação de Randal (1987 apud Raniero) que diz: “do ponto de vista econômico, essa situação é causada, em parte, pelo fato de que os serviços promovidos pelos recifes não serem totalmente incluídos no mercado”. Além disso, é largamente sabido que a maioria das decisões políticas dá pouco peso a esse tipo de recurso (RANIERO, op cit.). Essa negligência pode, em último caso, comprometer a sustentabilidade da humanidade na biosfera. (CONSTANZA, 1989, apud RANIERO).

Esta pesquisa encontra na afirmação de Raniero uma justificativa muito próxima do que ocorre hoje em Porto de Galinhas, ou seja, sai governo, entra governo e o ecossistema recifal continua necessitando de cuidados cada vez mais prementes. Isto nos leva a pensar que a preservação e manutenção do ambiente recifal é um assunto que pode até constar na agenda política, mas com um peso que não chega nem de perto ao tamanho da importância que é preservar e manter de forma contínua o ambiente recifal, a fim de garantir a sustentabilidade.

Raniero também constata que um número considerado de países que possuem recifes em sua costa consegue gerar parcelas significativas de sua renda com o turismo e que, na média, países com indústrias de turismo em recifes com corais conseguem mais do que a metade do seu PIB bruto dessas atividades. O autor cita por meio do trabalho de Talbot (2001) a ilha de Bonaire, no Caribe, como um exemplo, onde, atualmente, as receitas com as atividades relacionadas com os recifes de corais é aproximadamente US\$ 23 milhões, enquanto os gastos relacionados com a administração do parque marinho são de apenas US\$ 1 milhão, e menciona o trabalho de Constanza (1997) quando afirma que no mundo, estima-se que os recifes geram cerca de US\$ 375 bilhões anuais.

Com quilômetros de areias finas, cercadas por recifes e banhada por águas cristalinas, Porto de Galinhas é uma das praias mais badaladas do Brasil. O seu turismo está fortemente associado às suas paisagens naturais, em especial, aos recifes costeiros e tem como principal atrativo os passeios de jangadas para os recifes, onde se concentram as piscinas naturais, com formações de corais e que se apresentam visíveis na maré baixa. (MENDONÇA, 2004)

Além de ser considerada uma das praias mais bonitas do país, Porto de Galinhas foi reconhecida como destino turístico de zona costeira mais importante do estado de Pernambuco. Isto favoreceu por demais o turismo da região e mais especificamente o de Porto que passa a receber na alta estação um contingente de turistas que chega a triplicar sua população. Não foi localizado dados estatísticos oficiais quanto ao n.º de moradores da Vila de Porto de Galinhas. No entanto, segundo Sitônio (2006), as estimativas em 2006 apontavam que viviam em Porto de Galinhas, aproximadamente, 7.000 hab.

Entre as atrações oferecidas, as que mais atraem são os passeios às piscinas naturais, que na maré baixa é possível se alcançar a nado ou mesmo andando sobre as águas mansas e mornas.

O turista ou visitante que desejar visitar o ambiente recifal são transportados por jangadeiros, exclusivamente, da vila Porto de Galinhas, que realizam o trajeto. Estes profissionais são na maioria pescadores que abandonaram a pesca para garantir o seu sustento e da família. Com essa nova atividade, o sustento é certo para quase uma centena de famílias.

Na baixa temporada, segundo a Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas (AJPG), o contingente de turistas transportados para as piscinas naturais chega a 200, diariamente, enquanto que na alta estação o número de turistas que fazem o mesmo trajeto, chega a seiscentos (600), por dia. Esses dados foram apurados por meio de pesquisa in loco, realizada em outubro deste ano.

O passeio só é possível e permitido na maré baixa. Nesta fase da maré, o mar recua favorecendo aos turistas presenciarem a beleza cênica do ambiente recifal cercado das piscinas naturais que ficam repletas de peixes. Ao descerem das jangadas os turistas caminham sobre os recifes, onde pisam nos organismos e plantas marinhos, que são seres vivos. Alguns como os corais, por serem frágeis, ao sofrerem o impacto humano podem morrer e quando não, sua recuperação é demorada, podendo chegar até 200 anos o tempo necessário para a plena recuperação.

Vale aqui descrever a matéria intitulada “Ecoturismo afeta recifes de corais em Porto de Galinhas”, publicada em 1.º de agosto de 2011, que para este estudo é o mais recente alerta – entre tantos outros - sobre a degradação que continua a assolar o ambiente recifal de Porto de Galinhas.

A autora é a bióloga Visnu Sarmiento, que estudou a localidade onde se concentram as piscinas naturais e defendeu sua dissertação de mestrado abordando o assunto. A pesquisadora descreve o seguinte:

O movimento intenso de turistas que buscam sol e paisagens paradisíacas na praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca (litoral sul de Pernambuco), tem provocado danos ambientais à região. Parte da fauna marinha dos recifes vem sendo destruída em razão do ecoturismo desenfreado, conforme estudo da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco). Os trechos de recifes onde o acesso é livre (7% do total) apresentaram redução de 55% na quantidade de animais que vivem em meio às algas, segundo a bióloga Visnu Sarmiento, 25, que estudou o tema durante o mestrado. Ainda segundo a bióloga, a passagem de turistas sobre os recifes provocou diminuição de 11% entre as espécies de microcrustáceos - pequenos animais, parentes distantes de camarões e siris, que servem de alimento para os peixes dos recifes. Cerca de 800 mil pessoas visitam a praia todos os anos para conhecer as águas cristalinas das piscinas naturais e as bancadas de recifes, cartões-postais do local. Por R\$ 15, é possível ir de jangada até os recifes, para caminhar sobre as formações calcárias e mergulhar em meio a peixes coloridos e cavalos-marinhos. Na maré baixa, o programa pode até ser feito a pé. **"A continuidade da exploração agressiva do turismo pode provocar a extinção de espécies nos recifes de Porto de Galinhas. A longo prazo, também pode levar a um desequilíbrio na cadeia alimentar da fauna local", afirma. Os recifes danificados levam até 200 anos para se recuperarem totalmente.** (Negrito nosso).

A pesquisa da bióloga constatou que após três dias pisoteando uma faixa de recife protegida, e mais três meses depois sem nenhum contato humano, o local apresentou os mesmos índices de quantidade de animais e espécies anteriores, ou seja, ocorreu uma melhora significativa. Desta forma sugere a bióloga que ocorra rodízios dos passeios em diferentes pontos dos recifes. Trata-se, portanto, de uma medida simples que ameniza significativamente o impacto do turismo.

A própria AJPG reconhece que a classe depende da preservação do ambiente recifal, mas reclama da falta de apoio oficial e de informação. Com seus 85 associados, apesar de admitir que o executivo municipal engajou-se no trabalho de preservação das piscinas naturais, sente-se preterida quanto aos programas de capacitação, ou seja, realização de cursos, palestras ou qualquer outro meio que proporcione maiores conhecimentos à classe nas áreas de gestão ambiental e de relacionamento com a clientela que visita Porto de Galinhas, na intenção de desfrutar os passeios às piscinas naturais. A AJPG afirma que ninguém conhece mais o ecossistema recifal que o jangadeiro e, portanto, não pode existir melhor interlocutor para incentivar a consciência ambiental.

Também afirmam que foi por intermédio da classe que surgiu o documento denominado Termo de Compromisso, que foi celebrado entre o Ministério, Público Estadual, por intermédio da 2.^a Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca; o Município do Ipojuca (PMI) e a Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas (AJPG), que teve como objetivo “a execução de medidas de controle e acesso, visando à preservação do ambiente recifal da Praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca (PE)”. Foi assinado em 22-09-2009 e tanto a PMI como a AJPG se comprometem a cumprir normas que disciplinam o passeio às piscinas naturais.

Outro motivo que oferece condições ao jangadeiro de realmente ser o melhor interlocutor junto aos turistas é o fato da classe conhecer com profundidade a região e o trabalho que desempenham, devido aos ensinamentos que receberam dos seus antecessores (avós, pais, tios). É, portanto, um conhecimento que passa de um nativo para outro nativo e, sendo assim, precisa ser aproveitado e valorizado da melhor forma. A associação não aceita jangadeiros de outras localidades.

A entidade também ensinou aos seus associados a não remarem sobre os recifes, a coibir a caça e pesca nas piscinas naturais e, por conta própria e com recursos próprios, decidiram isolar uma área para tentar recuperar o ecossistema. Este trabalho de demarcação, iniciado em 2002, perdura até hoje e continua sendo custeado pela AJPG (compra de cordas, bóias, alimentos apropriados para os peixes e outros materiais que são utilizados na demarcação).

Os ambientes recifais têm no jangadeiro um aliado leal, pela categoria reconhecer a importância que os recifes têm para o meio ambiente, a sociedade e o planeta, e por reconhecer também a necessidade da preservação, por garantir o sustento e conseqüentemente a melhoria da sua qualidade de vida.

Por fim, a gestão dos ambientes recifais de Porto de Galinhas, mesmo com a participação dos jangadeiros e da PMI por intermédio da SETMA, ainda se recente de um trabalho voltado para a comunicação. Atualmente a preservação do ambiente recifal é realizada pelo método Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do litoral sul (ZEEC), que foi instituído pelo Decreto Estadual n.º 21.972/1999. Este instrumento estabelece como meta a conservação e o uso ordenado dos recifes existentes no litoral, indicando atividades proibidas, toleradas e incentivadas, bem como penalidades para infratores (LEÃO, S.C e ARAÚJO, M. E. de. 2007)

O zoneamento, segundo Leão e Araújo (2007) é uma forma de gerenciar ambientes recifais pela qual são delimitadas zonas com utilizações diferentes de acordo com o estado do recife, fazendo com que as áreas protegidas se desenvolvam e tenham sua diversidade e abundância de espécies preservadas.

As autoras enfatizam que o gerenciamento de uma atividade exige comunicação entre as partes envolvidas: os turistas precisam estar informados sobre que zonas podem visitar e quais atividades são permitidas. A maioria das pessoas é naturalmente predisposta a seguir regras desde que saiba o que se espera dela e que as regras sejam razoáveis e adequadas a suas expectativas (CHIAVENATO, 1999, apud LEÃO op cit).

Incentivar a propaganda pode ser um caminho que pode sim trazer respostas favoráveis à preservação do ambiente recifal, tendo em vista que a propaganda segundo Rabaça (1998), significa uma difusão de valores e idéias de forma persuasiva. Sendo assim, é considerada uma ferramenta poderosa que pode ser utilizada para disseminar informações e persuadir as pessoas sobre a preservação ambiental quando toma a forma de ecopropaganda um tipo específico voltado à difusão de idéias de sustentabilidade (GIACOMINI FILHO, 2004 apud LEÃO).

Faz-se necessário, portanto obter informações sobre produto e público alvo, os quais são a base para um planejamento de comunicação e são normalmente reunidas em um *briefing*, que é um conjunto de informações ou coleta de dados que é passado em uma reunião para o desenvolvimento de um trabalho. O *briefing* também explica quais necessidades que a comunicação deve atender (LEÃO op cit).

A PMI por meio da SETMA, no campo da propaganda, lançou o Projeto Blitz Ambiental que tem como objetivo, realizar atividades de conscientização ambiental através de palestras com temas ambientais e de informações de como proceder diante às visitas turísticas nos ecossistemas costeiros do município. Os monitores treinados recebem, também, panfletos com dicas para entregar ao turista.

As equipes de trabalho são organizadas em estandes na orla do município de Ipojuca e os pontos estratégicos são praça das piscinas naturais e praça do relógio em Porto de Galinhas, rodoviária PE 09 (trecho que dá acesso às praias de Gamboa, Muro Alto e Cupe) e pontal de Maracaípe. A coordenação técnica é feita por um biólogo, um engenheiro de pesca e um geógrafo.

A figura abaixo mostra um estande do Projeto Blitz, localizado na Praça das Piscinas, local estratégico para se divulgar campanhas de conscientização ambiental. No entanto, das três vezes que a autora deste trabalho se dirigiu a Porto de Galinhas para realizar investigação in loco, aquele espaço encontrava-se fechado ou sem nenhum agente ambiental. É importante salientar que os dias da investigação foram nos sábados. Fim de semana, portanto, onde o fluxo de visitante é intenso em Porto de Galinhas.

Figura 15: Estande do Projeto Blitz Ambiental na Praça das Piscinas de Porto de Galinhas



Fonte: Elaboração própria – 2011.

A implantação desse Projeto, pela PMI, não deixa de ser louvável, no entanto, não tem trazido os resultados esperados, conforme se constatou na pesquisa *in loco* deste estudo, em outubro/2011. A maioria da população, como moradores, comerciantes, proprietários de pousadas admitiram não conhecer o projeto, e sim “que tinha ouvido falar”, mas não souberam o que era o projeto nem para que servia. Também foi observado que jangadeiros e operadoras de mergulho – que lidam diretamente com os ambientes recifais - não participaram do projeto. Ademais os próprios jangadeiros ao serem interrogados, informaram que alguns turistas haviam reclamado sobre a maneira como eram interpelados, chegando a admitir falta de preparo dos agentes ambientais que em certas ocasiões agiam de forma inconveniente quanto ao tratamento, deixando a impressão que o turista era obrigado assistir a explanação sobre a importância da preservação.

Enfim, se deduz que o planejamento de uma comunicação que é direcionada aos turistas, com orientações de comportamento tem grande valor como medida mitigadora do impacto sobre ambientes recifais, como os de Porto de Galinhas, mas para surtir o efeito esperado, se faz necessário que a comunidade participe, bem como os atores envolvidos mais diretamente com a preservação dos recifes, que no caso de Porto de Galinhas, são os jangadeiros e as operadoras de mergulho.

CAPÍTULO 4 – CONSOLIDAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Dos quarenta entrevistados, 90% correspondiam ao sexo masculino e mais de 75% possuíam segundo grau completo. Nota-se que a instrução dos entrevistados é fator a considerar quanto ao conhecimento das práticas de preservação ambiental. No entanto, o conhecimento tradicional, reconhecido pelos Jangadeiros, demonstra uma sensibilidade e sinergia que apenas eles possuem.

Os questionários foram aplicados para quatro grupos diferentes de indivíduos. Primeiramente, os jangadeiros, em seguida, os moradores, os turistas e a rede hoteleira e comércio gastronômico. De início, é evidente que, em sua maioria, a proibição dos passeios interfere prejudicialmente o turismo em Porto de Galinhas, a exceção desta afirmação se dá por parte do grupo da rede hoteleira em que enxerga que esta proibição não interferiria no turismo local. Pondera-se, neste ponto, uma visão holística deste grupo, já que para a rede, existem outras formas de turismo e atratividade, não dependendo apenas dos passeios nos recifais.

É interessante ressaltar que para os quatros grupos entrevistados, os fatores que mais agridem o ambiente recifal da praia de porto de galinhas estão esquematizados a seguir:

Quadro 1 - FATORES QUE MAIS AGRIDEM O AMBIENTE RECIFAL DA PRAIA DE PORTO DE GALINHAS (Por Grupo)

Grupo	Fator Preponderante
Turistas	Aquecimento Global
Jangadeiros	Pesca Predatória
População Local	Poluição marinha (esgoto, lixo, entre outros)
Rede Hoteleira	Pesca Predatória

Fonte: autora.

Quando questionados sobre qual seria a melhor forma de preservar os ambientes recifais, os grupos alternaram suas respostas entre duas vertentes: esclarecimentos aos visitantes ou turistas sobre a importância de se preservar o ambiente recifal e, diminuir o tempo de permanência dos visitantes nos ambientes

recifais. Dentro destas duas perspectivas, cabe aqui ressaltar que ambas são práticas que visam o controle e a preservação do bioma em questão.

Observou-se, também, através dos questionários, que a responsabilidade de preservação do ambiente recifal da praia de porto de galinhas é para ser distribuída entre toda a sociedade, ou seja, todos são responsáveis pela preservação do objeto em estudo.

Quando perguntados aos turistas qual o melhor entretenimento em Porto de Galinhas, 42% afirmaram que são as piscinas naturais. Em relação à preservação do ambiente recifal, foi possível constatar que, a maioria dos turistas, cerca de 50% afirmaram que as piscinas estão em uma situação regular, e que, se proibindo o acesso aos ambientes recifais o prejuízo seria de 90% para o turismo local. E que a melhor forma de prevenção desse ambiente seria tanto diminuir o tempo de permanências dos turistas no local como um esclarecimento prévio da importância desse ecossistema. Para os turistas, a grande responsabilidade pela preservação do ambiente recifal de Porto de Galinhas é de todos, ou seja, moradores locais, jangadeiros, banhistas, proprietários de hotéis e o poder público. Apesar de tudo, 100% dos turistas afirmam que voltariam a Porto de Galinhas, o que demonstra a grande importância deste ecossistema para o nosso estado.

Em relação aos jangadeiros, vimos que 87% tem apenas o 1º grau completo e todos são homens. Para eles, a melhor forma de entretenimento em Porto é o passeio aos ambientes recifais, em relação à conservação das piscinas naturais 60% afirmaram que estão bem conservadas e 40% afirmam que estão em excelente estado. E que se os passeios aos ambientes recifais fossem proibidos, o turismo local sofreria um prejuízo de 100%. Para os jangadeiros, a melhor forma de preservação dos ambientes recifais seria o esclarecimento aos visitantes e turistas sobre a importância deste local. Quando questionado sobre a responsabilidade pela preservação do ambiente recifal, eles responderam que na maioria cerca de 90% era de todos, ou seja, moradores locais, banhistas, proprietários de hotéis e o poder público e que cerca de 10% seriam dos jangadeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas regiões litorâneas do Nordeste brasileiro, a difusão do turismo ocorre de maneira acelerada e sem planejamento adequado dos espaços onde a atividade se implementa. A gestão ambiental da atividade turística torna-se indispensável, a fim de evitar, minimizar ou compensar seus efeitos negativos no ambiente natural, potencializar as oportunidades geradas pelo turismo e, assim, contribuir à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Portanto, considerar a intensidade e o tipo das atividades turísticas, a capacidade de suporte e fragilidade do meio ambiente, a fim de que a atividade caminhe rumo à sustentabilidade, não apenas do ponto de vista econômico, mas também nos seus aspectos social, ecológico e cultural, utilizando-se dos modelos de gestão sustentável, é imprescindível ao planejamento do turismo.

Salienta-se ainda a necessidade de verificar se os usos turísticos dos espaços litorâneos nordestinos respeitam as suas condições naturais, as tradições culturais e as práticas e costumes das populações nativas. Cabe ainda, observar se a atividade turística vem se desenvolvendo de acordo com as leis vigentes no núcleo receptor onde se estabelece, principalmente por esta localidade integrar espaços protegidos por lei.

Diante dessa realidade, torna-se ainda indispensável: conhecer planos, programas e projetos ambientais e turísticos relacionados à área de investigação; atentar para a identificação dos usos turístico-recreativos e seus impactos positivos e negativos sobre a comunidade e o espaço pesquisado; a existência de compatibilidade desses usos com instrumentos legislativos, como as Políticas Nacionais de Turismo e de Meio Ambiente, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no caso dos espaços protegidos, a lei de uso de solo, o plano diretor e o zoneamento da área.

Ressalta-se a importância de analisar essas políticas que incidem sobre a localidade, verificando suas contradições e potencialidades, a fim de propor alterações necessárias ou fortalecer as que beneficiam de fato a comunidade local e

o ambiente natural. Para isso é importante conhecer a realidade das regiões pesquisadas bem como as dificuldades e potencialidades de avanço da comunidade que nelas vive.

Evidencia-se, diante de tais considerações, a relevância de se planejar a atividade turística bem como os padrões de difusão do turismo nas regiões litorâneas do Nordeste brasileiro como uma medida de prevenir os seus impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos, ecológicos ou culturais, ou mesmo mitigar problemas existentes que antecedam a implementação do turismo

O primeiro passo é do poder público, que precisa direcionar suas ações nos processos de planejamento não visando apenas à elevação da demanda, olhando também para a qualidade do produto oferecido, requisito principal diante das exigências dos novos consumidores do século XXI. O governo federal tem investido densamente em campanhas publicitárias, em créditos facilitados para viagens e, atualmente, tem direcionado os seus esforços também para projetos de qualificação profissional, já que estamos próximos em sediar o maior evento esportivo do mundo, a Copa do Mundo em 2014.

Em contrapartida, não se escuta falar na implantação de leis que regulamentem a profissão de turismo, em estudo de capacidade de carga, dentre outras ações que são indispensáveis para um desenvolvimento responsável e saudável.

Em se tratando dos empresários do ramo, é necessária uma transformação em seu conceito de organização turística, sendo preciso buscar novos processos direcionados ao sistema de qualidade, especialmente quando se refere à mão-de-obra qualificada, deixando de lado, assim, a estrutura familiar que predomina em várias empresas do setor.

A população local também é peça fundamental na produção do turismo, devendo se integrar às decisões do planejamento, pois por meio dessa atitude perceberá que o desenvolvimento com responsabilidade pode melhorar a sua qualidade de vida. E, por último, o turista, que necessita compreender que não pode degradar o meio ambiente, agredir os costumes locais, incomodar os residentes,

para que possam usufruir de tal localidade pelo resto de suas vidas e não tirar a oportunidade de futuras gerações desfrutarem também.

Estas são algumas das conclusões que foram possíveis ser detectadas das experiências vividas neste trabalho, e, finalizar com a convicção de que a praia de Porto de Galinhas poderá tornar-se um grande polo turístico sustentável, se investir na qualidade da gestão pública, com a participação da sociedade organizada, criando mecanismos e instrumentos que viabilizem a conservação e preservação do meio ambiente, promovendo assim o desenvolvimento sustentável local.

BIBLIOGRAFIA

Agência de Notícias da UFPE. **Projeto Gairepp apresenta conclusão de estudos temáticos sobre a Bacia Hidrográfica do Ipojuca**. 06-07-2010.

Disponível no site:

http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=37459:projeto-gairepp-apresenta-amanha-7-conclusao-de-estudos-tematicos-sobre-a-bacia-hidrografica-do-ipojuca-&catid=143&Itemid=72

Acesso: 20-102011

ALVES, Margarete de Lima. **O Processo de Planejamento e Desenvolvimento da Atividade Turística sob o enfoque do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo: Estudo de Caso de Porto de Galinhas – PE** (Dissertação de Mestrado). UFPE/Pró-Reitoria e Pesquisa e Pós-Graduação/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais, 2002

AMARAL, Patrícia Daliany A, do e TEIXEIRA, Kátia Simone S. **Turismo e Desenvolvimento: escolhas que fazem a diferença**. X Encontro Nacional de Turismo com Base Local. João Pessoa, p. 1051-1060, 2007

ANDRADE, Girlaine Fernandes de. **Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico: realidade ou mito em um destino marajoara** – Dissertação de Mestrado, UnB-Universidade de Brasília/Centro de Excelência em Turismo, Brasília, 2009.

ARAÚJO, Alex Maurício - Coordenador do **Projeto Gairepp-Construção Integrada de Componentes Tecnológicos da Gestão Ambiental das Interfaces Rio-Estuário-Praia-Porto**. Departamento de Engenharia Mecânica da UFPE – DEMEC/UFPE. Disponível no site:

http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=38023:projeto-capacita-mao-de-obra-para-estudo-da-bacia-hidro. Blog: Agência de Notícias da UFPE-31-08-2010). Matéria: Projeto capacita mão de obra para estudo da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca. Acesso em: 20-10-2011.)

BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Coleção Turismo. Campinas, SP: Papirus, 1995, p. 20.

BARROS, Patrícia Mattos de. **Modelo de Planejamento para Implementação e Desenvolvimento do Ecoturismo: Diagnóstico Ecoturístico – Estudo de Caso**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 1999, p. 38

BENI, Mário Carlos. **Qualidade do produto e dos serviços**. In: **Turismo em Análise**. São Paulo. ECA/USP, 2, nov 1991, p.7-13).

BENI, Mário C, **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001).

BRANDÃO NETO, José de Souza (Org.). DANTAS, N. B. (Org.). **Porto Para Sempre: Estratégias de Desenho Urbano**. 1. ed. Recife. Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2008.

BRASIL/MET – Ministério do Esporte e Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. **Deliberação Normativa n.º 429, de 23 de abril de 2002**, Brasília (DF).

Disponível: www.ibcdtur.org.br/arquivos/artigosMeios%20de%20hospedagem/Regulamento_Gera1_Meios_hosp.pdf.

Acesso em 12-10-2011.

BRASIL/MICT. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. **Deliberação Normativa n.º 387, de 28-01-1998**. Brasília (DF). Disponível em: http://www.canaltur.com.br/hotel_legislação.htm.

Acesso: 15-10-2011.

CARDOZO, P. F. **Planejamento Turístico Municipal. (Artigo)**. Revista Partes.

Disponível no site: <http://www.partes.com.br/turismo/planejamentoturistico.asp>.

Acesso em: 20-10-2011

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**, edição compacta. Rio de Janeiro: Campus, 1999).

DE LA TORRE, O. P. **El turismo – fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 15

ELLIOT, James. **Tourism: politics and public sector management**. London: Routledge, 1997.

ESTUDO DA COMPETITIVIDADE DO TURISMO BRASILEIRO – O MERCADO DE TRABALHO NA ÁREA DO TURISMO. Insituto de Ciência (IPOL)/Universidade de Brasília (UnB) e Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Disponível no site: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/O_MERCADO_DE_TRABALHO_NA_xREA_DE_TURISMO.pdf

Acesso: 28-10-2011.

FEITOSA, Águida M. da V. **As Perspectivas do Turismo no Desenvolvimento Sustentável**. (Artigo)

Disponível no site: <http://www.projetur.com.br/artigos/ethur1.pdf>

Acesso: 05-11-2011.

FERREIRA, Larissa da Silva. **ORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL: DIRETRIZES NACIONAIS E FRAGILIDADES LOCAIS**. Núcleo RMNatal-Observatório das Metrôpoles e PPGe – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Disponível no site: www.cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT24/ORGANIZAÇÃO
Acesso: 17-10-2011.

FAGUNDES, Patrícia Santos. **OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOAMBIETAIS NA PRAIA DE GENIPABU - RIO GRANDE DO NORTE. (Artigo)**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Disponível no site:
<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/1761/1013>
Acesso em: 28-10-2011.

FIRMINO, Fabiana dos Santos; LIMA, Clarisse Vasconcelos Fraga de Melo; SELVA, Vanice Santiago Fragoço; SOBRAL, Maria do Carmo Martins. **REGIÕES LITORÂNEAS DO NORDESTE BRASILEIRO: IMPACTOS DO CONSUMO, PRODUÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO PELA ATIVIDADE TURÍSTICA. (Artigo)**. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

Disponível no site: <http://www.ecoterrabrasil.com.br/home/index.php?pg=temas&tipo=temas&cd=492>
Acesso: 12-10-2011.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Mar de Cana, deserto verde? Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista. (Tese de Doutorado)**. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2005.

GOMES, B. M. A.; FERREIRA, J. C. B.; e LIMA, A. L. R. **O Turismo como estratégia de crescimento econômico.**

Disponível no site: <http://www.unifenas.br/extensao/administracao/ivcongresso/ca001ex.htm>
Acesso em 12-10-2012.

GOMES, C. M.; CISNE, R. de N. C.; TOMAZZONI, E. L., **TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E ENDÓGENO: A EXPERIÊNCIA DA FAZENDA VALE VERDE, NO ESTADO DO MARANHÃO. (Artigo)**. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), São Paulo, 2009.

Disponível em: http://www.fama.br/revista/turismo/images/stories/artigos/turismo_no_maranhao.pdf
Acesso em 17-11-2011.

IBGE – Censo 2010, disponível no site www.ibge.gov.br; Acesso em 30-10-2011).

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestion Ambiental Y Sostenibilidad (Artigo)**, 03-2005.

Disponível no site: www.gestiopolis.com/canales4/ger/turismoecologico.htm.
Acesso em 16-09-2011.

Lançamento do Projeto Orla em Ipojuca – Jornal de Comunicação da CPRH – out/nov-2005n.º 5.

Disponível: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/jorn-acao5-1.pdf>
Acesso: 15-11-2011

LAGE, B. H. H.; e MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. 1.^a ed. São Paulo, ed. Atlas, 2000.

LANNA, A. E. (1996). **Introdução à gestão ambiental e à análise econômica do ambiente**. Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LEÃO, S. C. e ARAÚJO, M. E. **GERENCIAMENTO DO TURISMO NO AMBIENTE RECIFAL DE PORTO DE GALINHAS (PE) ATRAVES DA COMUNICAÇÃO**.(Artigo). XII Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar – XII COLACMAR. Florianópolis, 15 a 19-04-2007.

LOPES, Cristiano Henrique. **Análise dos Modelos de Planejamento e desenvolvimento Turístico propostos pela Gestão Pública no Brasil**.
Site:<http://www3.mg.senac.br/NR/rdonlyres/egb3ffj5v5xvnjelfrwiaaecsjtv6e6nztba42yjrm3yt4kd456opwmiyvtgillskyyev7lq6emfl/cristiano.PDF>.
Acesso: 30-10-2011

LOPES, C. H. **O Cenário do Turismo Internacioal**. (Artigo). Revista de Estudos Turísticos, Edição n.º 18, junho de 2006.
Disponível no site: www.eur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=10671
Acesso em: 30-10-2011.

MAIA, L. F. S. **Políticas Públicas e identidade cultural: um binômio significativo na construção de uma intervenção no turismo local**. In: BARBOSA, A.; et al (Org) **Turismo: cultura, lazer e possibilidade de intervenção**. Natal: Banco do Nordeste, 2004.

MARTINS, Clerton (org.). **Turismo, Cultura e Identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MARUJO, M. N. e CARVALHO, P., 2010 - **Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável**. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, outubro de 2010

MELO, Maria Emília. **Sustentabilidade e Responsabilidade Social na Cadeia do Turismo: o caso da Praia de Porto de Galinhas em Ipojuca-PE/Brasil**. (Relatório de Pesquisa). SOMO-Center for Research on Multinational Corporations/IUCN – International Union for The Conservation of Nature, Rio de Janeiro, 2006.)

MELLO, N. C. da S.; MELLO, L. A. C. de; SILVA, R. Saint-Clair B. da., **Desporto orientação como atividade turística: políticas públicas e desenvolvimento do turismo local**. Site: <http://200.251.138.109:8001/artigosaprovados/9.18.pdf> -
Acesso em: 25-10-2011.

MIGUEL, Giancarlos Francisco, e SILVEIRA, Ricardo Boeing da. **VAI PRA ONDE? ANÁLISE DO COMPOSTO MERCADOLÓGICO DE UM DESTINO TURÍSTICO EM SANTA CATARINA.** (Artigo Científico). RBTUR – Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. Vol. 2, N.º 3 (2008).

NASCIMENTO, H. H. O. e SILVA, V. P. da, **TURISMO PÓS-MODERNO: DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL.** HOLOS- Revista de Divulgação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Ano 25. Vol. 3, 2009.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **TURISMO E DESENVOLVIMENTO: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO.** 2. Ed. São Paulo. Atlas, 2000.

OLIVEIRA, Carlyle Tadeu Falcão de; e ZOUAIN, Deborah Moraes. **Gestão Social e Turismo: Ensaio sobre a Gestão Pública do Turismo Brasileiro.** FGV
Site:http://www.aedb.br/seget/artigos07/1156_Artigo_SEGETTurismo_e_Gestao_Social.pdf
Acesso: 02-10-2011.

O Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável. (Artigo). 2009.
Disponível em: <http://projetur.com.br/blog/2009/09/11/turismo-planejamento-e-desenvolvimento-sustentavel/>
Acesso: 31-10-2011

PAIVA, M. das G. de M. V. **Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico.** Artigo. RAP – Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 44(2):197-213, MAR./ABR. 2010.
Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/02.pdf>
Acesso em: 27-10-2011.

PLANO NACIONAL DE TURISMO 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão. Ministério do Turismo. FGV-Fundação Getúlio Vargas/RJ, UnB-Universidade de Brasília, UERJ-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas, Ministério de Ciência e Tecnologia. Site: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf
Acesso: 15-10-2011.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de pólos turísticos.** São Paulo: Futura, 2001

PHILIPPI Júnior, A.; BRUNA, G. C. **Política e Gestão Ambiental.** In: PHILIPPI JÚNIOR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. **Curso de gestão ambiental.** Barueri, SP: Manoel, 2004. Cap. 18, p. 699 – 700.

Portal Oficial da Prefeitura de Ipojuca, disponível no site <http://gwmroot.gt.com.br/ipojuca/contentler.asp?contentId=2429> - Acesso em 30-10-2011).

PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada. Brasília: MMA/SQA; Brasília: MPOG/SPU, 2002. 78p.

RANIERO, L M; BERNASCONI, P; COSTA, J. A. da; KAGOHARA, M. de S; SHIROTA, R. **Exploração de Recurso Ambiental: Viabilidade do Turismo Sustentável no Recife de Corais de Porto de Galinhas – PE. (Artigo)** apresentado no XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – 22 a 25-07-2007. UEL, Londrina-PR). USP/ESALQ, PIRACICABA, SP, BRASIL.

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo.** São Paulo: Atlas, 1978.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Marketing Turístico: um enfoque promocional.** 4. ed. Campinas/São Paulo: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, Doris van de Meene.; WIDMER, G. **Planejamento turístico.** In: ANSARAH, M. (Org.), **Turismo: como aprender, como ensinar,** São Paulo: SENAC, 2000).

RUSCHMANN, Dóris van de Meene. **Turismo no Brasil: análise e tendências.** Barueri, SP: Manoele, 2002).

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável.** 10ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2003

SECTMA – Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ipojuca. Disponível no site: <http://setmaipojuca.blogspot.com/2010/08/projeto-gairepp.html> - Acesso em: 20-10-2011)

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENEFONTE, J. A. **Aspectos Socioeconômicos de Desenvolvimento do Turismo no Meio Rural Norte Paranaense,** (Artigo), 2006. Disponível no site: <http://amigonerd.net/trabalho/29038-aspectos-socioeconomicos-do-desenvolvimento-do> - Acesso em:14-10-2011.

SILVA, Sandro Valença da. **Modelo para elaboração de um sistema de gestão sustentável para um destino turístico de zona costeira: um estudo de caso em Porto de Galinhas no Município de Ipojuca em Pernambuco.** (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação da CAPES, Engenharia Civil/Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 2008.

SILVA, Alice Leoti; e FARINHA, Alessandra Buriol. **Políticas públicas aplicadas ao desenvolvimento regional do turismo cultural.** (Artigo). Universidade Federal de Santa Maria.

Disponível no site: http://portal.ufsm.br/jai/anais/trabalhos/trabalho_1001258408.htm
Acesso: 15-09-2011.

SITÔNIO, Patrícia. **Desenvolvimento Local e Turismo no Pólo de Porto de Galinhas - PE.** (Dissertação de Mestrado), Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, DF, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Nova Cultural, 1985

SPU/PE –Secretaria do Patrimônio da União – Gerência Regional Pernambuco.
Disponível no site: <http://patrimoniode todos.gov.br/gerencias-regionais/spupe/acoes/projeto-orla>. Acesso em 20-10-2011.

SWARBROOKE, J. (2000). **Turismo sustentável.** São Paulo: Aleph.

TAYRA, Flávio. FSP/USP. **O conceito do desenvolvimento sustentável.** (Artigo). Revista de Economia e Desenvolvimento, 2007. portalgeobrasil.org.

TRIGO, L. G.; e NETTO, A. P. **Reflexões sobre um Novo Turismo: política, ciência e sociedade.** São Paulo: Aleph, 2003, p. 19.

Turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate. Centro Internacional de Formação da OIT – Notícias Delnet, N.º 24. Abril-Maio/2004.
Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/turismo%20desenvolvimento%20local%20sustent%E1vel.pdf>
Acesso em 19-10-2011.

TURISMO NO BRASIL – 2007/2010. Junho-2006. (Documento Referencial). EBAPE-Escola Brasileira de Administração Pública/FGV-Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e CET-Centro de Excelência do Turismo da UnB-Universidade de Brasília. Disponível no site:
http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/Turismo_Brasil_2007_2010.pdf. Acesso: 30-10-2011.

Turismo no Brasil (2011/2014) – Resenha.

Disponível no site: <http://pt.scribd.com/doc/56147818/PNL-2011-2014-RESENHA>

Acesso: 15-09-2011.

Turismo no Brasil – Instituto ECOBRASIL Ecoturismo – Turismo Sustentável.

Disponível no site: <http://www.ecobrasil.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=30&sid=5>

Acesso em: 30-10-2011.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIEIRA, J. **Planeamento e ordenamento territorial do turismo**: uma perspectiva estratégica. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2007),

WILSON, Edward Osborne. **O futuro da vida: um estudo da biosfera para a proteção de todas as espécies, inclusive a humana**. Trad. Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro: Campus, 2002.p. 63

WCED, 1991 apud F. Tayra - **Revista de Economia & Desenvolvimento**, 2007 - portalgeobrasil.org)

ANEXOS

DECRETO Nº 21.972 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1999.

Aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC do litoral sul de Pernambuco, e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 37, inciso IV, da Constituição Estadual e em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 6902, de 27 de abril de 1998 e na Resolução do CONAMA No 10, de 14 de dezembro de 1988

DECRETA:

SEÇÃO I

Da aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC- do litoral sul de Pernambuco.

Art. 1º Aprova o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC do litoral sul, conforme mapeamento e documento, em anexo, a este Decreto, ficando os condicionantes ambientais, para cada Zona, sujeitos às normas estabelecidas neste Decreto.

SEÇÃO II

Dos Objetivos

Art. 2º O objetivo do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC- do litoral sul se constitui na promoção do desenvolvimento sustentável dessa parcela do território pernambucano que envolve os Municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande, baseado na implementação de programas de desenvolvimento econômico-social, centrado nas atividades que protejam e conservem os ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida da população em sintonia com a proteção dos ecossistemas.

SEÇÃO III

Dos Conceitos

Art. 3º Para efeito deste Decreto, considera-se:

I - Baixa densidade: índice resultante da relação máxima permitida entre a área total do terreno (ST) e número de habitantes que irá ocupá-la (m2/hab), de modo a garantir a capacidade de suporte, a manutenção das características e da qualidade ambiental da área;

II - área ocupada: toda a projeção de área construída, assim como qualquer espécie de pavimentação que venha a impedir a perfeita permeabilidade do solo;

III - índice de permeabilidade mínimo (ip): relação mínima permitida entre a área perfeitamente permeável (SP) e a área total do terreno (ST);

Ip = SP/ST

IV - área perfeitamente permeável: área onde não é permitido edificar ou revestir o solo com material que impeça ou dificulte a absorção das águas de chuva;

V - loteamento: subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;

VI - parcelamento do solo: qualquer divisão do solo com ou sem abertura de logradouros públicos que resultem novas unidades imobiliárias, seja através de lotes ou frações ideais;

VII - parcelamento em condomínio: divisão do solo com abertura de vias ou arruamento e distribuição das áreas resultantes sob forma de frações ideais;

VIII - plano de Gestão Ambiental: se constitui em um plano que define como se dará a gestão ambiental pelas Instituições envolvidas, a partir da identificação das responsabilidades, dos trâmites das informações e terá, como consequência, a elaboração de um plano de trabalho conjunto entre as mesmas, no sentido de considerar as soluções para os problemas existentes e a promoção de processos sustentáveis dos recursos ambientais;

IX - zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC: é um Instrumento de gestão ambiental que tem por objetivo o disciplinamento do uso e ocupação do solo, o manejo racional dos recursos ambientais, indicando as atividades a serem estimuladas, toleradas e proibidas, em cada Zona, bem como a garantia da preservação dos ecossistemas frágeis, indicando atividades econômicas compatíveis com o desenvolvimento ambientalmente sustentável; e

X - maré de sizígia: marés cuja amplitude correspondem aos valores mais altos (preamar) e mais baixos (baixamar) em relação ao nível do mar local, que se produzem respectivamente durante a lua cheia e a lua nova.

Parágrafo único. Estão dispostas no presente Decreto a seguintes siglas com os seus respectivos significados:

- a) SÉCTMA: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente;
- b) CPRH: Companhia Pernambucana do Meio Ambiente;
- c) CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente;
- d) APA: Área de Proteção Ambiental;
- e) EIA: Estudo de Impacto Ambiental;
- f) RIMA: Relatório de Impacto de Meio Ambiente;
- g) ZPEC: Zona de Proteção Ecológica e Cultural de Suape;
- h) RESEC: s: Reservas Ecológicas;
- i) ZEEC: Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro; e
- j) RPPN: Reserva Particular de Patrimônio Natural;

SEÇÃO IV

Do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC

Art. 4º O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC do litoral sul de Pernambuco, conforme se apresenta no mapeamento integrante deste Decreto, apresenta as seguintes Zonas e Subzonas:

I - A - ZONA MARÍTIMA

- a) A1 - Subzona dos Recifes de Arenito, Algas e Corais; e

- b) A2 - Subzona da Plataforma Continental (até o limite das 12 milhas náuticas);

II - B - ZONA DE TURISMO, VERANEIO E LAZER

III - C - ZONA URBANO-INDUSTRIAL/ PORTUÁRIA

- a) C1 - Subzona Urbano-Industrial do Cabo de Agostinho (abrange a cidade e o DI do Cabo e os núcleos urbanos de Ponte dos Carvalhos e Pontezinha);

- b) C2 - Subzona Industrial Portuária de Suape; e

- c) C3 - Subzona de Proteção Ecológica de Suape;

IV - D - ZONA RURAL DIVERSIFICADA, abrangendo as áreas de Policultura, Cana-policultura, Granjas, Fazendas e Chacaras de Recreio e os núcleos urbanos localizados nessas áreas:

- a) D1 - Subzona de Policultura;

- b) D2 - Subzona Agrícola Diversificada da APA de Guadalupe;

- c) D3 - Subzona do Núcleo Urbano de Rio Formoso; e

- d) D4 - Subzona do Núcleo Urbano de Barreiros;

V - E - ZONA AGROINDUSTRIAL, compreendendo as áreas canavieiras pertencentes às usinas Bom Jesus, Ipojuca, Saigado, Cucatu e Trapiche ou a médios e grandes fornecedores dessas usinas:

- a) E1 - Subzona para Incentivo à Diversificação de Usos;

- b) E2 - Subzona do Núcleo Urbano de Ipojuca; e

- c) E3 - Subzona do Núcleo Urbano de Sirinhaém;

VI - F - ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTUARINA E ECOSISTEMAS INTEGRADOS

- a) F1 - Subzona do Complexo Ambiental Litorâneo do Cabo de Santo Agostinho, abrangendo as matas de Zumbi, Duas Lagoas, Camaçari e o estuário dos Rios Pirapama-Jaboatão;

- b) F2 - Subzonas Estuarinas dos Rios Formoso, Sirinhaém-Maracalpe e Ipojuca-Merepe;

- c) F3 - Subzona do Complexo Ambiental Ilhetas-Mamucabas; e

- d) F4 - Subzona do Complexo Ambiental dos Rios Una e Meireles;

VII - G - ZONA DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE

- a) G1 - Subzona de Preservação da Vida Silvestre da APA de Guadalupe (REBIO - Reserva Biológica de Galinho); e

- b) G2 - Subzona de Conservação da Vida Silvestre da APA de Sirinhaém. Abrange a Ilha Grande e o manguezal da margem direita do rio Sirinhaém.

SUBSEÇÃO I

Da Zona Marítima

Art. 5º A Zona Marítima corresponde à faixa até as 12 milhas náuticas a partir da linha média das marés, acompanhando a linha de costa.

Parágrafo único. A Zona de que trata o caput deste artigo é formada por duas subzonas:

I - A1 - Subzona dos Recifes de Arenito, Algas e Corais; e

II - A2 - Subzona da Plataforma Continental (até o limite das 12 milhas náuticas).

Art. 6º A Subzona dos Recifes de Arenito, Algas e Corais abrange os recifes que localizam-se próximo à praia e ocorrem de forma mais expressiva nos trechos entre a Praia do Paiva e a de Porto de Galinhas, entre esta última e Barra do Sirinhaém, entre a Praia da Gamela e a do Porto e em São José da Coroa Grande.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são os recifes conservados e protegidos e com seu uso ordenado;

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

I - extração de corais e algas calcárias;

II - extração do substrato recifal;

III - extração de cascalho e areia;

IV - pesca predatória;

V - coleta;

VI - comercialização e transporte de peixes e organismos de característica ornamental;

VII - captura, comercialização e transporte do mero e tubarão lixa;

VIII - ancoragem de embarcações nos recifes;

IX - construção de qualquer natureza sobre os recifes; e

X - lançamento de resíduos e efluentes de qualquer natureza.

§ 3º São toleradas nessa área, as atividades referentes a:

I - pesca artesanal sustentável; e

II - visitação controlada e circulação de embarcações mediante zoneamento.

§ 4º Serão inócuas nessa área atividades referentes a:

I - pesquisa para definir capacidade de suporte dos recifes;

II - elaboração do zoneamento e regulamentação do uso dos recifes;

III - ecoturismo marinho; e

IV - colocação de apóitamento para ancoragem e pesquisa marinha.

Art. 7º A Subzona da Plataforma Continental estende-se da linha média das marés até o limite das 12 milhas náuticas.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:

I - os recursos marinhos manejados de forma sustentável;

II - área com balneabilidade própria;

III - ecossistema marinho livre de poluição; e

IV - equipamentos náuticos utilizados de forma disciplinada e Ilhas de Santo Aleixo e do Coqueiro protegidas.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

I - pesca predatória;

II - extração de cascalho e areia;

III - extração de corais e algas calcárias;

IV - extração do substrato recifal;

V - coleta, comercialização e transporte de peixes e organismos de característica ornamental;

VI - lançamento de resíduos e efluentes de qualquer natureza;

VII - captura, comercialização e transporte do mero e tubarão lixa;

VIII - qualquer forma de ocupação do solo na Ilha do Coqueiro; e

IX - construção fixa ou equipamento permanente na faixa de praia, medida a partir da linha máxima de preamar (33m em direção ao continente), na Ilha de Santo Aleixo e Impermeabilização do solo em mais de 20% (vinte por centos) da área, na Ilha de Santo Aleixo.

§ 3º São toleradas as atividades referentes aos esportes náuticos nos trechos adequados a essa prática, definidos mediante zoneamento e a pesca sustentável.

§ 4º Serão Incentivadas nessa área atividades referentes a:

I - criação de reserva extrativista;

II - tecnologia de pesca adequada ao uso sustentável dos estoques pesqueiros;

III - ecoturismo marinho; pesquisa marinha;

IV - mecanismos de fiscalização para o efetivo cumprimento das leis; e

V - regulamentação e controle da pesca de arrasto do camarão.

SUBSEÇÃO II

Da Zona de Turismo, Veraneio e Lazer

Art. 8º A Zona de Turismo, Veraneio e Lazer estende-se da desembocadura dos Rios Pirapama- Jaboatão até a foz do Maangana e da foz do Rio Ipojuca até a do Persinunga (divisa PE/AL), com uma breve interrupção (da foz dos rios Ihetas-Mamucabas até o riacho Merreles), abrangendo os núcleos urbanos Ilorãneos consolidados e os loteamentos de veraneio, bem como a presença marcante do Parque Amando Holanda Cavalcanti (Cabo de Santo Agostinho), área esta tombada pelo Estado.

§ 1º A Zona de que trata este artigo caracteriza-se como zona de forte crescimento demográfico, sobretudo, nas áreas de expansão recente, onde predomina a população flutuante.

§ 2º As metas ambientais para essa Área são:

I - vegetação de restinga recuperada e preservada;

II - áreas urbanas dotadas de esgotamento sanitário;

III - abastecimento de água, drenagem e limpeza urbana;

IV - ocupação do solo urbano ordenada;

V - serviços básicos, infra-estrutura e comércio de apoio às comunidades urbanas implantadas;

VI - atividades econômicas diversificadas, voltadas para o turismo e desenvolvidas de forma sustentável;

VII - ocupação da orla marítima ordenada de modo a possibilitar a livre e plena circulação do público em todas as direções e sentidos;

VIII - erosão costeira atenuada, patrimônio histórico e cultural preservado e valorizado; e

IX - Parque Metropolitano Amando Holanda Cavalcanti Implantado, com gestão compartilhada e atividades sustentáveis e comunidade assistida socialmente, ambientalmente consentida e com participação efetiva no processo de gestão pública.

§ 3º Proíbe-se nessa Área:

I - edificações definitivas ou qualquer forma de ocupação do solo que impeça ou dificulte o acesso público às praias e ao mar;

II - aterro de maceios e manguezais;

III - destruição da vegetação remanescente de restinga;

IV - instalação de lixões e aterro, assim como disposição de lixo em locais inadequados;

V - lançamento, nos cursos de água, de efluentes domésticos e industriais sem tratamento adequado;

VI - retirada de areia e material rochoso; e

VII - construção fixa ou equipamento permanente na faixa de praia, medida a partir da linha máxima de preamar (33m em direção ao continente) e circulação de veículos automotores na faixa de praia.

§ 4º São toleradas nessa Área:

I - obras de contenção à erosão, mediante estudo prévio e licenciamento ambiental; e

II - pontos de apoio à pesca, não permanentes, mediante autorização.

§ 5º Serão Incentivadas atividades referentes a:

recuperação e preservação das matas de restinga existentes e recomposição de remanescentes a partir de fragmentos;

ordenamento da ocupação do solo urbano com estabelecimento das legislações básicas municipais;

programas de regularização de parcelamentos;

aperfeiçoamento dos serviços de controle urbano;

criação de consórcios para coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos;

pesquisa de novas alternativas para aproveitamento do coco e outras culturas;

indústria de beneficiamento de pescado e outros produtos regionais;

instalação de fábrica de gelo junto a colônias e associações de pescadores;

criação de cooperativas de pescadores junto às associações e colônias existentes, para facilitar a aquisição de insumos e a comercialização do pescado;

núcleos de produção de artesanato e culinária regional;

hotéis e pousadas de porte intermediário;

implantação de saneamento básico;

instalação de equipamentos para coleta seletiva do lixo;

criação de centro de triagem e compostagem do lixo coletado, bem como de sementeira;

implantação de equipamentos e serviços de segurança;

preservação e utilização sustentável do patrimônio histórico e cultural;

criação de áreas de interesse especial para valorização do patrimônio histórico e das manifestações da cultura local;

recuperação e valorização dos pontos turísticos;

criação de passeios e trilhas para pontos turísticos, tendo como guia a população residente, treinada para esse fim; e

capacitação da mão-de-obra para a pesca e para as atividades de apoio ao turismo.

SUBSEÇÃO III

Da Zona Urbano-Industrial / Portuária

Art. 9º A Zona Urbano-Industrial / Portuária é formada por três subzonas:

I - C1 - Subzona Urbano-Industrial do Cabo de Agostinho (abrange a cidade e o Distrito Industrial do Cabo e os núcleos urbanos de Ponte dos Carvalhos e Pontezinha);

II - C2 - Subzona Industrial Portuária de Suape; e

III - C3 - Subzona de Proteção Ecológica de Suape.

Art. 10. A Subzona Urbano-Industrial do Cabo de Agostinho abrange os núcleos urbanos do Cabo de Santo Agostinho, inclusive os bairros periféricos da Chameca, Vila Pirapama e Loteamento Rosário, Ponte dos Carvalhos, Pontezinha, bem como o Distrito Industrial do Cabo e as indústrias localizadas tanto no interior desses núcleos como no espaço entre os mesmos.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:

I - economia urbana fortalecida e diversificada;

II - mercado de trabalho ampliado para absorver a mão-de-obra local;

III - mão-de-obra qualificada para as atividades urbanas tradicionais;

IV - indústria e atividades de apoio ao turismo;

V - núcleos urbanos ordenados, por instrumentos normativos (Lei de Uso e Ocupação / Plano Diretor);

VI - corpos de água limpos e protegidos;

VII - manguezal recuperado e preservado;

VIII - normas de uso e ocupação do solo no entorno das vias expressas estabelecidas;

IX - indústrias com adequado sistema de controle de poluição;

X - patrimônio histórico e cultural recuperado, preservado, com uso social (requalificação);

XI - Comunidade assistida socialmente, ambientalmente consentida e com participação efetiva no processo de gestão pública;

XII - núcleos urbanos dotados de infra-estrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água, resíduos sólidos e drenagem; e

XIII - indústrias com adequado sistema de controle de poluição.

§ 2º Proíbe-se nessa Área a construção em encostas com forte declividade e em áreas sujeitas a soterramento e a inundação, bem como:

I - aterro e construção em área de mangue;

II - corte da vegetação de mangue;

III - instalação de lixão e aterro sanitário bem como disposição de lixo em locais inadequados (encosta, várzea dos rios, margem de rodovia, etc.);

IV - lançamento, nos cursos de água, de efluentes domésticos e industriais sem tratamento adequado;

V - obras que venham a descaracterizar o patrimônio histórico, cultural e ambiental;

VI - implantação de núcleos urbanos ao longo das vias expressas.

§ 3º São toleradas nessa Área a urbanização de encostas com declividade entre 15 e 30%, e mineração, mediante estudo e licenciamento prévios.

§ 4º Serão Incentivados nessa área as atividades referentes a:

I - estoque adequado de área para expansão urbana;

II - ordenamento do uso e ocupação do solo;

III - ampliação da área verde por habitante;

IV - diversificação e fortalecimento da atividade industrial de pequeno e médio porte;

V - instalação de indústrias de beneficiamento de produtos regionais;

VI - expansão/fortalecimento do comércio e dos serviços para atendimento à demanda local e regional (população urbana, turismo, etc.);

VII - capacitação da mão-de-obra local para as atividades urbanas tradicionais e de apoio ao turismo;

VIII - implantação/ampliação do sistema de esgotamento sanitário, abastecimento de água, resíduos sólidos e de drenagem, tanto das áreas urbanas consolidadas, como das áreas de expansão;

IX - instalação, nas indústrias, de sistema adequado de controle de poluição;

X - implantação, nas vias expressas que cortam os núcleos urbanos, de soluções adequadas para travessia de pedestres;

XI - otimização do uso dos lotes vazios do Distrito Industrial;

XII - coleta seletiva e reciclagem de lixo; recuperação, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural; e

XIII - (Re)enquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

Art. 11. A Subzona Industrial Portuária de Suape abrange a quase totalidade das porções central, oriental e norte-ocidental do Complexo Industrial Portuário de Suape, onde se encontram, respectivamente, as Zonas Industriais (Portuária e Periféricas) e a Zona Agrícola e Florestal - ZAF - do citado Complexo.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:

I - vegetação de restinga reconstituída na ZAF;

II - manguezal compensado e preservado;

III - recursos hídricos protegidos e monitorados;

IV - atividades industrial e portuária consolidadas, fortalecidas e com adequado sistema de controle de poluição;

V - Infra-estrutura Industrial / portuária e de serviços plenamente implantada, Zona Agrícola e Florestal utilizada de acordo com seu potencial e com o zoneamento existente, zoneamento monitorado e revisto de acordo com EIA-RIMA;

VI - plano de contingência e gerenciamento de riscos implantado;

VII - plano Diretor de Suape compatibilizado com planos diretores municipais; e

VIII - comunidade assistida socialmente, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água;
lançamento no solo e nos corpos de água, de efluentes domésticos e industriais sem tratamento adequado;
corte indiscriminado de vegetação nativa;
utilização, na atividade agropecuária, de produtos passíveis de contaminação do solo e dos recursos hídricos; e
instalação de lixões.

§ 3º São toleradas nessa Área a extração mineral e a supressão da vegetação nativa, mediante licenciamento ambiental.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

a Implantação de novas indústrias, nas zonas industriais, com sistema de controle de poluição;
qualificação da mão-de-obra para as novas atividades a serem Incentivadas;
recomposição da vegetação nativa;
diversificação produtiva, com criatório de pequenos animais, na Zona Agrícola e Florestal (ZAF);
meliponicultura e aqüicultura, na ZAF;
beneficiamento artesanal dos produtos da agropecuária;
produção comunitária; e
regulamentação e controle da pesca de arrasto do camarão.

Art. 12 A Subzona de Proteção Ecológica de Suape localiza-se na porção oeste do Complexo Industrial Portuário de Suape e abrange a maior parte da Zona de Preservação Ecológica e Cultural, aí situada.

§ 1º Encontram-se nessa subzona as barragens do Bita e de Utinga, bem como as matas que integram o Projeto de Reflorestamento dos engenhos Serraria, Rosário, Algodais e Boa Vista, previsto no Plano Diretor de Suape.

§ 2º As metas ambientais para essa Área são:

matas recompostas, ampliadas e preservadas;
exploração mineral desativada e características naturais do local recuperadas e preservadas;
mananciais protegidos e com capacidade de acumulação hídrica recuperada/ampliada;
ocupação e uso do solo compatíveis com as características da subzona;
produtores integrados as atividades previstas para a área ou relocados;
comunidade assistida socialmente, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública;
zoneamento de Suape monitorado e revisito; e
áreas agrícolas substituídas por silvicultura.

§ 3º Proíbe-se nessa Área:

extração mineral de qualquer tipo;
extração de lenha e madeira das matas nativas;
ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água;
lançamento de efluentes (domésticos e industriais) e de produto tóxico no solo e nos corpos de água; e
pesca predatória e instalação de lixões.

§ 4º São toleradas nessa Área:

pesca mediante autorização do(s) órgão(s) competente(s); e
construção de rodovia com revestimento de pedra, mediante licenciamento ambiental.

§ 5º Serão Incentivadas nessa Área:

recomposição e preservação das matas e implantação de corredores florestais;
proteção da fauna silvestre;
produção de sementes e mudas de espécies nativas para reflorestamento e para uso medicinal;
meliponicultura;
silvicultura;
relocação das comunidades (posseiros) para áreas adequadas;
turismo ecológico; e
controle dos reservatórios e tomadas de água utilizados para abastecimento público.

SUBSEÇÃO IV

Da Zona Rural Diversificada

Art.13 A Zona Rural Diversificada abrange as áreas de Policultura, Cana-policultura, Granjas, Fazendas e Chacaras de Recreio e os núcleos urbanos localizados nessas áreas. E é formada por quatro subzonas:

I - D1 - Subzona de Policultura;

II - D2 - Subzona Agrícola Diversificada da APA de Guadalupe;

III - D3 - Subzona do Núcleo Urbano de Rio Formoso; e

IV - D4 - Subzona do Núcleo Urbano de Barreiros.

Art.14 A Subzona de Policultura ocupa grande parte da porção meridional e ocidental do litoral Sul e está constituída por:

I - assentamentos rurais antigos e novos;

II - por granjas, fazendas e chacaras (do Cabo de Santo Agostinho e Rio Formoso);

III - pelos loteamentos rurais do Eng. Siqueira (Rio Formoso), da CRC- Cia. de Revenda e Colonização, da AD-DIPER e do entorno da vila Jussara (Cabo de Santo Agostinho); e

IV - áreas com tendência para policultura, a exemplo das terras das usinas em pré-falência.

§ 1º Localizam-se na porção norte desta Subzona as Reservas Ecológicas da Serra do Cotovelo e de Urucú.

§ 2º As metas ambientais para essa Área são:

Reservas Ecológicas recuperadas e preservadas;
remanescentes de Mata Atlântica recuperados e conservados;
recursos hídricos conservados e monitorados;
agricultura orgânica incentivada e praticada em maior escala;
atividades agrícolas diversificadas;

produtores rurais assistidos técnica e financeiramente;

acesso dos produtores ao mercado, assegurado;

núcleos rurais e urbano dotados de serviços e equipamentos básicos;

infra-estrutura viária implantada/conservada;

mão-de-obra rural capacitada;

fontes alternativas de energia compatíveis com a sustentabilidade dos recursos locais, adotadas;

associativismo praticado através de produtores rurais organizados;

Escola Agrotécnica Federal de Barreiros funcionando também como Centro de Pesquisa e difusão tecnológica voltado para as atividades da área;

patrimônio histórico e cultural preservado; e

comunidade assistida socialmente, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública.

§ 3º Proíbe-se nessa Área:

corte de lenha e madeira da Mata Atlântica;

cultivo em torno das matas, sem faixa de proteção (acetos) contra fogo;

ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água;

utilização de agrotóxicos e outros biocidas que ofereçam riscos sérios em sua utilização, inclusive no que se refere ao efeito residual;

lançamento, nos cursos de água e mananciais, de efluentes industriais, domésticos ou de outra natureza, sem tratamento adequado;

pesca predatória nos corpos de água; e

cultivos em encostas com declividade >30%, práticas que provoquem a degradação do solo, instalação de lixões.

§ 4º São toleradas nessa Área as atividades referentes a:

coleta de sementes, plantas medicinais e matérias-primas (dipós, resinas e frutos) nas matas, mediante licenciamento ambiental;

culturas de ciclo curto em áreas de média declividade, mediante o uso de práticas corretivas do solo e de controle da erosão; e
mineração, mediante autorização do órgão competente.

§ 5º Serão Incentivadas nessa Área:

I - recomposição, com espécies nativas:

a) áreas de preservação permanente, previstas em lei encostas com alta declividade;

b) áreas de nascentes;

c) margens de rios e reservatórios;

d) bordas de relevo com topos planos;

II - recuperação das Reservas Ecológicas e criação de unidades de conservação para os remanescentes de mata da subzona (RPPNs e outras);

III - agricultura orgânica e controle biológico de pragas e doenças, cultivo com práticas de conservação do solo;

IV - agricultura (fruteiras e culturas de ciclo curto) em áreas de baixa declividade e aluviões, ressalvadas as faixas de proteção dos cursos de água;

V - produção de sementes e mudas, silvicultura em áreas com declividade entre 15 e 30%;

VI - técnicas de irrigação compatíveis com a disponibilidade de água;

VII - apicultura, implantação de unidades de beneficiamento de produtos da silvicultura e da agricultura;

VIII - pesquisa de novas alternativas para o aproveitamento do coco, introdução de novas culturas e técnicas (fruteiras, hortaliças; cultivo em estufa);

IX - criação de animais de pequeno e médio porte, em semi-confinamento;

X - produção e engorda de alevinos; processamento artesanal de frutas, mel e pescado;

XI - produção de matrizes bovinas e aves em regime de confinamento;

XII - beneficiamento artesanal do leite;

XIII - ampliação da área de granjas, fazendas e chacaras de recreio;

XIV - fortalecimento das organizações de produtores rurais;

XV - Implantação de mercado do produtor;

XVI - Implantação de saneamento básico nos núcleos rurais;

instalação/reativação de postos de saúde na zona rural;

XVII - eletrificação rural; coleta seletiva do lixo;

XVIII - Implantação de aterro sanitário;

XIX - Implantação, recuperação e melhoria de estradas vicinais para escoamento da produção e de ferrovia para ecoturismo;

XX - lazer e turismo, especialmente rural e ecológico;

XXI - preservação do patrimônio histórico e cultural;

XXII - criação de áreas de interesse especial para valorização do patrimônio histórico e cultural e das manifestações da cultura local;

XXIII - automonitoramento ambiental;

XXIV - escola com currículo adequando a realidade local;

XXV - prática coletiva e comunitária de produção agrícola; e

XVI - controle dos reservatórios e tomadas de água utilizados para abastecimento público e Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos, de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

Art.15 A Subzona de Agricultura Diversificada da APA de Guadalupe, corresponde às porções sudoeste de Rio Formoso e noroeste de Tamandaré, onde, atualmente, predomina a monocultura da cana-de-açúcar, na APA de Guadalupe.

§ 1º As metas para essa Área são:

remanescentes de Mata Atlântica recuperados e preservados;

recursos hídricos conservados e monitorados, mananciais de abastecimento e nascentes protegidos;

núcleos rurais dotados de serviços e equipamentos básicos;

agricultura orgânica incentivada e praticada em maior escala;

atividades agrícolas diversificadas;

terra agrícola acessível a pequenos produtores;
intra-estrutura viária implantada/recuperada e conservada; e
comunidades rurais socialmente assistidas e ambientalmente conscientizadas, com participação efetiva no processo da gestão pública.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

corte de lenha e madeira da Mata Atlântica e caça;
 queimadas e outras práticas que provoquem a degradação do solo;
 cultivo em torno das matas, sem faixa de proteção (aceiros) contra fogo e em encostas com alta declividade (30%);
 ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água;
 pesca predatória nos corpos de água;
 lançamento, nos cursos de água, de efluentes domésticos, industriais ou de outra natureza, sem tratamento adequado;
 utilização de agrotóxico e outros biocidas que ofereçam riscos sérios em sua utilização, inclusive no que se refere ao seu efeito residual; e
 Instalação de lixões.

§ 3º São toleradas nessa Área:

coleta de sementes, plantas medicinais e matérias-primas (cipós, resinas e frutos) nas matas, mediante licenciamento ambiental;
 cultura de ciclo curto em áreas de média declividade, mediante recomendação técnica e conservação do solo; e
 uso disciplinado da cachoeira Bulha d'Água.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

a silvicultura em áreas com declividade superior a 10%;
 utilização de vinhaça com tecnologia adequada;
 introdução de cultura de ciclo longo em áreas de cana abandonada;
 produção de mudas de essências nativas, frutíferas e silvícolas;
 agricultura orgânica e controle biológico de pragas e doenças;
 criação de animais de pequeno e médio porte, em confinamento;
 apicultura;
 piscicultura;
 processamento artesanal de frutas, mel e pescado;
 coleta seletiva e centro de triagem com compostagem do lixo e sementeira;
 turismo ecológico, turismo rural e turismo cultural; e
 prática coletiva e comunitária de produção agrícola.

Art. 16 A Subzona do Núcleo Urbano de Rio Formoso corresponde à Cidade de Rio Formoso.

§ 1º As metas para essa Área são:

núcleo urbano ordenado, dotado de esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem e limpeza urbana;
 serviços básicos e comércio atendendo às comunidades urbana e rurais do município;
 atividades econômicas diversificadas, voltadas para o turismo e desenvolvidas de forma sustentável;
 ocupação e integração social da população urbana promovida; recursos hídricos conservados e monitorados;
 patrimônio histórico e cultural recuperado e/ou revitalizado;
 comunidade assistida e ambientalmente conscientizada, com participação efetiva no processo da gestão pública; e
 município dotado de Plano Diretor e legislação básica.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

aterro e ocupação do manguezal;
 extração de lenha e madeira do mangue;
 instalação de lixão e aterro sanitário, assim como disposição de lixo em locais inadequados; e
 lançamento, nos cursos de água, de efluentes domésticos ou de outra natureza, sem tratamento adequado; obras que venham a descaracterizar o patrimônio histórico e cultura.

§ 3º É tolerada nessa Área a urbanização de encostas com declividade entre 15 e 30% mediante estudo e licenciamento prévio.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

a recuperação das áreas de manguezal degradado;
 atividades comerciais diversificadas;
 meios de hospedagem de porte intermediário;
 indústria voltada para o beneficiamento de produtos regionais;
 preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural;
 criação de áreas de interesse especial para valorização do patrimônio histórico e das manifestações da cultura local;
 coleta seletiva e reciclagem de lixo;
 capacitação da mão-de-obra para o turismo e atividades tradicionais do núcleo urbano;
 realocação de uso e ocupação indevida nas áreas de mangue; e
 atividades de recreação e turismo fluvial no Rio Formoso e Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos, de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

Art. 17 A Subzona do Núcleo Urbano de Barreiros compreende a cidade de Barreiros, que é o segundo maior centro urbano do Litoral Sul.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:

economia urbana fortalecida e diversificada;
 mercado de trabalho ampliado para absorver a mão-de-obra local;
 mão-de-obra qualificada para as atividades urbanas tradicionais e de apoio ao turismo;
 núcleo urbano ordenado e com disponibilidade de área para crescimento;
 cidade dotada de esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem e limpeza urbana;
 corpos de água limpos e protegidos;
 patrimônio histórico e cultural preservado; e

comunidade assistida e ambientalmente conscientizada, com participação efetiva no processo da gestão pública e município dotado de Plano Diretor e legislação básica.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

construção em encostas com declividade superior à 30% ou no sopé das mesmas, bem como em áreas sujeitas à inundação;
 instalação de lixões e aterros sanitários bem como disposição de lixo em locais inadequados (encostas, várzea dos rios, margem de rodovia, etc.); e
 lançamento, nos cursos de água, de efluentes domésticos ou de outra natureza, sem tratamento adequado e obras que venham a descaracterizar o patrimônio histórico e cultural.

§ 3º São toleradas nessa Área urbanização de encostas com declividade entre 15 e 30%, mediante estudo e licenciamento prévio.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

as atividades produtivas diversificadas, sobretudo as voltadas para o aproveitamento de matérias-primas da região;
 a expansão/fortalecimento do comércio e dos serviços para atendimento à demanda local e regional;
 preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural; manifestações culturais;
 coleta seletiva e reciclagem de lixo; e
 capacitação da mão-de-obra para as atividades urbanas tradicionais e as novas atividades de apoio ao turismo; Implantação de Intra-estrutura de acesso ao litoral e (Re)enquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos, de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

SUBSEÇÃO V

Da Zona Agroindustrial

Art. 18 A Zona Agroindustrial compreende as áreas canavieiras pertencentes às usinas Bom Jesus, Ipojuca, Salgado, Cucuí e Trapiche ou a médias e grandes fornecedoras dessas usinas e é formada por três subzonas:

I - E1 - Subzona para Incentivo à Diversificação de Usos;

II - E2 - Subzona do Núcleo Urbano de Ipojuca; e

III - E3 - Subzona do Núcleo Urbano de Sítirnaém.

Art. 19 A Subzona para Incentivo à Diversificação de Usos compreende as áreas canavieiras vinculadas às Usinas Bom Jesus, Ipojuca, Salgado, Cucuí e Trapiche e acha-se distribuída em dois segmentos, sendo um, relativamente extenso, alongado no sentido nordeste-sudoeste, que inicia na porção centro-norte do município de Ipojuca e estende-se até a extremidade sudoeste do município de Tamandaré; e outro, de reduzida dimensão, localizado na extremidade centro-norte do município do Cabo de Santo Agostinho, estando neste último, localizadas as Reservas Ecológicas de Bom Jardim, Gurjaú e Contra-Açude.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:

remanescentes da Mata Atlântica recuperados e preservados;
 Reservas Ecológicas recuperadas e preservadas; fauna silvestre protegida;
 solo recuperado e protegido contra erosão e contaminação;
 recursos hídricos conservados e monitorados;
 fauna fluvial e estuarina recuperada e protegida de sobrepesca, pesca predatória e morte por poluição;
 atividade agrícola diversificada e com produtividade elevada;
 agricultura orgânica praticada em larga escala;
 ar livre de poluição; terra agrícola acessível a pequenos produtores; e
 mão-de-obra qualificada e ocupada; comunidade assistida e ambientalmente conscientizada, com participação efetiva no processo da gestão pública e patrimônio histórico e cultural preservado.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

corte de lenha e madeira da Mata Atlântica e caça;
 práticas que provoquem a degradação do solo;
 cultivo em torno das matas, sem faixa de proteção contra fogo (aceiros) e em encostas com alta declividade (30%);
 ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água;
 pesca predatória nos corpos de água; e
 lançamento de efluentes domésticos, industriais ou de outra natureza, sem tratamento adequado e utilização de agrotóxico e outros biocidas que ofereçam riscos sérios em sua utilização, inclusive no que se refere ao seu efeito residual.

§ 3º São toleradas nessa Área:

coleta de sementes, plantas medicinais e matérias-primas (cipós, resinas e frutos) nas matas, mediante licenciamento ambiental; e
 culturas de ciclo curto em áreas de média declividade, mediante o uso de práticas corretivas do solo e de controle da erosão e mineração, mediante licenciamento do órgão competente.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

a recomposição, com espécies nativas, das áreas de preservação permanente, previstas em lei (encostas com alta declividade, áreas de nascentes, margens de rios e reservatórios e bordas de relevo com topos planos);
 recuperação das Reservas Ecológicas e revisão dessa categoria de preservação, de modo a permitir manejo;
 criação de unidades de conservação para os remanescentes de mata da subzona (RPPNs e outras);
 implantação de faixa de proteção em torno das matas;
 agricultura orgânica e controle biológico de pragas e doenças; cultivo com utilização de práticas de conservação do solo;
 agricultura (frutíferas e culturas de ciclo curto) em áreas de baixa declividade e aluviões, ressalvadas as faixas de proteção dos cursos de água;
 pecuária intensiva, produção de sementes e mudas de essências nativas, frutíferas e silvícolas;
 silvicultura em áreas com declividade entre 15 e 30%;
 técnicas de irrigação compatíveis com a disponibilidade de água;
 aquicultura de água doce; apicultura;
 beneficiamento artesanal de produtos da silvicultura, bem como de leite, mel e pescado;
 implantação de saneamento básico nos núcleos rurais;
 instalação ou reativação de postos de saúde na zona rural;
 eletrificação rural;

coleta seletiva e reciclagem do lixo;
 instalação de aterro sanitário, construção, recuperação e melhoria de estradas vicinais para escoamento da produção e de ferrovia para ecoturismo;
 turismo rural e ecológico, controle dos reservatórios e tomadas de água utilizados para abastecimento público;
 preservação do patrimônio histórico e cultural;
 criação de áreas de Interesse especial para valorização do patrimônio histórico e cultural e das manifestações da cultura local;
 automonitoramento ambiental;

escola com currículo adequando à realidade local;
 técnicas agrícolas, em substituição a prática das queimadas;
 manutenção dos sítios; e
 controle dos reservatórios e tomadas de água utilizados para abastecimento público e Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos, de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.
 Art. 20 A Subzona do Núcleo Urbano de Ipojuca compreende a área urbana consolidada de Ipojuca e as áreas de crescimento desordenado em conflito com o cultivo da cana-de-açúcar e ocupa o topo e a base de colinas (sedimentares) terciárias da Formação Cabo.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:
 ocupação do solo ordenada, núcleo urbano dotado de Infra-estrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água, resíduos sólidos e drenagem;
 recursos hídricos superficiais e subterrâneos protegidos e monitorados;
 economia urbana diversificada e dinamizada;
 mercado de trabalho ampliado para absorver a força de trabalho local;
 mão-de-obra qualificada e ocupada, cidade dotada de áreas verdes ou locais de lazer para a população;
 comunidade assistida e ambientalmente conscientizada, com participação efetiva no processo da gestão pública; e
 patrimônio histórico e cultural preservado e município dotado de Plano Diretor e legislação básica.

§ 2º Proíbe-se nessa Área a construção em áreas de risco (áreas sujeitas a deslizamentos de terra, soterramentos e inundações).

ocupação da faixa de serventia da PE-060;
 lançamento, nos cursos de água, de efluentes domésticos e industriais, sem tratamento adequado;
 obras que venham a descaracterizar o patrimônio histórico e cultural; e
 instalação de lixões e aterros, assim como disposição de lixo em locais inadequados.

§ 3º É tolerada a urbanização de encostas com declividade entre 15 e 30%, mediante estudo e licenciamento.

§ 4º Serão Incentivadas nessa área:

áreas para expansão urbana;
 ordenamento do uso e ocupação do solo;
 disciplinamento da malha urbana para melhoria do sistema viário;
 a ampliação da área verde por habitante;
 diversificação da economia urbana através da implantação de unidades industriais de pequeno porte;
 instalação de indústrias de beneficiamento de produtos regionais (mel, pescado e frutas);
 expansão/fortalecimento do comércio e dos serviços para atendimento à demanda local e regional bem como ao turismo;
 capacitação da mão-de-obra local para as atividades urbanas tradicionais e as de apoio ao turismo;
 implantação do sistema de esgotamento sanitário e de drenagem tanto nas áreas urbanas consolidadas como nas áreas de expansão;
 adequação da atividade industrial com sistema de controle da poluição;
 consórcio para coleta seletiva de lixo e reciclagem;
 preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural;
 criação de áreas de interesse especial para valorização do patrimônio histórico e das manifestações da cultura local;
 criação de consórcios para coleta, transporte, tratamento e destinação dos resíduos sólidos; e
 áreas para aglomerado industrial e (Re)enquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

Art. 21 A Subzona do Núcleo Urbano de Sirinhaém corresponde à cidade de Sirinhaém, que está situada no topo e na encosta de morros cuja altitude varia de 70 a 100 metros e compreende a área urbana consolidada e as áreas de expansão recente, em conflito com a cultura da cana-de-açúcar.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:
 ocupação do solo ordenada; circulação interna desobstruída;
 núcleos urbanos dotados de Infra-estrutura de esgotamento sanitário, abastecimento de água, resíduos sólidos e drenagem;
 recursos hídricos protegidos, conservados e monitorados;
 economia urbana diversificada e fortalecida;
 mercado de trabalho ampliado para absorver a força de trabalho local;
 mão-de-obra qualificada;
 comunidade organizada, assistida e ambientalmente conscientizada, com participação efetiva no processo da gestão pública;
 patrimônio histórico e cultural preservado;
 município dotado de Plano Diretor e legislação básica; e
 cidade dotada de áreas verdes ou locais de lazer para a população.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

construção em áreas de risco (áreas sujeitas a deslizamentos de terra, soterramentos e inundações);
 aterro de cursos de água ou construção sobre riachos e canais;
 lançamento, nos cursos de água, de efluentes domésticos e industriais, sem tratamento adequado;
 obras que venham a descaracterizar o patrimônio histórico e cultural; e
 instalação de matadouros, lixões e aterros, assim como disposição de lixo em locais inadequados.

§ 3º É tolerada a urbanização de encostas com declividade entre 15 e 30%, mediante estudo e licenciamento.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

áreas para expansão urbana;
 ordenamento do uso e ocupação do solo;
 reestruturação da malha urbana para desobstrução do fluxo de veículos;
 a ampliação da área verde por habitante;
 diversificação da economia urbana através da implantação de unidades industriais de pequeno porte;
 instalação de indústrias de beneficiamento de produtos regionais (mel, pescado e frutas);
 expansão/fortalecimento do comércio e dos serviços para atendimento à demanda local e regional bem como ao turismo;
 capacitação da mão-de-obra local para as atividades urbanas tradicionais e as de apoio ao turismo;
 implantação do sistema de esgotamento sanitário e de drenagem tanto das áreas urbanas consolidadas como das áreas de expansão;
 instalação, nas indústrias, de sistema adequado de controle da poluição; preservação e revitalização do patrimônio histórico e cultural;
 criação de áreas de interesse especial para valorização do patrimônio histórico e das manifestações da cultura local;
 criação de consórcios para coleta, transporte, tratamento e destinação e reciclagem dos resíduos sólidos;
 relocação do matadouro da área urbana;
 Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos, de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

SUBSEÇÃO VI

Da Zona de Proteção Ambiental Estuarina e Ecossistemas Integrados

Art. 22 A Zona de Proteção Ambiental Estuarina e Ecossistemas Integrados é formada por quatro subzonas:
 Subzona do Complexo Ambiental Litorâneo do Cabo de Santo Agostinho, abrangendo as matas de Zumbi, Duas Lagoas, Camaçari e o estuário dos rios Pirapama-Jaboatão;
 Subzonas Estuarinas dos rios Formoso, Sirinhaém-Maracajipe e Ipojuca-Merepe;
 Subzona do Complexo Ambiental Ilhetas-Mamucabas; e
 Subzona do Complexo Ambiental dos Rios Una e Melreles.

Art. 23 A Subzona Complexo Ambiental Litorâneo do Cabo de Santo Agostinho compreende a porção norte oriental do Complexo Industrial Portuário de Suape, localizado à retaguarda das Praias de Paiva e da área urbanizada das Praias de Itapuama, Enseada dos Corais e Gabu e inclui parte da ZPEC de Suape, as RESEC_s de Camaçari, Duas Lagoas e Zumbi, parte da Área de Proteção Ambiental estuarina dos rios Jaboatão e Pirapama, além de áreas alagadas e alagáveis, entomo da Reserva Ecológica de Duas Lagoas.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:
 Reservas Ecológicas implantadas, recuperadas e preservadas;
 recursos hídricos conservados e monitorados;
 fauna fluvial e estuarina recuperada e conservada;
 remanescente de vegetação de restinga preservado;
 unidades de Conservação com categorias redefinidas;
 áreas verdes e de preservação rigorosa do loteamento Enseada dos Corais Incorporadas a Reserva Ecológica do Zumbi;
 posseiros das Unidades de Conservação/ZPEC realocados;
 instrumentos normativos criados; e
 Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos de acordo com a Resolução CONAMA 20/86 e comunidade socialmente assistida, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

desmatamento e remoção de cobertura vegetal;
 aterro e drenagem das áreas alagadas e alagáveis no entorno das reservas ecológicas;
 parcelamento para fins urbanos e ocupação com edificações em área de reserva, preservação permanente alagáveis / alagadas;
 ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água;
 extração mineral em áreas de reservas e áreas de matas;
 aterro do manguezal;
 lançamento de efluentes domésticos e industriais sem tratamento;
 pesca predatória; e
 disposição de resíduos sólidos.

§ 3º É tolerada a circulação de embarcações, no estuário, mediante zoneamento.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

recomposição e ampliação da área das Reservas Ecológicas;
 reconstituição e proteção da fauna silvestre;
 relocação dos posseiros em áreas adequadas;
 ostricultura no estuário;
 uso de embarcação a vela e a remo nos rios e estuário;
 turismo ecológico;
 reclassificação das Unidades de Conservação; e
 reflorestamento com espécies nativas (cajuíes, mangabeiras, dentre outras).
 Art. 24 A Subzona Estuarinas dos Rios Formoso, Sirinhaém, Maracajipe e Ipojuca-Merepe abrange o conjunto de estuários que se estende da desembocadura do Rio Ipojuca até a margem esquerda do Rio Sirinhaém, bem como a área estuarina do Rio Formoso e apresentam, na maior parte, manguezais extensos e preservados, onde vive uma fauna diversificada que desempenha importante papel na sobrevivência das comunidades rurais e urbanas de baixa renda.
 § 1º As metas ambientais para essa Área são:
 ecossistema estuarino conservado e monitorado;
 pesca e maricultura praticadas de forma sustentável;
 circulação de embarcações, no estuário, apenas nas áreas definidas em zoneamento; e
 comunidade socialmente assistida, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:
 desmatamento e remoção de cobertura vegetal;
 aterro do manguezal; pesca predatória;
 lançamento de produtos tóxicos no estuário;
 instalação de salinas e viveiros no manguezal;
 lançamento, no estuário, de efluentes urbanos ou industriais, sem tratamento adequado;
 parcelamento para fins urbanos e ocupação com edificações em área de reserva, preservação permanente atagáveis / alagadas;
 mineração; e
 coleta, comercialização e transporte de peixes e organismos marinhos com característica ornamental.

§ 3º São tolerados nessa Área:
 viveiros em área de retromangue, mediante licenciamento; e
 circulação de embarcações a motor, no estuário, mediante zoneamento para navegação.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:
 a criação de reserva extrativista nos estuários;
 monitoramento dos recursos hídricos e biológicos estuarinos;
 maricultura (reprodução e engorda), preferencialmente de espécies nativas;
 apicultura;
 uso de embarcação a vela e a remo;
 turismo ecológico, prospeção pesqueira estuarina;
 reflorestamento de matas ciliares; e
 proteção da área do cradouro de cavalos marinhos no Rio Maracajipe e o (Re)enquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

Art. 25 A Subzona do Complexo Ambiental Ilhetas-Mamucabas inserida na APA de Guadalupe, compreende o trecho do litoral Sul que se estende do estuário do Rio Mamucabas até a extremidade meridional da APA, abrangendo, a oeste, as matas da Pedra do Conde e da Glia e caracteriza-se como uma área que apresenta baixa ocupação demográfica, uso rural do solo e belezas cênicas representadas por manguezais, maceóis, praias e afloramentos rochosos.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:
 Remanescentes de Mata Atlântica/Restinga recuperados e conservados;
 restinga da desembocadura dos rios Ilhetas e Mamucabas protegida;
 manejo dos recursos naturais realizado de forma sustentável;
 afloramentos rochosos existentes preservados;
 recursos hídricos conservados e monitorados;
 ecossistema estuarino bem conservado e monitorado;
 atividade pesqueira praticada de forma sustentável;
 atividades econômicas diversificadas, voltadas para o turismo e praticadas de forma sustentável;
 implantação de atividades turísticas e de lazer, voltadas para o turismo rural e ecológico;
 baixa densidade de ocupação da área mantida;
 circulação de embarcações, no estuário, apenas nas áreas definidas em zoneamento; e
 comunidade socialmente assistida, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:
 Corte e Desmatamento da Mata Atlântica, do mangue e da vegetação de restinga;
 aterro de manguezal e de maceóis;
 caça de animais silvestres e pesca predatória;
 instalação de salinas e viveiros no manguezal;
 cultivo em torno das matas sem faixa de proteção (aoelhos) contra fogo;
 cultivo, de ciclo curto, em encostas com declividade >30%;
 lançamento, no estuário, de efluentes domésticos, industriais ou de qualquer natureza, sem tratamento adequado;
 parcelamento do solo com lotes inferiores a 1.000m²;
 impermeabilização do solo em mais de 30% da área do lote;
 construção fixa ou permanente, na faixa de restinga, de proteção da desembocadura dos rios Ilhetas / Mamucabas;
 Edificações definitivas ou qualquer forma de ocupação do solo que impeça ou dificulte o acesso público às praias;
 ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água;
 construção fixa ou equipamento permanente na faixa de praia medida a partir da linha máxima de preamar máxima atual, 33m em direção ao continente;
 extração mineral;
 instalação de lixão e aterro sanitário;
 lançamento de produtos tóxicos no estuário e nas áreas adjacentes; e
 circulação de veículos na faixa de praia.

§ 3º São toleradas nessa Área:
 circulação de embarcações, no estuário, mediante zoneamento;
 pontos de apoio, não permanentes, para embarcações e equipamentos destinados à pesca artesanal, nas praias, respeitando o afastamento de 33 metros, mediante licenciamento ambiental;
 construção e pavimentação de estradas com paralelepípedo, mediante licenciamento.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:
 Criação e Implantação de Unidades de Conservação, para proteção da restinga e do manguezal;
 reflorestamento, com espécies nativas, das encostas com declividade >30% e margens de rios; meliponicultura;
 maricultura, aquicultura no retromangue;
 beneficiamento artesanal de produtos da área (frutas, mel e pescado), associativismo e criação de cooperativas; diversificação agrícola;
 melhoria dos equipamentos sociais e serviços, de modo a assegurar o pleno atendimento à população local e aos visitantes;
 turismo ecológico uso de embarcações a vela e a remo, nos estuários;
 coleta seletiva e reciclagem do lixo;
 criação de consórcio para coleta, tratamento e reciclagem do lixo; e
 regulamentação e controle da pesca de arrasto do camarão e Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

SUBSEÇÃO VII
 Da Zona de Preservação e Conservação da Vida Silvestre

Art. 27 A Zona de Preservação e Conservação da Vida Silvestre é formada por duas subzonas; e

I - G1 - Subzona de Preservação da Vida Silvestre da APA de Guadalupe (REBIO de Saitinho)

II - G2 - Subzona de Conservação da Vida Silvestre da APA de Sirinhaem. Abrange a Ilha Grande e o manguezal da margem direita do rio Sirinhaem, que se encontram disciplinadas nos artigos 26 e 29.

Art. 28 A Subzona de Preservação da Vida Silvestre da APA de Guadalupe (REBIO de Saitinho) localiza-se nos municípios de Tamandaré e Rio Formoso, próximo à PE-060.

§ 1º A Subzona constante deste artigo corresponde à Reserva Biológica de Saitinho criada pelo Decreto Federal no. 88.744 de 21.09.83 e, administrada pelo IBAMA e é constituída por um dos mais representativos e conservados remanescentes de Mata

maricultura;
 criação de unidades de beneficiamento de produtos agrícolas e pescado;
 atividades diversificadas voltadas para o turismo, veraneio e lazer turismo ecológico e rural;
 empreendimentos hoteleiros e turísticos com baixo adensamento;
 Utilização de revestimento solto ou pedra em rodovia, uso de embarcações a vela e a remo, nos estuários;
 coleta seletiva e reciclagem do lixo;
 recomposição das matas ciliares; e
 Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

Art. 26 A Subzona do Complexo Ambiental Una e Meireles estende-se do limite sul do Complexo Ambiental Ilhetas-Mamucabas (Praia do Porto - Barreiros) até o limite do mangue na margem direita do rio Meireles (São José da Coroa Grande) e abrange o trecho final das baías dos rios Una (da altura do Engenho Serra d'Água até a desembocadura) e Meireles (da PE-060 para leste), contendo extensos manguezais, ilhas fluviais, restingas, coqueirais e os núcleos populacionais de Várzea do Una e Abreu do Una.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:
 remanescentes de Mata Atlântica recuperados e preservados;
 vegetação de restinga recuperada e preservada;
 faixa de restinga mantida sem construção permanente;
 recursos naturais manejados de forma sustentável;
 afloramentos rochosos existentes na praia e nas margens do rio Una preservados;
 recursos hídricos conservados e monitorados;
 ecossistemas estuarinos bem conservados e monitorados;
 atividade pesqueira praticada de forma sustentável;
 atividades econômicas diversificadas e praticadas de forma sustentável;
 baixa densidade de ocupação da área, mantida;
 comunidade socialmente assistida, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública;
 aglomerados urbano e rural saneados;
 terra para agricultura disponibilizada aos moradores das comunidades;
 circulação de embarcações a motor, no estuário, apenas nas áreas definidas em zoneamento; e
 área para crescimento das comunidades locais asseguradas.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:
 destruição dos remanescentes da Mata Atlântica;
 corte de mangue e da vegetação de restinga;
 aterro de manguezal, maceóis e garboais;
 ocupação de área legalmente definida como faixa de proteção do relevo e dos corpos de água; caça de animais silvestres;
 pesca predatória. Instalação de viveiros no manguezal;
 cultivo de ciclo curto em encostas com declividade >30%;
 lançamento de lixo e outros resíduos, no estuário, sem tratamento adequado parcelamento do solo com lotes inferiores a 1.000m²;
 impermeabilização do solo superior a 30% da área do lote e construção fixa ou equipamento permanente na faixa de praia medida a partir da linha máxima de preamar, 33m em direção ao continente;
 construção fixa ou permanente, na Ilha Barreira e outras restingas com características similares;
 extração mineral;
 Instalação de lixão e aterro sanitário; e
 circulação de veículos na faixa de praia.

§ 3º São toleradas nessa Área:
 a circulação de embarcações, no estuário, mediante zoneamento;
 pontos de apoio, não permanentes, para embarcações e equipamentos destinados à pesca artesanal, nas praias, respeitando o afastamento de 33 metros, mediante licenciamento ambiental; e
 construção e pavimentação de estradas com paralelepípedo, mediante licenciamento.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:
 Criação e Implantação de Unidades de Conservação, para proteção da restinga e do manguezal;
 reflorestamento, com espécies nativas, das encostas com declividade >30% e margens de rios; meliponicultura;
 maricultura, aquicultura no retromangue;
 beneficiamento artesanal de produtos da área (frutas, mel e pescado), associativismo e criação de cooperativas; diversificação agrícola;
 melhoria dos equipamentos sociais e serviços, de modo a assegurar o pleno atendimento à população local e aos visitantes;
 turismo ecológico uso de embarcações a vela e a remo, nos estuários;
 coleta seletiva e reciclagem do lixo;
 criação de consórcio para coleta, tratamento e reciclagem do lixo; e
 regulamentação e controle da pesca de arrasto do camarão e Reenquadramento (em classes de uso) dos recursos hídricos de acordo com a Resolução CONAMA 20/86.

SUBSEÇÃO VII
 Da Zona de Preservação e Conservação da Vida Silvestre

Art. 27 A Zona de Preservação e Conservação da Vida Silvestre é formada por duas subzonas; e

I - G1 - Subzona de Preservação da Vida Silvestre da APA de Guadalupe (REBIO de Saitinho)

II - G2 - Subzona de Conservação da Vida Silvestre da APA de Sirinhaem. Abrange a Ilha Grande e o manguezal da margem direita do rio Sirinhaem, que se encontram disciplinadas nos artigos 26 e 29.

Art. 28 A Subzona de Preservação da Vida Silvestre da APA de Guadalupe (REBIO de Saitinho) localiza-se nos municípios de Tamandaré e Rio Formoso, próximo à PE-060.

§ 1º A Subzona constante deste artigo corresponde à Reserva Biológica de Saitinho criada pelo Decreto Federal no. 88.744 de 21.09.83 e, administrada pelo IBAMA e é constituída por um dos mais representativos e conservados remanescentes de Mata

Atlântica do Estado e, devido a sua importância e vulnerabilidade em relação à fauna e flora, é considerada como refúgio ecológico.

§ 2º As metas ambientais para essa Área são:

Rebio ampliada pela anexação das reservas legais vizinhas;
uso e ocupação do entorno definidos e disciplinados;
Plano de manejo do Rebio implantado; conflito PE-060/076 x Rebio solucionado;
resultado das pesquisas encaminhado ao IBAMA para cadastramento e divulgação;
levantamento da fauna concluído;
museu do Rebio recuperado; e
200.000 mudas/ano de Mata Atlântica produzidas.

§ 3º Proíbe-se nessa Área:

qualquer uso que importe em alteração de seus atributos naturais;
coleta de material biótico, introdução de espécies da flora e da fauna, estranhas ao ecossistema;
desmatamento e queimadas;
ocupação das nascentes no entorno da área;
extração mineral e vegetal;
caça; e
pesca e visitação para uso recreativo.

§ 4º São toleradas nessa Área:

a pesquisa científica autorizada para Instituições; e
visitação para fins científicos e de Educação Ambiental, mediante autorização, a partir do Plano de Manejo.

§ 5º Serão Incentivadas nessa Área:

a elaboração do Plano de Manejo do Rebio, Direto/ IBAMA;
divulgação dos resultados de pesquisas realizadas; e
ações integradas de proteção da Rebio (INCRA, COMPEGA, CPRH, IBAMA); controle dos reservatórios e tomadas de água utilizados para abastecimento público.

Art. 29 A Subzona de Conservação da Vida Silvestre da APA de Sirinhaem corresponde à área estuarina localizada na margem direita do Rio Sirinhaem, onde existem várias ilhas ocupadas por pescadores/agricultores e está constituída por manguezais extensos e conservados que funcionam como berçário de espécies da fauna marinha e estuarina.

§ 1º As metas ambientais para essa Área são:

Ecossistema estuarino conservado e monitorado;
atividade pesqueira e aquicultura desenvolvidas de forma sustentável;
zoneamento da área estuarina para circulação de embarcações definido;
atividades econômicas diversificadas desenvolvidas de forma sustentável;
recursos hídricos conservados e monitorados;
comunidade socialmente assistida, ambientalmente conscientizada e com participação efetiva no processo de gestão pública;

e
uso/ocupação das ilhas pelos pescadores compatível com sua capacidade de suporte das mesmas.

§ 2º Proíbe-se nessa Área:

corte e desmatamento de mangue e da vegetação de restinga;
atmo de manguezal; pesca predatória;
lançamento de produtos tóxicos no estuário;
lançamento, nos rios que desagüam no estuário, de efluentes urbanos ou industriais sem tratamento adequado, bem como de lixo de qualquer natureza;
instalação de viveiros no manguezal, parcelamento do solo para fins urbanos;
mineração comercial;
carvoaria; e
uso de agroquímicos nas áreas adjacentes da APA.

§ 3º São tolerados nessa Área:

viveiros em área de retromangue, mediante licenciamento; e
circulação de embarcações a motor no estuário, mediante zoneamento para navegação.

§ 4º Serão Incentivadas nessa Área:

criação de reserva extrativista no estuário;
maricultura (reprodução e engorda), preferencialmente de espécies nativas;
uso de embarcação à vela e à remo;
atividades produtivas tradicionais;
relocação da população das ilhas, onde a ocupação for imprópria, para local adequado, próximo do manguezal;
coleta seletiva e reciclagem do lixo; e
instalação de equipamentos de segurança e prevenção.

SEÇÃO V

Da Competência Administrativa e/ou Gestão do Litoral Sul

Art. 30. Compete à CPRH:

exercer a supervisão e a fiscalização das atividades implantadas no litoral sul, respeitada a competência municipal e as dos órgãos executores;
articular as ações existentes e previstas para efetivar a implantação do ZEEC;
celebrar convênios;
licenciar a instalação, construção, modificação, ampliação e funcionamento de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;
exercer o papel de polícia administrativa e impor as penalidades previstas na legislação ambiental vigente, no âmbito de suas

competências; e

exercer outras competências que lhe foram atribuídas pela Lei n.º 11.516, de 30 de dezembro de 1997, e seu Regulamento Instituído através do Decreto n.º 20.586, de 28 de maio de 1998.

Art. 31 O monitoramento das ações realizadas no litoral poderá ser auxiliado por organizações governamentais e não governamentais.

Art. 32 A comunidade se fará representar por Associações devidamente registradas nos moldes previstos pela legislação civil vigente.

Art. 33 Para suporte da gestão ambiental do litoral sul, é necessário que sejam realizadas, dentre outras atividades, sob a coordenação da CPRH:

elaboração de cadastro de atividades de modo a conhecer e possibilitar um melhor monitoramento da qualidade ambiental da área;
atualização e detalhamento cartográfico;

programação de atividades para a conscientização da comunidade e dos agentes envolvidos no litoral sul;
elaboração e implantação de Projeto de Treinamento da população local, para atendimento dos diversos usos previstos no Zoneamento;

Implantação de um Sistema de Informações Geo-referenciadas;
Implantação de um programa de recuperação de áreas degradadas;

realização de estudos bióticos visando identificar espécies da fauna e flora endêmicas e ameaçadas de extinção, bem como a identificação de áreas de pouso de aves migratórias; e
revisão dos estudos do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro, de quatro em quatro anos, podendo, a critério da CPRH, definir periodicidade diversa, a depender da dinâmica sócio-econômica atuante no litoral sul, na sua totalidade ou em trechos específicos.

Art. 34. A CPRH, antes de emitir a licença ambiental, ouvirá os organismos municipais, estaduais e federais, que atuam na área de atividade a ser licenciada.

Art. 35 Qualquer processo de solicitação de Licença Ambiental, deverá atender as Instruções definidas no Capítulo III da Lei n.º 11.516, de 1997, e o disposto no seu respectivo Regulamento, através do Decreto n.º 20.586, de 1998.

Art. 36 Deverão ser levados em conta, no caso da implantação de projetos de urbanização, no litoral sul:

I - adequação com o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro, apresentado de conformidade com este instrumento legal;

II - solução de sistema de saneamento básico;

III - projeto de sistema viário, sempre que possível em curvas de nível e rampas suaves com galerias pluviais;

IV - lotes e/ou frações ideais de tamanho mínimo suficiente para o plantio de árvores em, pelo menos, 20% da área do terreno, na área da APA de Guadalupe e de Sirinhaem; e

V - garantia do mínimo de 35% de área de domínio público (sistema viário, áreas verdes, equipamentos comunitários), para loteamentos, condomínios e empreendimentos turísticos.

Art. 37. Todo e qualquer empreendimento urbanístico com alteração do solo que pretenda se implantar na área deverá estar, obrigatoriamente, enquadrado em uma categoria de parcelamento do solo.

Art. 38. Qualquer projeto apresentado à CPRH deverá respeitar o Índice de permeabilidade (Ip) previsto neste Zoneamento e, quando se tratar de condomínio dividido em fração ideal, e atendido o índice máximo permitido, não poderá se dar nenhuma ampliação futura da área ocupada.

SEÇÃO VI

Das Disposições Gerais

Art. 39. Por se tratar de área situada na Zona Costeira, como parte integrante do Patrimônio Nacional, o acesso à praia se constitui em uma importante garantia a ser considerada na implantação efetiva do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro, não devendo, nenhum tipo de empreendimento impedir ou dificultar o acesso a esse bem de uso comum.

Art. 40. A CPRH poderá apoiar tecnicamente o Poder Público Municipal para elaborar planos de ordenamento urbano/ambiental específicos, nas zonas de ocupação deste setor do litoral sul.

Art. 41. Fica proibida a construção fixa ou equipamentos permanentes na faixa de praia, medida 33m em direção ao continente, a partir da linha de preamar máxima atual, da maré de sizígia.

Art. 42. Sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados, os infratores das disposições deste Decreto e das normas regulamentares dele decorrentes ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 1.000 a 100.000 vezes o valor da UFIR (Unidade Fiscal de Referência);

III - interdição da atividade, temporária ou definitiva;

IV - embargo; e

V - demolição.

§ 1º A multa será recolhida, de conformidade com o valor da UFIR ou outro índice que vier a substituí-la na data do efetivo pagamento.

§ 2º Nos casos de reincidência específica, a multa corresponderá ao dobro da anteriormente imposta.

§ 3º As penalidades serão aplicadas de acordo com a gravidade da infração, os antecedentes do infrator, as atenuantes e as agravantes, na forma dos regulamentos.

§ 4º O valor referente a 50% (cinquenta por cento) das multas serão investidas em metas ambientais, descontas acima.

Art. 43. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 29 de dezembro de 1999.

JARBAS DE ANDRADE VASCONCELOS - Governador do Estado

CLÁUDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO/ CYRO EUGÊNIO VIANA COELHO / CARLOS EDUARDO CINTRA DA COSTA
PEREIRA/ ANDRÉ CARLOS ALVES DE PAULA FILHO / SEBASTIÃO JORGE JATOBÁ BEZERRA DOS SANTOS / JOSÉ
ARLINDO SOARES

**LEI DE GERENCIAMENTO COSTEIRO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.
LEI Nº 14. 258, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.**

Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I
DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, que tem por objetivo geral disciplinar e orientar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado de Pernambuco, através de instrumentos próprios, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais, à proteção dos ecossistemas, da beleza cênica e do patrimônio natural, histórico e cultural, atendidos os seguintes objetivos específicos:

- I - promover o equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente protegido, tendo em vista o seu uso coletivo;
- II - promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão da zona costeira;
- III - planejar e estabelecer as diretrizes para a instalação e o gerenciamento das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo integrado, descentralizado e participativo, garantindo a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos;
- IV - promover e apoiar a preservação, a conservação, a recuperação e o controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da zona costeira;
- V - incentivar o desenvolvimento de atividades que respeitem as limitações e as potencialidades dos recursos ambientais e culturais, conciliando as exigências do desenvolvimento com a sua proteção;
- VI - fomentar o desenvolvimento de ações e de pesquisas relacionadas a medidas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas na zona costeira;
- VII - apoiar a capacitação da comunidade para a participação ativa na defesa do meio ambiente e de sua melhor qualidade de vida;
- VIII - fortalecer as instituições de pesquisa meteorológica e climatológica, com definição de mecanismos para produção de conhecimento com base regionalizada, referente a fenômenos e mudanças climáticas na zona costeira;
- IX - fomentar o desenvolvimento de ações de monitoramento dos recursos naturais e ocupações da zona costeira;
- X - promover ações de recuperação e regeneração das praias;
- XI - promover a integração do Sistema Estadual de Informações do Gerenciamento Costeiro com os outros sistemas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e de uso do solo;
- XII - promover e apoiar a capacitação dos servidores dos municípios da zona costeira para fortalecer o controle urbano ambiental.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Art. 2º A zona costeira é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos naturais renováveis e não renováveis, levando em conta as inter-relações do meio físico e biológico com as atividades sócio-econômicas.

§ 1º A Zona Costeira do Estado de Pernambuco abrange uma faixa terrestre composta pelos municípios costeiros e uma faixa marítima de 12 milhas náuticas das Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial.

§ 2º A faixa terrestre da Zona Costeira do Estado de Pernambuco é composta pelos municípios costeiros, subdividida nos seguintes setores:

I - Setor Norte, composto pelos Municípios: Goiana, Itamaracá, Igarassu, Araçoiaba, Abreu e Lima, Paulista, Itapissuma e Itaquitanga;

II - Setor Núcleo Metropolitano, composto pelos Municípios: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata, Camaragibe e Moreno;

III - Setor Sul, composto pelos Municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande.

§ 3º Os Municípios criados, após a aprovação desta Lei, situados nas áreas abrangidas pelos setores estabelecidos neste artigo, passarão automaticamente a fazer parte integrante da zona costeira estadual.

§ 4º Outros municípios poderão pleitear sua integração na relação constante deste artigo, mediante justificativa circunstanciada a ser analisada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA e aprovada pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CONSEMA/PE.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art. 3º São instrumentos da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, aplicados de forma articulada e integrada:

I - o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, que define as responsabilidades e os procedimentos institucionais para a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro;

II - os Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro - PMGC, a serem estabelecidos por lei específica de cada município integrante da zona costeira, que define as responsabilidades e os procedimentos institucionais para a implementação do plano;

III - o Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, que define, de forma participativa, ações articuladas nas 03 (três) esferas de Governo, e diretrizes ambientais, a partir da construção de cenários prospectivos de uso e ocupação da orla;

IV - o Sistema Estadual de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO, componente do Sistema Nacional de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho - SIGERCOM, que é o banco de dados e informações do PNGC e PEGC;

V - o Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação Ambiental da Zona Costeira - SMA-ZC, que é a estrutura operacional de coleta e análise de dados e informações, apoiado nas seguintes sistematizações:

a) Diagnóstico Socioambiental dos Setores Sul, Norte e Núcleo Metropolitano, que reúne informações, em escala estadual, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da Zona Costeira do Estado Pernambuco;

b) Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA/ZC, que consiste no procedimento de consolidação periódica das informações produzidas pelo monitoramento e avaliação das medidas e ações desenvolvidas;

VI - o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC, que é o instrumento balizador do processo de ordenamento territorial, com aplicação regulamentada pelo Decreto nº 21.972, de 29 de dezembro de 1999, pelo Decreto nº 24.017, de 07 de fevereiro de 2002, alterado pelo Decreto nº 28.822, de 16 de janeiro de 2006.

CAPITULO IV DA GESTÃO ESTADUAL COSTEIRA

Art. 4º Para elaboração e implementação de quaisquer instrumentos de planejamento, ordenamento e gestão territorial da zona costeira deverão ser levadas em consideração as características sócio-ambientais, as diretrizes e as metas de proteção ambiental estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro - ZEEC, bem como nos planos de gestão integrada da orla marítima - Projeto Orla.

Art. 5º O licenciamento ambiental de atividades, obras e empreendimentos na zona costeira, além da legislação ambiental, deverá obedecer às diretrizes e as metas de proteção ambiental estabelecidas no ZEEC, bem como nos planos de gestão integrada da orla marítima - Projeto Orla.

Art. 6º A implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro será coordenada pela SECTMA, de forma articulada com as 03 (três) esferas do Governo, os municípios, órgãos, instituições e organizações da sociedade.

Art. 7º Os Municípios da Zona Costeira elaborarão seus respectivos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro e os Planos de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Decreto Federal nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004, de modo participativo com os municípios, órgãos, instituições e organizações da sociedade.

CAPITULO V DAS DIRETRIZES GERAIS PARA OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA

Art. 8º Fica proibida qualquer intervenção na faixa marítima, na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos, a fim evitar o agravamento dos processos erosivos.

Parágrafo único. Excetua-se as intervenções que venham a minimizar os efeitos erosivos já instalados e potencializar a regeneração das praias, comprovadas mediante estudos específicos relacionados à dinâmica costeira e ao licenciamento ambiental.

Art. 9º Para manutenção do suprimento sedimentar da praia não será permitido edificações em áreas de tómbolo, saliências, esporões arenosos, bancos de sedimentos arenosos ou lamosos, dunas móveis, deltas de maré, ou quaisquer feições deposicionais sedimentares, que tenham resultado do crescimento natural da costa ou da implantação de obras costeiras.

Art. 10. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado o livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse público e de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1º Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detritico, tal como areias, cascalhos, seixos, pedregulhos, incluindo a vegetação

rasteira até onde comece outro ecossistema, respeitados os limites dos terrenos de marinha e dos terrenos alodiais, sujeitos a regime jurídico diferenciado.

§ 2º Para as áreas urbanizadas não será permitido qualquer tipo de instalações de novas construções, urbanização ou outra forma de utilização do solo na zona costeira, na faixa de 33 m (trinta e três metros), considerada como “non aedificandi”, ou valor superior a este quando comprovado em estudo técnico, medidos perpendicularmente em direção ao continente, a partir da linha de preamar máxima da sizígia atual, salvo quando determinado a maior ou a menor por legislação municipal.

§ 3º Para as áreas não urbanizadas, a ocupação na faixa de 33m (trinta e três metros) a 100m (cem metros), a partir da linha de preamar máxima de sizígia atual, será precedida de estudo técnico, para definição do limite de proteção, sendo sempre considerada uma faixa mínima “non aedificandi”, conforme estabelecido no parágrafo anterior”.

Art. 11. O Poder Público assegurará o acesso às praias e ao mar considerando os seguintes critérios, estabelecidos no Decreto Federal de nº 5.300, de 2004:

I - nas áreas a serem loteadas, o projeto do loteamento identificará os locais de acesso à praia, conforme competências dispostas nos instrumentos normativos estaduais ou municipais;

II - nas áreas já ocupadas por loteamentos à beira mar, sem acesso à praia, o Poder Público Municipal, em conjunto com o órgão ambiental, definirá as áreas de servidão de passagem, responsabilizando-se por sua implantação; e

III - nos imóveis rurais, condomínios e quaisquer outros empreendimentos à beira mar, o proprietário será notificado pelo Poder Público Municipal, para prover os acessos à praia, com prazo determinado, segundo condições estabelecidas em conjunto com o órgão ambiental.

Parágrafo único. O acesso que trata o caput deste artigo deverá ter uma largura mínima de 4m (quatro metros), e a distância de um acesso a outro não deverá ser superior a 250m (duzentos e cinquenta metros).

Art. 12. A instalação de estruturas de apoio à pesca e às atividades náuticas para acostagem e ancoragem de embarcações, bem como embarque e desembarque dos seus usuários, além de estruturas de apoio para instalações portuárias, terminais, dutos, plataformas e instalações similares, ficarão sujeitos ao prévio licenciamento ambiental, que deverá considerar os efeitos dessas obras ou atividades sobre a dinâmica costeira, bem como à autorização da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quanto à utilização da área de bem de uso comum do povo.

CAPITULO VI DOS INCENTIVOS

Art. 13. O Poder Público apoiará tecnicamente as seguintes atividades:

I - estudos e pesquisas de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

II - a difusão de tecnologias de manejo adequado dos recursos ambientais;

III - a divulgação de dados, informações ambientais sobre a necessidade de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente;

IV - a participação da iniciativa privada nas ações de proteção ambiental;

V - o desenvolvimento de ações e pesquisa, de mitigação e de adaptação aos eventos extremos e às mudanças climáticas na gestão costeira;

VI - o desenvolvimento de ações de monitoramento e avaliação dos recursos naturais e das ocupações dos espaços;

VII - o desenvolvimento de ações de educação ambiental e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.

Art. 14. O Poder Executivo Estadual, dentro do âmbito da sua legislação tributária própria, poderá criar mecanismos que venham a contemplar os Municípios ou proprietários que abriguem áreas especialmente protegidas por esta Lei.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. O Poder Executivo Estadual deverá estimular a revisão dos planos diretores municipais e as leis de uso do solo para adequação das normas definidas na presente Lei.

Art. 16. A SECTMA, no prazo de até 05 (cinco) anos, a contar da publicação desta Lei, deverá realizar os seguintes estudos, diretamente ou por meio de equipe técnica contratada ou conveniada, com o objetivo de:

I - implantar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, sob a sua coordenação, prevendo os mecanismos de gerenciamento ambiental, as ações estratégicas, a articulação institucional, as inter-relações com os 03 (três) níveis de Governo e a sociedade civil;

II - implantar o Sistema de Informações de Gerenciamento Costeiro do Estado, sob a sua coordenação, definindo as vinculações com as instituições que detenham informações federais, municipais, estaduais;

III - determinar a linha de preamar máxima de sizígia atual e o seu monitoramento, no prazo de até 03 (três) anos, para fins de definir a área “non aedificandi” estabelecida no art. 10 desta Lei.

Parágrafo único. Até o estabelecimento da linha de que trata o inciso III do caput deste artigo, será considerada, para fins de licenciamento, a faixa “non aedificandi”, a medida a partir da linha de preamar máxima atualmente levantada em campo pelo órgão licenciador.

Art. 17. Os Municípios que compõem a Zona Costeira do Estado de Pernambuco, relacionados no art. 2º da presente Lei, deverão implantar os respectivos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro - PMGC, a ser estabelecido por lei municipal, definindo uma Política local de Gerenciamento Costeiro, nos termos do Decreto Federal nº 5.300, de 2004.

Art. 18. A SECTMA deverá apoiar a mobilização dos gestores municipais e a captação de recursos para elaboração de seus PMGC.

Art. 19. O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei mediante decreto.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 23 de dezembro de 2010.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS

Governador do Estado

ANDERSON STEVENS LEÔNIDAS

LUIZ RICARDO LEITE DE CASTRO LEITÃO

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

TERMO DE COMPROMISSO 05/2009

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, a teor do disposto no art. 5º, § 6º da Lei 7.347, de 24.07.85, *por seu Representante, titular da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca, Dr. Salomão Abdo Aziz Ismail Filho*, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado COMPROMITENTE;

o **MUNICÍPIO DO IPOJUCA**, pessoa jurídica de direito público interno (art. 41-III do CC), CNPJ 11.294.386/0001-08, com sede na Rua Coronel João de Souza Leão, s/nº, Centro, Ipojuca (PE), CEP 55590-000, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PEDRO SERAFIM DE SOUZA FILHO, RG 1007729, CPF 833.973.614-00, filho de Pedro Serafim de Souza e Dilza de Vasconcelos Souza, natural de Ipojuca (PE), nascido em 22.06.53, Prefeito do Município de Ipojuca, residente na Rua Hilda da Costa Monteiro, s/nº, Centro, Ipojuca (PE);

A AJPG - ASSOCIAÇÃO DOS JANGADEIROS DE PORTO DE GALINHAS, CNPJ 03.319.466/0001-42, com sede na Rua da Esperança, s/n, Praça das Piscinas Naturais, Porto de Galinhas, Ipojuca (PE), doravante denominada COMPROMISSÁRIA, neste ato representado pelo seu Presidente, JOSÉ HUMBERTO DA SILVA, RG 506.103-SSP/PE, CPF 031.696.754-86, filho de José Amaro da Silva e Marizete da Conceição e Silva, natural de Sirinhaém (PE), nascido em 30.08.77, Jangadeiro, residente na Rua do Socó, Praça da Televisão, Porto de Galinhas, Ipojuca (PE);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

CONSIDERANDO que, conforme o art. 127, *caput*, c/c o art. 129-II e III, da CF/88, ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal (Ouvidor do Povo), além de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do meio ambiente, dentre outros interesses difusos e coletivos.

CONSIDERANDO que o art. 225 da Constituição Federal preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO a existência do **Inquérito Civil 011/2009**, em trâmite na 2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca (PE), que apura a ausência de fiscalização e de medidas de preservação ambiental nas piscinas naturais da praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca (PE);

RESOLVEM CELEBRAR o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE CONDUCTA**, conforme as condições das cláusulas e parágrafos a seguir especificados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

I-DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª – O presente termo tem por objeto a execução de medidas de controle e acesso, visando à preservação do ambiente recifal da Praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca (PE).

II-DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 2ª – A AJPG - ASSOCIAÇÃO DOS JANGADEIROS DE PORTO DE GALINHAS compromete-se a observar as seguintes normas durante o passeio de jangada no ambiente recifal da Praia de Porto de Galinhas:

1. Apenas permitir visitas aos recifes, no passeio de jangada, através de fila única ou de passantes controlados dentro das trilhas, mediante zoneamento por cabos e bóias, com duração média 4 horas ao dia para visitação, com o tempo, por cada passeio de jangada, de 45 minutos de visitação, dividido em 20 minutos no máximo para visitação e 25 para banho (mergulho) nas piscinas autorizadas;
2. Cada grupo que visitar os recifes, no passeio de jangadas, é obrigado a ter o acompanhamento de um jangadeiro, devidamente qualificado pelo MUNICÍPIO DE IPOJUCA e identificado;
3. O total máximo de pessoas por passeio de jangada é 06 (seis), incluídas crianças e adultos;
4. Realizar, diariamente, por jangadeiro, o seguinte número de passeios de jangada, respeitando a fila única e o horário da maré baixa: *janeiro, 04*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

passeios; fevereiro, 04 passeios; março, 03 passeios; abril, 02 passeios; maio, 02 passeios; junho, 02 passeios; julho, 03passeios; agosto, 02 passeios; setembro, 03 passeios; outubro, 03 passeios; novembro, 04 passeios e dezembro, 04 passeios;

5. Apenas permitir a circulação de embarcações que atendam as normas de navegação da Marinha do Brasil (NORMAM), observado o zoneamento efetuado pelo MUNICÍPIO DE IPOJUCA;
6. A área de embarque e desembarque do passeio de jangada, tanto na faixa da praia, em frente à praça das piscinas naturais, ou no ambiente recifal, deverá ser feita dentro das áreas demarcadas pelo MUNICÍPIO DE IPOJUCA;
7. Apenas autorizar a navegação dos seus associados nos canais de navegação nas marés de lua nova e de lua cheia;
 1. Quando a maré estiver subindo, as jangadas deverão continuar a respeitar as áreas delimitadas pelo MUNICÍPIO DE IPOJUCA;
8. Apenas autorizar a navegação dos seus associados, sobre os recifes, nas marés de quarto minguante e quarto crescente, ou quando a maré estiver alto observado o corredor de navegação indicado pelo MUNICÍPIO DE IPOJUCA;
9. A venda de passeios de jangada apenas será realizada através da cabine de vendas do passeio de jangadas, administrada pela AJPG, na beira mar de Porto de Galinhas;
10. Instituir as seguintes punições, a serem aplicadas gradativamente, observado o Princípio da Ampla Defesa (art. 5º-LV da CF/88), conforme a reiteração do descumprimento das metas estabelecidas para os associados



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

que não cumprirem as obrigações supramencionadas: suspensão por 02 (dois) dias das atividades turísticas; suspensão de 05 (cinco) dias das atividades turística; multa no valor de 03 (três) salários mínimos e suspensão das atividades por 20 (vinte) dias; exclusão dos quadros dos associados, todas as punições;

11. Apenas aceitar jangadeiros para realizar as atividades turísticas no ambiente recifal de Porto de Galinhas, os quais apresentem licença de operação de funcionamento da SECRETARIA DE TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE IPOJUCA;
12. Não realizar o tráfego de jangadas mesmo na maré (subindo) em área delimitada por cabos e bóias;
13. Buscar diminuir, entre os seus associados, a distribuição de rações entre os peixes do ambiente recifal de Porto Galinhas.

CLÁUSULA 3ª – O MUNICÍPIO DE IPOJUCA compromete-se a:

1. Fiscalizar, diariamente, através da equipe técnica da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente, o cumprimento da cláusula 2a;
2. Demarcar o ambiente recifal de Porto de Galinhas com cabos e bóias;
3. Proibir, no ambiente recifal, as seguintes atividades:
 - 3.1. Extração de corais e algas calcárias;
 - 3.2. Extração de substrato recifal, cascalho e areia;
 - 3.3. Pesca de polvo e de vara;
 - 3.4. Coleta de qualquer espécime aquático vivo;
 - 3.5. Coleta, comercialização e transporte de peixes e organismos de característica ornamental;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

- 3.6. Captura comercialização e transporte de mero e tubarão lixa;
- 3.7. Ancoragem de embarcações nos recifes;
- 3.8. Construção, qualquer que seja ela, sobre os recifes;
- 3.9. Lançamento de resíduos e efluentes de qualquer natureza;
- 3.10. Rede de espera para a pesca;
- 3.11. Remar sobre os recifes nas áreas de preservação;
- 3.12. Utilização de bulina na navegação sobre os recifes;
- 3.13. O consumo e a venda de bebidas e alimentos;
- 3.14. A presença de animais domésticos;
- 3.15. A utilização de materiais de pesca;
- 3.16. O comércio ambulante;
- 3.17. Embarcações a motor de polpa;
- 3.18. Pessoas sem pulseira de identificação;
- 3.19. Crianças sem o responsável legal;
- 3.20. Apoitamento (estacionamento) de jangadas em locais fora da área de ancoragem demarcadas com cabos.

III-DO INADIMPLEMENTO

CLÁUSULA 4ª – O não cumprimento injustificado, pelos COMPROMISSÁRIOS, de qualquer das cláusulas deste Termo de COMPROMISSO, no todo ou em parte, importará no pagamento de uma multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser **cobrada da Associação compromissada e do Gestor Público que ora assina o presente termo**, sendo executada judicialmente, independentemente de outras sanções legais porventura aplicáveis.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

PARÁGRAFO PRIMEIRO – antes da execução do termo, o compromissário inadimplente será previamente intimado pelo MPPE para se manifestar a respeito da denúncia de descumprimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor resultante da multa por inadimplemento será integralmente revertido em favor do fundo previsto no art. 13 da Lei 7.347/85, observado o disposto no parágrafo único da referida norma jurídica.

IV-DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA 5ª – OS COMPROMISSÁRIOS, mensalmente, comprometem-se a enviar relatório circunstanciado ao MPPE, através da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca, a respeito do cumprimento das cláusulas e das obrigações estabelecidas neste termo.

V-DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA 6ª – O Ministério Público de Pernambuco fará publicar, em espaço próprio, no Diário Oficial do Estado, o presente Termo de Compromisso de Conduta.

VI-DO FORO

CLÁUSULA 7ª – A Vara da Fazenda Pública e Direito Marítimo da Comarca de Ipojuca (PE) será o foro competente para dirimir quaisquer dúvidas, bem como



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

para processar e julgar, em 1ª instância, demandas oriundas deste instrumento ou de sua interpretação.

VII-DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

CLÁUSULA 8ª – O compromisso de que trata este termo de conduta produzirá efeitos legais a partir da sua celebração e terá a eficácia de título executivo extrajudicial, conforme o art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, e o art. 585, incs. II e VII, do CPC.

CLÁUSULA 9ª – No prazo de 03 (três) meses, serão realizadas as cláusulas deste termo de compromisso, em reunião com o Ministério Público de Pernambuco. Assim, por estarem as partes devidamente compromissadas, firmam o presente termo de COMPROMISSO de conduta, devidamente assinado, em **06 (seis) laudas**, para que produza os efeitos jurídicos e legais necessários.

Ipojuca (PE), 22 de DEZEMBRO de 2009.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
2ª Promotoria de Justiça Cível de Ipojuca

Salomão Abdo Aziz Ismail Filho
Promotor de Justiça

PEDRO SERAFIM DE SOUZA FILHO
Prefeito de Ipojuca

José Humberto da Silva
AJPG - ASSOCIAÇÃO DOS JANGADEIROS DE PORTO DE GALINHAS

APÊNDICES

PESQUISA

GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL EM AMBIENTES RECIFAIS:
Experiência na Praia de Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES
Público alvo: Turistas

Dados e Informações Básicas

Data de aplicação: ____/____/____

Número da Entrevista: _____

1. Tipologia:

2. Gênero: F() M()

3. Idade: _____

3. Escolaridade: () Sem escolaridade () Primeiro Grau () Segundo Grau () Terceiro Grau

4. Profissão: _____ e Local de origem: _____

Percepção Ambiental - Ecossistema Recifal

5. Qual o melhor entretenimento que Porto de Galinhas oferece?

- () Passeio de Buggy
() Mergulhos
() Passeio nos ambientes recifais
() Banho nas piscinas naturais
() Visita aos mangues
() Outros

6. As piscinas naturais são o principal atrativo de Porto de Galinhas. Na sua opinião, como está, atualmente, o estado de preservação daquela área?

- () Excelente
() Bem preservado
() Regular
() Mal preservado
() Não sabe

7. Você acredita que na hipótese dos passeios aos ambientes recifais começarem a ser proibidos, essa medida prejudicaria o turismo a ponto do visitante/turista não querer mais regressar à praia de Porto de Galinhas?

- () Sim () Não () Não sabe

8. Devido à degradação que os ambientes recifais vem sofrendo com o pisoteio humano, qual a melhor forma de preservá-los?

- () Incentivar o mergulho livre e os banhos nas piscinas naturais apropriadas;
() Alternar os dias dos passeios às piscinas
() Diminuir o tempo de permanência dos visitantes nos ambientes recifais;
() Esclarecimentos aos visitantes/turistas sobre a importância de se preservar o ambiente recifal;
() Proibir o passeio sobre os recifes.
() Incentivar a pesca para que a classe dos jangadeiros tenha uma outra alternativa de subsistência.

9. De quem você acha que é a responsabilidade pela preservação do ambiente recifal da Praia de Porto de Galinhas ?

- Banhistas
 Moradores locais
 Jangadeiros
 Proprietários de hotéis/ pousadas, restaurantes/
bares
 Poder público
 Todos

10. Você como turista, voltaria a Porto de Galinhas e a indicaria a outras pessoas?

- Sim Não

Porque sim: _____

Porque não: _____

A Prefeitura Municipal do Ipojuca, por meio da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), lançou o Projeto Blitz Ambiental, que tem como objetivo realizar atividades de conscientização ambiental através de palestras com temas ambientais e de informações de como proceder diante às visitas turísticas nos ecossistemas costeiros do município de Ipojuca.

11. Você conhece o Projeto Blitz Ambiental ou foi abordado por alguém do projeto?

- Sim Não

12. Tem alguma sugestão a fazer para o Projeto Blitz Ambiental?

- Sim

Qual? _____

- Não.

13. Na sua opinião enumere de 1 a 4, em ordem crescente de importância, quais os fatores que agriem o ambiente recifal da praia de Porto de Galinhas?

- Turismo desordenado
 Aquecimento Global
 Poluição Marinha (esgoto, lixo, entre outros)
 Pesca predatória

14. Em uma escala de 1 a 5, em ordem crescente de importância, na sua opinião onde precisa haver mais investimento para a melhoria do turismo de Porto de Galinhas?

- Infraestrutura física (saneamento, água, coleta seletiva do lixo)
 Educação
 Ordenamento do espaço
 Segurança
 Não sabe

PESQUISA

GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA PRESERVAÇÃO DE AMBIENTES RECIFAIS:
Experiência na Praia de Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

Público alvo: Jangadeiros

Dados e Informações Básicas

Data de aplicação: 15-10-2011

Número da Entrevista: _____

1. Tipologia: Jangadeiro

2. Gênero: F () M ()

3. Idade: _____

3. Escolaridade: () Sem escolaridade; () Primeiro Grau; () Segundo Grau; () Terceiro Grau

4. Profissão: _____

Percepção Ambiental - Ecossistema Recifal

5. Qual o melhor entretenimento que Porto de Galinhas oferece?

() Passeio de Buggy

() Mergulhos

() Passeio nos ambientes recifais

() Banho nas piscinas naturais

() Visita aos mangues

() Outros

6. As piscinas naturais são o principal atrativo de Porto de Galinhas. Na sua opinião, como está, atualmente, o estado de preservação daquela área?

() Excelente

() Bem preservado

() Regular

() Mal preservado

() Não sabe

7. Você acredita que na hipótese dos passeios aos ambientes recifais começarem a ser proibidos, essa medida prejudicaria o turismo a ponto do visitante/turista não querer mais regressar à praia de Porto de Galinhas?

() Sim () Não () Não sabe

8. Devido à degradação que os ambientes recifais vem sofrendo com o pisoteio humano, qual a melhor forma de preservá-los?

() Incentivar o mergulho livre e os banhos nas piscinas naturais apropriadas.

() Alternar os dias dos passeios às piscinas

() Diminuir o tempo de permanência dos visitantes nos ambientes recifais.

() Esclarecimentos aos visitantes/turistas sobre a importância de se preservar o ambiente recifal.

() Proibir o passeio sobre os recifes

() Incentivar a pesca para que a classe dos jangadeiros tenha uma outra alternativa de subsistência.

() Outros

Qual (is):

9. De quem você acha que é a responsabilidade pela preservação do ambiente recifal, onde se concentram as piscinas naturais?

() Banhistas

() Moradores locais

() Jangadeiros

() Proprietários de hotéis/ pousadas, restaurantes/ bares

() Poder público

() Todos

10. A preservação dos ambientes recifais tem sido motivo de preocupação entre estudantes pesquisadores, ambientalistas, outros. Na prática, o que a Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas – AJPG vem fazendo (e desde quando), para diminuir os impactos naquela área?

A Prefeitura Municipal do Ipojuca, por meio da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), lançou o Projeto Blitz Ambiental, que tem como objetivo realizar atividades de conscientização ambiental através de palestras com temas ambientais e de informações de como

proceder diante às visitas turísticas nos ecossistemas costeiros do município de Ipojuca.

11. Tem alguma sugestão que gostaria de fazer para o Projeto Blitz Ambiental?

() Sim

Qual?

() Não.

12. Em ordem crescente de importância, enumere de 1 a 4 quais os fatores que agredem o ambiente recifal?

() Turismo desordenado

() Aquecimento Global

() Poluição (esgoto, lixo, entre outros)

() Pesca predatória

() Mergulho autônomo

13. Na sua opinião, numa escala de 1 a 5, em ordem crescente de importância, atualmente, onde precisa haver mais investimento para a melhoria do turismo de Porto de Galinhas?

() Infraestrutura física (saneamento, água, coleta seletiva do lixo)

() Educação

() Ordenamento do espaço

() Segurança

() Não sabe

14. A AJPG tem recebido apoio para manter o trabalho de preservação dos ambientes recifais?

Sim () Não ()

15. De quem é o apoio e como está sendo realizado?

16. É do trabalho levando turistas às piscinas naturais, que os jangadeiros tiram o seu maior sustento. Existe algum entrave dificultando a ação preventiva, contra a degradação, nos ambientes recifais?

Sim () Não ()

Caso positivo, Qual? O que pode ser feito para melhorar?

19. Existe alguma alternativa nova ou sendo trabalhada pela AJPG para ser colocada em prática, principalmente na alta estação, a fim de evitar o aumento do pisoteio nos ambientes recifais?

Sim () Não ()

Caso positivo, qual?

17. O turismo pode ser um aliado no trabalho preventivo dos ambientes recifais?

Sim () Não ()

20. Qual o número de turistas transportado em cada jangada; tempo permitido para ficar nas piscinas naturais e qual a atividade que o turista pode realizar naquele ambiente?

N.º de turistas: _____

Tempo: _____

Atividades: Banho nas piscinas ();

Mergulho livre ();

Observar os cardumes ();

Outra () Qual atividade?

18. Como a Prefeitura, junto com a AJPG, poderia realizar este trabalho, sem prejudicar o sustento dos jangadeiros e oferecendo um serviço de boa qualidade ao turista?

PESQUISA

GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA PRESERVAÇÃO DE AMBIENTES RECIFAIS:
Experiência na Praia de Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES
Público alvo: moradores de Porto de Galinhas

Dados e Informações Básicas

Data de aplicação: ____ / ____ / ____

Número da Entrevista: _____

1. Tipologia:

2. Gênero: F () M ()

3. Idade: _____

3. Escolaridade: () Sem escolaridade () Primeiro Grau () Segundo Grau () Terceiro Grau

4. Profissão: _____

Percepção Ambiental - Ecossistema Recifal

5. Qual o melhor entretenimento que Porto de Galinhas oferece ao visitante/turista?

() Passeio de Buggy

() Mergulhos

() Passeio nos ambientes recifais

() Visita aos mangues

() Banho de mar

() Outros

() Sim.

Qual? _____

() Não.

6. As piscinas naturais são o principal atrativo de Porto de Galinhas. Na sua opinião, como está, atualmente, a preservação naquele ambiente?

() Excelente

() Bem preservado

() Regular

() Mal preservado

() Não sabe

8. O ecossistema recifal de Porto, particularmente onde se concentram as piscinas naturais, vem sofrendo um processo de degradação devido ao pisoteio humano. Na sua opinião qual a melhor forma de preservar as piscinas?

() incentivar o mergulho livre e os banhos nas piscinas naturais. Desde que essas piscinas não sejam as com água parada e sim as que se interligam com o mar (a água é corrente).

() Alternar os dias de passeios nas piscinas

() Diminuir o tempo de permanência dos visitantes/ banhistas nos ambientes recifais (hoje é de 40 minutos)

() proibir o passeio sobre os recifes

() incentivar a pesca como uma segunda alternativa de subsistência para os jangadeiros.

7. Você tem conhecimento de algum projeto e/ou ação da prefeitura para preservar as piscinas naturais da praia de Porto de Galinhas?

A Prefeitura Municipal do Ipojuca, por meio da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), lançou o Projeto Blitz Ambiental, que tem como objetivo realizar atividades de conscientização ambiental através de palestras com temas ambientais e de informações de como proceder diante às visitas turísticas nos ecossistemas costeiros do município de Ipojuca. Os monitores também trabalham com a distribuição de panfletos, com informações e dicas.

9. Qual a ação realizada pela Blitz Ambiental que é do seu conhecimento?

10. Tem alguma sugestão que gostaria de fazer para o Projeto Blitz Ambiental?

() Sim

Qual?

() Não.

11. Na hipótese dos passeios aos ambientes recifais começarem a ser proibidos, essa medida prejudicaria o turismo a ponto do visitante não querer mais regressar a Porto de Galinhas?

() Sim

() Não

() Não sabe

12. Em ordem crescente de importância enumere de 1 a 4 quais os fatores que mais agridem o ambiente recifal:

- () Turismo desordenado
 () Aquecimento Global
 () Poluição Marinha (esgoto, lixo, entre outros)
 () Pesca predatória

De quem é a responsabilidade pela preservação do ecossistema recifal da Praia de Porto de Galinhas?

- () Banhistas
 () Moradores locais
 () Jangadeiros
 () Proprietários de hotéis/ pousadas, restaurantes/ bares do entorno
 () Poder público
 () Todos

13. Além de um trabalho de divulgação sobre a importância da preservação do ecossistema recifal, em sua opinião o que precisa ser feito para Porto de Galinhas diminuir os impactos ambientais?

- () Realização de parceria da Prefeitura com empresas privadas; instituições de ensino; ONGs; outros
 () Ordenamento do turismo e do espaço
 () infraestrutura (saneamento, água);
 () programas de educação ambiental nas escolas
 () programas de capacitação em educação ambiental para jangadeiros e agentes ambientais;
 () Disciplinar o comércio de bebidas e comidas na praia;
 () Coleta seletiva do lixo
 () Outro

Qual?

14. Na sua opinião, numa escala de 1 a 5, em ordem crescente de importância, atualmente, onde precisa haver mais investimento para a melhoria do turismo de Porto de Galinhas?

- () Infraestrutura física (saneamento, água, coleta seletiva do lixo)
- () Educação
- () Ordenamento do espaço
- () Segurança
- () Não sabe

15. Como morador, qual a sua opinião sobre o trabalho que a Prefeitura vem realizando em prol do desenvolvimento econômico, social e ecológico de Porto de Galinhas?

PESQUISA

GESTÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NA PRESERVAÇÃO DE AMBIENTES RECIFAIS:
Experiência na Praia de Porto de Galinhas, Ipojuca, Pernambuco

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES
Público alvo: proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes e bares

Dados e Informações Básicas

Data de aplicação: ____/____/____

Número da Entrevista: _____

1. Tipologia: Proprietário/Responsável.

Estabelecimento: Hotel () Pousada () Restaurante () Bar ()

2. Gênero: F () M ()

3. Idade: _____

3. Escolaridade: () Sem escolaridade () Primeiro Grau () Segundo Grau () Terceiro Grau

4. Profissão: _____

Percepção Ambiental – Ecossistema recifal

5. Qual o melhor entretenimento que Porto de Galinhas oferece ao visitante/turista?

- () Passeio de Buggy
- () Mergulhos
- () Passeio nos ambientes recifais
- () Visita aos mangues
- () Banho de mar
- () Outros

6. As piscinas naturais são o principal atrativo de Porto de Galinhas. Na sua opinião, como está, atualmente, o estado de preservação daquela área?

- () Excelente
- () Bem preservado
- () Regular
- () Mal preservado
- () Não sabe

7. Você tem conhecimento de algum projeto e/ou ação da prefeitura para preservar as piscinas naturais da praia de Porto de Galinhas?

() Sim.

Qual? _____

() Não.

8. Existe algum material de divulgação do tipo: panfleto, *folder*, no seu estabelecimento para os clientes/hóspedes sobre a importância da preservação do ecossistema recifal?

() Sim

() Não

9. Qual a origem do material de divulgação?

- Prefeitura ()
ONG () Qual? _____
Associação dos Jangadeiros ()
Outros ()

11. O ecossistema recifal de Porto, particularmente onde se concentram as piscinas naturais, vem sofrendo um processo de degradação devido ao pisoteio humano. Na sua opinião qual a melhor forma de preservar este santuário?

- () Incentivar o mergulho livre e os banhos nas piscinas naturais. Desde que essas piscinas não sejam as com água parada e sim as que se interligam com o mar (a água é corrente)
() Alternar os dias de passeios nas piscinas
() Diminuir o tempo de permanência dos visitantes e banhistas nos ambientes recifais (hoje é de 40 minutos)
() Proibir o passeio sobre os recifes
() criar uma outra alternativa de subsistência para os jangadeiros.

A Prefeitura Municipal de Ipojuca, por meio da Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente (SETMA), lançou o Projeto Blitz Ambiental, que tem como objetivo realizar atividades de conscientização ambiental através de palestras com temas ambientais e de informações de como proceder diante às visitas turísticas nos ecossistemas costeiros do município de Ipojuca. Os monitores também trabalham com a distribuição de panfletos, com informações e dicas.

12. Qual a ação realizada pela Blitz Ambiental que é do seu conhecimento e quantas vezes ela visitou seu estabelecimento?

- () N.º de visitas
() Nenhuma.

13. Tem alguma sugestão que gostaria de fazer para o Projeto Blitz Ambiental?

- () Sim

Qual?

- () Não.

14. Na hipótese dos passeios nos ambientes recifais começarem a ser proibidos, essa medida prejudicaria o turismo a ponto do turista não querer mais regressar a Porto de Galinhas?

- () Sim () Não () Não sabe

15. Em ordem crescente de importância, enumere de 1 a 4 quais os fatores que agredem o ambiente recifal.

- () Turismo desordenado
() Aquecimento Global
() Poluição Marinha (esgoto, lixo, entre outros)
() Pesca predatória
() Não sabe

16. De quem você acha que é a responsabilidade pela preservação do ecossistema recifal da Praia de Porto de Galinhas?

- () Banhistas (turistas/visitantes)
 () Moradores locais
 () Jangadeiros
 () Proprietários de hotéis/ pousadas, restaurantes/ bares do entorno
 () Poder público
 () Todos

17. Além de um trabalho de divulgação sobre a importância da preservação do ecossistema recifal, em sua opinião o que precisa ser feito para Porto de Galinhas diminuir os impactos ambientais?

- () Realização de parceria entre a Prefeitura e: empresas privadas; instituições de ensino; ONGs; outros
 () Ordenamento do turismo e do espaço
 () Incentivo à infraestrutura (saneamento, água);
 () Incentivo à educação ambiental nas escolas
 () incentivar programas de capacitação em educação ambiental para jangadeiros e agentes ambientais;
 () Disciplinar o comércio de bebidas e comidas na praia;
 () Adoção da coleta seletiva do lixo
 () Outro

Qual?

18. Uma forma de divulgar a importância da preservação do ecossistema recifal, seria os estabelecimentos da rede hoteleira, restaurantes e bares, em parceria com a Prefeitura, colocar para exposição, aquários caracterizados com recifes acompanhados de informações sobre a importância que

os ambientes recifais tem para a biodiversidade. Esta iniciativa é interessante para o seu estabelecimento?

- () Sim () Não () Depende

Qual a condição para o estabelecimento expor o aquário?

19. Existe na sua opinião algum atrativo a ser colocado em hotéis e pousadas visando a importância da preservação do ambiente recifal de Porto de Galinhas?

- () Sim

Qual o atrativo?

- () Não sei.

20. Qual o apoio que os hotéis e pousadas estão necessitando para a realização de um trabalho de parceria, com o poder público municipal, visando à divulgação da importância da preservação dos ambientes recifais?
